



MINISTÉRIO DA MULHER, DA FAMÍLIA E DOS DIREITOS HUMANOS
Secretaria Nacional da Proteção Global
Diretoria de Proteção e Defesa dos Direitos Humanos
Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional
Coordenação do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

29ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA

Data e horário: 30 de setembro de 2020, de 08:00hs às 12h00.

Local: virtual (Zoom da Coordenação-Geral de Combate à Tortura e à Violência Institucional)

Telefone para contato: (61) 2027-3337

SUMÁRIO EXECUTIVO

1. Abertura

• **Pauta:**

- Registro dos membros

Horário do início do ponto de pauta: 08:30.

Condução: Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT

Quórum para abertura: 14 membros

- Aprovação da Ata da 28ª Reunião Ordinária (RO) CNPCT (Sumário Executivo + Degração);

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. RENILA
5. MJSP	5. UBM
6. Ministério da Cidadania	6. MNU
7. MS	7. SOMOS
8. MEC	8. COAD
9. MD	9. CUT
	10. UFRN
Soma RG: 9	Soma SC: 10
Total: 19	
<ul style="list-style-type: none"> • Votação feita nominalmente. Ata aprovada por unanimidade do colegiado (sumário executivo e degração). 	

- Aprovação da pauta da 29ª RO CNPCT;

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
<ol style="list-style-type: none">1. MMFDH2. SNPG/MMFDH3. SNPIR/MMFDH4. SEGOV/PR5. MJSP6. Ministério da Cidadania7. MS8. MEC9. MD	<ol style="list-style-type: none">1. CFOAB2. CFP3. JG4. RENILA5. UBM6. MNU7. SOMOS8. COAD9. CUT10. UFRN
Soma RG: 9	Soma SC: 10
Total: 19	

2. Administrativa

2.1. Eleição da nova vice-presidência

Síntese: Conforme Regimento Interno, a Vice-presidência será de alternância de um ano com a sociedade civil e um ano com o governo. Os membros de governo indicaram o nome do senhor Sávio Andrade, representante do Ministério da Defesa. Aprovada indicação, foi passada para a votação do plenário.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. RENILA
5. Ministério da Cidadania	5. MNU
6. MS	6. SOMOS
	7. COAD
	8. CUT
	9. UFRN
Soma RG: 6	Soma SC: 9
Total: 15	
Aprovado por unanimidade dos presentes a indicação do novo vice-presidente do CNPCT. Senhor Sávio Andrade.	

2.2. Informes da Coordenação de Apoio ao CNPCT.

Síntese dos informes:

- A Coordenação comunicou ao Plenário sobre a recondução da Perita Bárbara Coloniese, publicada no Diário Oficial da União no dia 25 de setembro de 2020.
- Informado ao Plenário que os encaminhamentos das últimas reuniões foram enviados, e a Coordenação aguarda o retorno dos estados, os convidados permanentes pediram para que as respostas também fossem encaminhadas a estes, como são enviados aos representantes da Sociedade Civil e do Governo no CNPCT.
- Dado o informe sobre as reuniões com os comitês estaduais. A representante da UFRN, Candida Souza, apontou a necessidade de aprimoramento dos encaminhamentos, e solicitou que fosse feito um diálogo maior com os membros do Comitê, bem como uma dinâmica entre a Coordenação e os Estados.
- Discussão sobre o retorno de reuniões presenciais pelo CNPCT.

Encaminhamento 1: Checagem do envio e do recebimento dos e-mails para os representantes da Sociedade Civil e para os convidados permanentes quanto às Atas das reuniões pretéritas e respostas dos Estados em relação aos encaminhamentos da 28ª RO e 13ª RE.

Encaminhamento 2: Devido à Pandemia, o Comitê termina o ano de 2020 por reunião virtual e retoma as atividades presenciais no próximo ano. O Plenário acolhe por unanimidade o encaminhamento.

3. Temática – Missões Recentes do MNPCT

- **Condução:** Presidência e Secretaria Executiva do CNPCT
- **Convidados externos para ponto de pauta:** MNPCT

Síntese da discussão: informe do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura sobre as Missões recentes do MNPCT.

4. Administrativa

4.1. Informe da Comissão de Seleção

- O Presidente da Comissão de Seleção, Caio Klein (SOMOS) apresentou ao plenário de forma sucinta os procedimentos adotados pela comissão, quantidade de reuniões e a metodologia adotada para a escolha dos novos peritos do MNPCT, bem como a quantidade de inscrições, candidatos homologados, e a lista final do processo. Após a apresentação, foi apresentada a lista com resultado final para homologação do Plenário.

4.2. Homologação do plenário da lista definitiva de candidatos aprovados pela comissão de seleção.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CPF
3. SNPPIR/MMFDH	3. Conectas DH
4. SEGOV/PR	4. JG
5. MS	5. RENILA
6. MD	6. MNU
	7. SOMOS
	8. COAD
	9. CUT
	10. UFRN
Soma RG: 6	Soma SC: 10
Total: 16	
Homologada por unanimidade a lista definitiva apresentada pela Comissão de Seleção com o nome dos candidatos selecionados no 5º processo de Seleção do MNPCT.	

Encaminhamento 1: retificação do item 1.2, 2.9 e 9.7 do Edital DE SELEÇÃO Nº 3, DE 13 DE AGOSTO DE 2020^º PROCESSO DE SELEÇÃO DE PERITOS DO MECANISMO NACIONAL DE PREVENÇÃO E COMBATE À TORTURA - 5º PSP/MNPCT, que trata do prazo de validade do Edital, de 25 de junho de 2021 para 25 de junho de 2022.

Representantes de Governo	Representantes da sociedade civil
1. MMFDH	1. CFOAB
2. SNPG/MMFDH	2. CFP
3. SNPPIR/MMFDH	3. JG
4. SEGOV/PR	4. RENILA
5. MS	5. MNU
6. MD	6. SOMOS
	7. COAD
	8. CUT
	9. UFRN
Soma RG: 6	Soma SC: 12
Total: 22	
Aprovado por unanimidade a retificação dos itens que tratam do prazo da validade do Edital 3 de 13 de agosto de 2020, retificando a data de 25 de junho de 2021 para 25 de junho de 2022.	

Encaminhamento 2: Sugerida a criação da Comissão de heteroidentificação nos termos do Edital nº 3, de 13 de agosto de 2020, e da Portaria Normativa nº 4, de 6 de Abril de 2018. A Plenária indicou as seguintes entidades para compor a Comissão: SNNPIR, SNPG, MNU, EDUCAFRO e UFRN, com seus respectivos titulares e suplentes no Comitê.
Encaminhamento aprovado por unanimidade dos presentes.

5. Encerramento

- Pauta:
- Informe sobre o registro dos encaminhamentos
- **Condução:** Presidência do CNPCT
- Reunião encerrada pela Presidência.

**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO
29ª Reunião Ordinária do Comitê
Nacional de Prevenção e Combate à
Tortura

Dia: 30/09/2020

(Realizada por videoconferência)



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

DEGRAVAÇÃO

29ª Reunião Ordinária do Comitê Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

Legenda:

- 1) **Palavras, nomes, siglas ou expressões sublinhadas** – Houve dúvida na
1. compreensão;
- 2) **(ininteligível)** – Não compreendida a palavra ou expressão;
- 3) **Reticências (...)** – Frase não concluída;
- 4) **(intervenções fora do microfone)** – Várias falas fora do microfone em que
não foi possível a compreensão;
- 5) **(intervenções simultâneas)** – Várias falas ao mesmo tempo,
impossibilitando a compreensão;

- 1 **Interlocutora não identificada** – Natália, você coloca para gravar...
- 2 **Sra. Natália** Está aberto aqui o áudio?
- 3 **Interlocutora não identificada** – O seu está.
- 4 **Sra. Natália**– Eu preciso autorizar o Ebert, ele disse que pediu, mas não
5 apareceu, porque o seu me apareceu no cantinho.
- 6 **Interlocutora não identificada** – Você vai nos participantes, no seu lado direito,
7 ele vai abrir no seu lado direito.
- 8 **Sra. Natália** – Já achei, estou admitindo todo mundo. Oi, bom dia a todos. Eu
9 gostaria que quem não se apresentou no *chat*, se apresentassem para facilitar na
10 hora da contagem do quórum e da abertura da reunião.
- 11 **Sr. Marco** – Bom dia.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

12 **Sra. Natália**– Bom dia Marco.

13 **Sr. Marco** – Olha só, quem que está na sala já?

14 **Sra. Natália**– Temos do Governo: Maria Dilma, Quirino, você Marco, Maíra, Ebert
15 que também é aqui do Ministério, o pessoal da coordenação, da minha equipe.

16 **Sr. Marco** – Mas se o Ministro estiver, nem Ebert, nem eu, formamos quórum.

17 **Sra. Natália**– Sim. Para quórum, nós temos por enquanto, do Conselho Federal
18 de Psicologia, Ministério da Saúde, Maria Dilma, a Maíra normalmente no lugar da
19 Ministra.

20 **Sr. Marco** – Não, eu que sou no lugar da Ministra. Eu sou suplente da Ministra.

21 **Sra. Natália**– A Ministra entrou também.

22 **Sr. Marco** – Então eu nem formo quórum, porque a Ministra está aí.

23 **Sra. Natália** – Olha, para fins de quórum, nós só temos o Conselho Federal de
24 Psicologia, da Sociedade Civil também tem o Wanderson.

25 **Sr. Marco** – Está bom. Era só para saber, obrigado.

26 **Sra. Natália**– Por enquanto tem pouquinho.

27 **Sr. Marco** – Está bom, eu vou sugerir que a gente seja rígido com essa situação,
28 porque da última vez, foram apenas 1h40 para formar quórum. Eu acho que
29 compromisso assumido, é compromisso. Acho que a gente tem que fazer no
30 máximo meia hora, o tempo da Ministra é muito precioso para ficar aqui esperando
31 1h40 para formar quórum.

32 **Sra. Natália**– Sim. Nós temos quatro por enquanto, para fim de quórum.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

33 **Sr. Marco** – Está bem. Obrigado.

34 **Sra. Natália**– Bom dia. Eu gostaria de reforçar para todo mundo que entrar
35 registrar presença no *chat* para fins de facilitar a contagem. Por enquanto temos
36 10 pessoas para fins de quórum.

37 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Oi pessoal, bom dia, tudo bem? Eu queria
38 aproveitar esse início agora, estou vendo aqui já o Sávio, o Caio, a Vitória,
39 Verginia, alguns estão sem o vídeo. Para dizer que novamente, não sei se a
40 terceira ou quarta vez que a ANADEP, ela não recebeu o *e-mail* com a reunião.
41 Então assim, eu e a Fernanda, a gente foi surpreendido, na verdade ontem à
42 tarde, e enfim, até conseguimos poder ficar em duas reuniões ao mesmo tempo, e
43 fazendo um outro documento aqui também. Eu só queria pedir, a própria ANADEP
44 já mandou *e-mail* para a coordenação algumas vezes, só queria, enfim, pedir essa
45 gentileza de ter esse cuidado da próxima vez, porque embora sem direito a voto,
46 se a gente avisado assim tão em cima da hora, só pelo grupo do *whatsapp*, nem
47 sempre daria para estar presente. A Fernanda, que é a suplente também tinha um
48 compromisso externo, enfim, então eu só queria pedir a coordenação para ter
49 essa cautela, e esse cuidado com a ANADEP novamente, está bom pessoal?
50 Obrigado, bom dia.

51 **Interlocutor não identificado** – Bom dia. A mesma coisa para a Defensoria
52 Pública da União. Não recebemos o convite no tempo.

53 **Sra. Natália** – Está certo. Eu vou fazer o registro.

54 **Interlocutor não identificado** – Obrigado.

55 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Natália, bom dia. Sabe me dizer
56 quem foi que enviou os convites?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

57 **Sra. Natália** – Bom, acabou sendo, acho que a equipe da nossa coordenação
58 mesmo, eu não sei porque teve essa falha.

59 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Na verdade, sempre os convidados
60 permanentes são meio que esquecidos assim, a gente que repassa pauta, e tudo
61 mais, aí me corrijam se eu estiver errada, mas eu não lembro de ter escutado a
62 informação de que o pessoal recebeu junto com a gente, nunca.

63 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu acho que seria bom ter esse
64 cuidado para as próximas vezes, porque apesar do nosso calendário já estar
65 definido, nós sabemos os dias das reuniões. Como a reunião é virtual, tem sido
66 alterado, era para ter sido dia 29 e 30, agora só dia 30, e diversos outros
67 documentos que encaminham, ou para a mesa diretora, ou direto para a
68 vice-presidência, eu peço para encaminhar para a plenária e convidados
69 permanentes, não são encaminhados.

70 **Interlocutor não identificado** – Bem lembrado Vitória, além da própria
71 informação da reunião, os documentos pertinentes e o *link*, o *link*, eu acabei de
72 receber agora, era 8h10, foi a hora que eu recebi o *link* no grupo de *whatsapp* da
73 Sociedade Civil. E salvo engano, a APT também, acho que a Silvia, não sei se ela
74 está aí, ah, está no cantinho ali sem a câmera, salvo engano, acho que a APT
75 também não recebeu.

76 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Bom dia colegas.
77 Eu acho que isso foi a exceção, não é a regra. Talvez, os colegas que
78 participaram do processo seletivo possam confirmar isso também, foi um pouco
79 intenso, os prazos curtos, e a coordenação com excesso de trabalho, talvez
80 tenham esquecido esse envio para os colegas, mas como a Vitória colocou, essas
81 datas já foram definidas desde o início. Aí a gente tem que observar com calma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

82 para da próxima vez não ficar sem essa comunicação para os colegas convidados
83 permanentes.

84 **Sra. Natália** – Tudo bem. Obrigada Sávio, eu estou verificando junto à equipe
85 porque não foram enviados. Nós temos um grupo, mas talvez o grupo não esteja
86 totalmente atualizado, e por isso tenha tido alguma falha nesse envio. Por
87 enquanto, continuamos com 13 pessoas para fins de quórum.

88 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – São quantas mesmo Natália?

89 **Sra. Natália** – 14, falta só um.

90 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu estou contando 14 na minha tela,
91 se puder fazer a recontagem Natália.

92 **Sra. Natália** – Vou refazer aqui. Só estou recontando para checar, tem o Conselho
93 Federal de Psicologia, SOMOS, CUT, Secretaria Nacional de Igualdade Racial,
94 Ministério da Defesa, Ministra, Universidade Federal do Rio Grande do Norte,
95 Conselho Federal da OAB, Conselho Federal de Psicologia, Ministério da Saúde.

96 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Contou duas vezes Conselho Federal
97 de Psicologia.

98 **Sra. Natália** – A APT não conta para fins de quórum?

99 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Não. Conselho Federal da OAB,
100 SOMOS, Defesa, CUT, Maria Dilma é da Saúde? Saúde, não é? O Rodrigo pela
101 Igualdade Racial, o Rodrigo do COAD, Márcia, RENILA, o Pedro do CFP, Federal
102 do Rio Grande do Norte, o Quirino, a Isabel pela Justiça Global, Wanderson pelo
103 MNU, e o gabinete da Ministra. 14, não é? É isso.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

104 **Sra. Natália** – Sim, deu sim, 14 certinho. Então podemos começar. Vamos
105 começar pela aprovação da pauta.

106 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Natália, deixa eu
107 começar. Bom dia a todos. Eu espero que todos estejam bem depois da nossa
108 última reunião. Nós temos uma pauta hoje, eu percebo que é uma pauta curta,
109 enxuta, eu acho que dá para a gente utilizar bem nos trabalhos hoje. E vamos
110 começar, com o nosso quórum garantido, e eu espero que todos estejam bem
111 animados para a gente fazer uma reunião bem produtiva, ok? O registro dos
112 membros, está tudo certinho aí, não está Natália?

113 **Sra. Natália** – Sim, está sim, deu 14 certinho.

114 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – A Natália está hoje
115 estreando na coordenação da nossa reunião. Obrigada por tanto trabalho essa
116 semana, você e as meninas Natália, nós perdemos a nossa querida que foi para o
117 outro Ministério, mas a Natália está aí com a gente. E a gente vai nessa reunião,
118 ajudar a Natália também no que for preciso, está bom? Então vamos continuando
119 agora Natália, você conduz com relação a ata, e logo depois as questões
120 administrativas, ok?

121 **Interlocutora não identificada** – Natália, só não lembro de ter visto o registro do
122 meu nome, se foi também registrado pela SNPG.

123 **Sra. Natália** – Foi, foi sim. Está aqui anotado no *chat*.

124 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Pronto Natália. Com
125 você.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

126 **Sra. Natália** – Obrigada. Bom, nosso primeiro tema seria a adoção da pauta da
127 29ª, e eu gostaria de saber se vocês gostariam de aprovar também o sumário da
128 reunião anterior, da 13ª extraordinária.

129 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Foi enviado por *e-mail*, o sumário
130 Natália? Junto com a gravação?

131 **Sra. Natália** – Deixa eu perguntar aqui para o pessoal. A gravação ainda não foi
132 enviada, é a da 27ª.

133 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Estaríamos aprovando qual? Eu estou
134 confusa.

135 **Sra. Natália** – Seria a aprovação do sumário da 27ª, mas a gravação ainda não
136 foi enviada.

137 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Está bom. Então não sou pela
138 aprovação.

139 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – É, considerando que na mesa diretora, quando
140 Vitória e eu estávamos, a gente tinha concordado com os membros de Governo
141 que as atas seriam na verdade, compostas pelo sumário e a gravação. A gente
142 tem dificuldades técnicas, mas são necessários esses dois elementos aí para a
143 gente aprovar.

144 **Sra. Natália** – O pessoal da minha equipe está dizendo que foi enviada a
145 gravação, mas eu estou esperando o recebimento aqui, confirmação. A da 13ª
146 não foi, mas teríamos que aprovar da 27ª, e a 27ª a gravação foi enviada. Está
147 aqui na pasta do *drive*, se vocês quiserem que eu abra para compartilhar.

148 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Está confirmado o envio
149 Natália?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 150 **Sra. Natália** – Está na pasta, está aqui.
- 151 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Então vamos encaminhar
152 para a aprovação?
- 153 **Sra. Natália** – Querem que eu compartilhe? A Luana vai me encaminhar aqui, e
154 eu compartilharia, se facilita. Ou já querem votar direto?
- 155 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Vamos votar direto. Se já
156 foi enviado, vamos votar direto Natália.
- 157 **Sra. Natália** – Então vamos. O Gabinete da Ministra aprova?
- 158 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.
- 159 **Sra. Natália** – Vitória.
- 160 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu estou tentando acessar Natália, se
161 puder deixar o meu voto por último.
- 162 **Sra. Natália** – Está bom. Caio.
- 163 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu não li o documento ainda.
- 164 **Sra. Natália** – Cândida.
- 165 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Eu acho que todo mundo está nessa. A última
166 degravação que eu tenho aqui é da 24^a e 25^a enviadas por *e-mail*, a da 27^a
167 realmente não está no meu *e-mail*. Acho pouco provável que eu tenha apagado,
168 mas pode ser também.
- 169 **Sra. Natália** – Sávio.
- 170 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Aprovo.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

171 **Sra. Natália** – Maria Dilma.

172 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde)** – Aprovo.

173 **Sra. Natália** – Verginia.

174 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Eu também não localizei no meu *e-mail*,
175 prefiro aguardar.

176 **Sra. Natália** – Wanderson.

177 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – Eu também não recebi o *e-mail*
178 com a degravação, pode postergar meu voto também.

179 **Sra. Natália** – Quirino.

180 **Sr. Quirino** – Aprovado.

181 **Sra. Natália** – Bárbara.

182 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Natália, pode colocar que o Conselho
183 Federal da OAB aprova.

184 **Sra. Natália** – Está bom, então já temos cinco aprovando. Alguém mais se
185 pronuncia? Márcia.

186 **Interlocutora não identificada** – Natália, SNPG aprova também, está bom?

187 **Sra. Natália** – Então temos seis.

188 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Está havendo alguma questão aí. Porque se a
189 gente está falando da 27ª Reunião Ordinária, está aqui no sumário executivo da
190 28ª que a ata foi aprovada por unanimidade, sumário executivo e degravação, na
191 reunião passada. Era essa a dúvida que eu estava, e eu acabei de ter certeza,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

192 encaminhamento 1.1 do sumário executivo nesse *link* que está sendo enviado por
193 Natália. Então a gente está falando da 28ª, não é isso?

194 **Sra. Natália** – Da última ordinária.

195 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – A última foi a 28ª, que é a que nós não
196 temos a gravação.

197 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Exatamente. O que você está votando aí é a
198 27ª, segundo o que colocado, e a 27ª, nós já aprovamos na última reunião.

199 **Sra. Natália** – Eu vou checar aqui com a minha equipe.

200 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
201 **Racial)** – Deixa eu só pedir licença nesse meio tempo. Conforme o Caio havia
202 comentado, quando a mesa diretora havia discutido essa questão de ter o sumário
203 executivo. A gente concordou que o sumário executivo, embora ele seja relevante
204 para formalização das decisões do nosso Comitê, a gente deveria ter a ata da
205 reunião. Então, a gente entendeu que o sumário executivo, que até então era
206 elaborado, ele tem a força, ou representaria a ata de reunião, já que existe uma
207 definição formal, deveria estar constando na ata de reunião. E a gravação, na
208 verdade, é o registro do que foi discutido na própria reunião. Então, quando a
209 gente faz a aprovação da ata de reunião, seria esse sumário executivo que a
210 Natália falou, no caso da 28ª, e a gravação é o registro para caso haja alguma
211 dúvida, caso alguma das partes participantes queira ter acesso ao registro do que
212 foi documentado na reunião, a gravação teria esse propósito. Não que fosse um
213 impeditivo para se aprovar ou não a ata de reunião, já que os encaminhamentos
214 estão registrados nessa ata de reunião. O voto da Secretaria de Igualdade Racial
215 é pela aprovação.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

216 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Rodrigo, eu discordo, e nós estávamos
217 na mesa diretora na época do Lucas ainda, quando foi concordado que nós só
218 aprovaríamos o sumário executivo com a degravação anexa para evitar
219 discussões infinitas sobre o que a pessoa disse ou deixou de dizer na reunião.
220 Isso foi um combinado na mesa diretora de que nós não aprovaríamos o sumário
221 executivo sem a degravação anexa.

222 **Sra. Natália** – Bom. O que eu esclareço, é que a degravação está no *link* do *drive*
223 e a coordenação não encaminhou por *e-mail* antes, porque a empresa só entrou
224 na sexta-feira. Então já estava muito em cima o prazo. Está disponível no *link* do
225 *drive*.

226 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Não Natália, você está falando da 27ª,
227 como a Cândida já explicou.

228 **Sra. Natália** – Não, 28ª.

229 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Não, a 28ª já está disponível nesse *link*, sendo
230 que a votação começou falando sobre a 27ª, e aí, era só isso. Era só para corrigir.

231 **Sra. Natália** – Sim, é porque me passaram a informação sem querer, errado. Mas
232 é 28ª, e é a mesma questão, está no *link* do *drive*.

233 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Isso. Eu vi o *link* aqui, então meu voto é para
234 aprovar, 28ª reunião, porque a 27ª foi aprovada na vez passada.

235 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Quantos votos sim nós
236 temos Natália?

237 **Sra. Natália** – Agora nós já temos oito. Eu vou pedir (ininteligível)...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

238 **Interlocutor não identificado** – Ministra, eu acho que devemos retificar, quem já
239 votou retificar que o voto é para a 28ª, e não para a 27ª para que isso fique claro
240 nos anais.

241 **Sra. Natália** – Então vamos começar (ininteligível) porque vai facilitando. O
242 Ministério do Direito das Mulheres, da Família e dos Direitos Humanos, sim.
243 Secretaria Nacional de Proteção Global, sim. Secretaria Nacional de Promoção da
244 Igualdade Racial, sim. SEGOV Paraná, não me recordo de ter votado.

245 **Interlocutor não identificado** – Presidente da República, SEGOV Presidente da
246 República.

247 **Sra. Natália** – Isso. Presidência da República. Ministério da Justiça...

248 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Uma questão da ordem, pedir para a
249 Márcia desligar o microfone antes que todo mundo fique surdo na reunião.

250 **Sra. Natália** – Ministério da Defesa votou sim. Ministério da Cidadania, sim. A
251 Vitória também, Conselho Federal da OAB votou sim. Cândida, Universidade
252 Federal do Rio Grande do Norte votou sim. CUT não votou, já tem voto?

253 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Sim.

254 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu voto sim também. SOMOS vota sim.

255 **Sra. Natália** – SOMOS sim.

256 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Justiça Global sim.

257 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde)** – Ministério da Saúde também já votou
258 sim.

259 **Interlocutor não identificado** – COAD vota sim também.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 260 **Sra. Natália** – Então a unanimidade de todos os presentes, o voto foi sim.
- 261 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – MNU vota sim também. Acabei de
262 acessar o *link* aqui, constatei as duas gravações.
- 263 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Conselho Federal de Psicologia
264 vota pela aprovação também.
- 265 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Aprovado Natália?
- 266 **Sra. Natália** – Aprovado.
- 267 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Vamos continuar a
268 pauta?
- 269 **Sra. Natália** – Sim. O próximo passo então, é a pauta de hoje. Todo mundo teve
270 acesso?
- 271 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Sim, somos pela aprovação da pauta.
272 Conselho Federal da OAB.
- 273 **Sra. Natália** – Conselho Federal, gabinete da Ministra.
- 274 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.
- 275 **Sra. Natália** – Wanderson.
- 276 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – MNU vota Sim.
- 277 **Sra. Natália** – MNU vota sim, SOMOS, Caio.
- 278 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Voto sim.
- 279 **Sra. Natália** – Verginia, CUT.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 280 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT) – Sim.**
- 281 **Sra. Natália –** Maria Dilma, Ministério da Saúde.
- 282 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde) – Sim.**
- 283 **Sra. Natália –** Ministério da Defesa.
- 284 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Sim.**
- 285 **Sra. Natália –** Quirino, Ministério.
- 286 **Sr. Quirino – Sim.**
- 287 **Sra. Natália –** Justiça Global.
- 288 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Sim.**
- 289 **Sra. Natália –** RENILA.
- 290 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral (RENILA) – Sim.**
- 291 **Sra. Natália –** COAD.
- 292 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira (COAD) – Sim.**
- 293 **Sra. Natália –** EDUCAFRO, não está aqui. CONECTAS, Ministério da Cidadania.
- 294 Eu acho que dos representantes não tem mais ninguém (ininteligível).
- 295 **Interlocutor não identificado –** Só para reiterar meu voto, fui chamado
- 296 novamente. Ministério da Cidadania, sim.
- 297 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria de Igualdade Racial) –**
- 298 Rodrigo, da Secretaria de Igualdade Racial, sim também.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

299 **Sra. Natália** – Maíra, SNPG.

300 **Sra. Maíra (SNPG)** – Sim.

301 **Sra. Natália** – Todos os presentes votaram sim.

302 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Eu não voto, só para avisar do Frei. O Frei está
303 com um problema de saúde, ele não vai comparecer a reunião, provavelmente,
304 está bom?

305 **Sra. Natália** – Ah, ok.

306 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Transmita ao Frei, o
307 nosso abraço, o nosso carinho.

308 **Interlocutor não identificado** – Pode deixar Ministra.

309 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Aprovando a pauta, nós
310 vamos dar prosseguimento Natália. Agora nós vamos para a parte administrativa,
311 e agora nós temos um ponto importante, que eu estou na expectativa, não é
312 Natália? Que é a eleição da nova Vice-Presidência do nosso Comitê. Então você
313 vai na condução agora, está bom Natália?

314 **Sra. Natália** – Vocês vão sugerir o nome? Gabinete da Ministra então?

315 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – É o Dr. Sávio nossa
316 indicação é o Dr. Sávio, e nós estamos felizes com essa indicação e nós iremos
317 colocar agora em votação o nome do Dr. Sávio, vamos eleger Dr. Sávio, se Deus
318 quiser, nessa reunião.

319 **Sra. Natália** – Os demais, vou começar pelos nomes do Governo então.
320 Secretaria Nacional de Proteção Global.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

321 **Sra. Maíra (SNPG) – Sim.**

322 **Sra. Natália – Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial.**

323 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria de Igualdade Racial) – Sim.**

324 **Sra. Natália – Ministério da Justiça e Segurança Pública, acho que não está**
325 **presente. Ministério da Cidadania.**

326 **Interlocutor não identificado – Sim.**

327 **Sra. Natália – Ministério da Saúde.**

328 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde) – Sim.**

329 **Sra. Natália – Ministério da Educação, não está presente. Ministério da Defesa, o**
330 **próprio Sávio.**

331 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Eu acho que eu**
332 **não voto, mas assim.**

333 **Sra. Natália – Está bom, Ministério...**

334 **Interlocutor não identificado – Vota sim Sávio, vota sim.**

335 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa) – Apresento minha**
336 **concordância.**

337 **Sra. Natália – Ministério das Relações Exteriores (ininteligível) questão da**
338 **representação. Conselho Federal da OAB.**

339 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB) – Sim.**

340 **Sra. Natália – Conselho Federal de Psicologia.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 341 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Sim.
- 342 **Sra. Natália** – CONECTAS, DH.
- 343 **Interlocutor não identificado** – Não está.
- 344 **Sra. Natália** – RENILA.
- 345 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral (RENILA)** – Sim.
- 346 **Sra. Natália** – JG, Justiça Global.
- 347 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.
- 348 **Sra. Natália** – UBM.
- 349 **Interlocutor não identificado** – Não está.
- 350 **Sra. Natália** – EDUCAFRO, que é o Frei, também não está. MNU.
- 351 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – De acordo.
- 352 **Sra. Natália** – SOMOS.
- 353 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu voto sim à indicação do Sávio, já desejo um
354 ótimo trabalho para ele, mas sem antes registrar aqui o meu agradecimento à
355 Vitória por esse tempo na Vice-Presidência, pelo ótimo trabalho que fez. Então
356 declaro a minha aceitação. Obrigada.
- 357 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Caio, não vale Caio.
358 Essa palavra era da Ministra Caio, não vale, eu tinha que falar primeiro.
- 359 **Sra. Natália** – Então vamos prosseguir. COAD.
- 360 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira (COAD)** – Sim.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

361 **Sra. Natália** – CUT.

362 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Sim.

363 **Sra. Natália** – E Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

364 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim também.

365 **Sra. Natália** – Então, a unanimidade, o Caio é o novo Vice-Presidente, o Caio
366 não, o Sávio.

367 **Interlocutor não identificado** – Parabéns Sávio.

368 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Parabéns Sávio.

369 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Parabéns Sávio, vamos
370 fazer um trabalho bem bacana. Mas aí a gente agora tem que fazer esse
371 agradecimento especial à Vitória, pela forma como a Vitória conduziu a
372 Vice-Presidência, e obrigada Vitória pelo seu trabalho no Comitê, e não só no
373 Comitê, mas nas Comissões, na seleção, na organização de muita coisa.
374 Obrigada Vitória, você realmente leva o tema com muito carinho, com muita
375 dedicação, e foi uma honra tê-la como minha Vice, Vitória. E agora a gente vai ter
376 ajudando o Dr. Sávio também, vai ser um grande Vice-Presidente. Obrigada
377 Vitória, que Deus te abençoe muito, obrigada mesmo por tudo.

378 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Obrigada Ministra.

379 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ministra, se me
380 permite, gostaria de fazer o uso da palavra. Quero agradecer a lembrança do
381 nome pelos colegas do Governo, a indicação. E também a confiança dos colegas
382 da Sociedade Civil, os nossos convidados permanentes, essa confiança no
383 trabalho. E já adianto que eu quero ter uma relação próxima com o Mecanismo,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

384 também ajudar o Mecanismo no que for preciso no desenvolvimento dessa
385 atividade fundamental, está bom? Então agradeço a todos. Parabéns Vitória
386 (ininteligível), condução excelente dos trabalhos. Eu sei que fica difícil, quem vem
387 na sequência, depois de um belo trabalho assim, mas espero seguir essa linha de
388 trabalho. Agradeço a todos.

389 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Natália, você me permite falar também? Eu queria
390 parabenizar também, a gente não vota pela ANADEP, mas a ANADEP queria
391 parabenizar a Vitória pelo trabalho, a gente em concordância e divergências, mas
392 sempre muito organizada, enfim, muito, colocando emoção às vezes alegria, às
393 vezes tristeza. Eu também sou assim, também coloco um pouco de emoção nas
394 coisas, e enfim, parabenizar a Vitória pelo trabalho. E dizer ao Sávio que desejo
395 toda sorte para ele, a ANADEP está à disposição Sávio, você é um cara que está
396 muito tempo nesse trabalho em relação a tortura, conhece muito bem os
397 meandros, os regimentos, já fez missões junto com o Mecanismo. Então, qualquer
398 coisa que a gente puder ajudar você, conte com a gente também. Boa sorte,
399 sucesso, um abraço.

400 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Aproveita, e já marca um
401 encontro urgente com o Sávio Bárbara, e já vamos estreitar esse relacionamento,
402 está bom? (Ininteligível) sequência Natália.

403 **Sra. Natália** – Bom, na sequência, seriam os informes da coordenação de apoio
404 ao CNPCT. E o que nós gostaríamos de dizer, primeiramente (ininteligível) a
405 condução da perita Bárbara, que já foi publicado pelo Decreto Presidencial na
406 sexta-feira passada. Também em relação aos encaminhamentos da 13ª Reunião
407 Extraordinária, nós cumprimos todos, encaminhamos todos os ofícios, somente
408 ainda não tivemos resposta, mas pelo prazo, de acordo até com a própria Lei de
409 acesso à informação que prevê o prazo de 20 dias, não existe ainda uma inércia



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

410 ou (ininteligível) dos representantes das Secretarias Estaduais dos Ministérios
411 Públicos de Justiça, dos Comitês Estaduais também. Em relação aos ofícios
412 encaminhados decorrentes das oito votações que fizemos na última pauta.

413 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Entre os nossos
414 encaminhamentos, nós tínhamos uma agenda com a Juíza da Vara de Execução
415 aqui de Brasília. Já está marcada a data?

416 **Interlocutor não identificado** – Sim Ministra, amanhã parece, às 15h.

417 **Sra. Natália** – Isso. A Bárbara e o Ribamar receberam o convite para participar
418 dessa audiência com a Juíza Leila amanhã às 15h.

419 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Mas eu acho que podia
420 ser extensivo viu Natália? Porque se mais alguém do Comitê quiser ir nessa
421 audiência, eu julgo bem importante, não só o Mecanismo, mas mais alguém queira
422 ir, manda para o *e-mail* de todo mundo ainda hoje, o horário e o local, está bom?

423 **Sra. Natália** – Claro.

424 **Interlocutora não identificada** – Obrigada Ministra. A gente até ia informar que o
425 Frei não vai poder participar porque ele está hospitalizado, e que a gente pediria
426 substituição no nome da Sociedade Civil, mas a senhora já está estendendo o
427 convite, fica melhor.

428 **Sra. Natália** – O próximo ponto seria os informes dos membros e convidados
429 permanentes do Comitê.

430 **Sr. Antônio Paulo (DPU)** – Só um ponto, Antônio Paulo da DPU. Só um pontinho,
431 no ponto anterior ainda. Só reiterando que a Defensoria Pública da União, ela,
432 assim que vocês receberem resposta, nós gostaríamos de receber também, e os
433 ofícios enviados também, por favor.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

434 **Sra. Natália** – Claro. Nós encaminhamos assim que recebermos, e se não
435 recebermos, vamos reiterar os ofícios também, estabelecendo prazo de resposta.

436 **Sr. Antônio Paulo (DPU)** – Obrigado.

437 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Oi Natália, aqui é o Mateus da ANADEP, como a
438 Ministra colocou, se possível, quando enviar o *e-mail*, eu não sei se teria algum
439 *link* para essa reunião. Porque a gente gostaria de auxiliar o Mecanismo com
440 aspectos técnicos desse debate de amanhã. Então, eu não sei se vem só sobre a
441 reunião e o horário, ou se já vem algum *link*, eu agradeceria o envio do *link*, está
442 bom? Enfim, era isso.

443 **Sra. Natália** – Sim. É porque nós também tivemos acesso cerimonial ontem em
444 relação ao horário marcado. Mas hoje à tarde então, nós procedemos a esse
445 encaminhamento, porque nós nem saberíamos quantas pessoas também teriam
446 interesse em participar.

447 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Mateus, a reunião vai ser
448 presencial viu?

449 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Ah, é presencial?

450 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – É presencial. Por isso
451 que eu achei estranho Vitória, o Frei vir para essa reunião. Então acho bom a
452 gente ver quem pode vir para essa reunião. Eu acho até que a gente tinha pedido
453 mesmo que fosse presencial Mateus, entendeu? Então vamos nos organizar,
454 quem puder ir, falar com a Natália, para a gente se encontrar na hora certa, no
455 lugar certo para a gente não atrasar.

456 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Perfeito Ministra. Eu vou estar em São Paulo,
457 então eu não vou conseguir. Agradeço então.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

458 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok Mateus, ok.

459 **Interlocutora não identificada** – Só mais um ponto também Natália dos informes,
460 a respeito das reuniões dos Comitês Estaduais que têm sido realizadas. Só para a
461 gente reforçar também o convite para que todos participem, quem puder, quem
462 tiver essa disponibilidade.

463 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Aproveitando
464 dos comitês, nós também tivemos o relatório publicado na última sexta-feira, a
465 título de informe, e estamos prosseguindo também com as reuniões junto aos
466 comitês estaduais, em relação a cada região, Nordeste e Norte, nós já tivemos.
467 Depois vamos ter o Centro-Oeste, em que provavelmente só vai participar o
468 Estado de Goiás. Depois região Sul e Sudeste.

469 **Sra. Natália** – Silvia Dias pediu a palavra.

470 **Sra. Silvia Dias** – Sim, obrigada. Natália, bom dia a todos e todas. Eu também
471 queria fazer uma solicitação como APT, como convidada permanente, se a gente
472 puder receber exatamente todo tipo de comunicação referente, por exemplo, a
473 essas reuniões com os comitês estaduais, por exemplo, a pauta das reuniões
474 ordinárias. Porque a gente costumava receber o *e-mail* com o convite, com a
475 pauta, e isso realmente parou de acontecer. Então, seria bem importante que nós,
476 essas entidades que tem esse *status*, vamos dizer, de convidado permanente, a
477 gente está sempre presente nas reuniões, que a gente recebesse esse tipo de
478 comunicação, se puder colocar em uma lista seria importante.

479 **Sra. Natália** – O *e-mail* da APT, eu penso que já está registrado, mas eu vou fazer
480 essa conferência também. A minha equipe diz que foi enviado o convite.

481 **Sra. Silvia Dias** – Não, não foi, o *e-mail* não foi. Posso até colocar meu *e-mail*
482 aqui, mas eu não recebi nada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

483 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Natália, registra isso
484 porque nós julgamos essas reuniões com os comitês estaduais muito importantes
485 Natália, mesmo os convidados permanentes, precisam receber o convite. Gente,
486 eu gostaria de ouvir de alguém que está participando das reuniões do Comitê,
487 pelo menos uma variação, o que vocês estão achando? A dinâmica está boa? A
488 gente deve continuar, os encaminhamentos, alguém que participou. Se alguém do
489 Governo puder falar, e alguém da Sociedade Civil, dá um *feedback* dessas
490 reuniões para gente. Alguém do Governo, quem está participando das reuniões.

491 **Interlocutora não identificada** – Eu estou participando Ministra, e eu acredito
492 que tem sido muito produtivas todas essas reuniões que nós temos feito
493 encaminhamentos, seria muito importante a gente realmente ter esse retorno,
494 estreitar laços, e poder realmente chegar na ponta, nas necessidades, no que nós
495 podemos contribuir como Comitê Nacional. Eu acho que esse estreitamento é
496 muito relevante mesmo.

497 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém da Sociedade
498 Civil que participou, ou está participando gostaria de fazer uma avaliação?

499 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Bom dia, eu participei das duas reuniões, eu
500 também. Aqui é Cândida. Eu também acumulo a presidência do Comitê Estadual
501 aqui no Rio Grande do Norte. Então, na do Nordeste, eu estive na condição de
502 Comitê Estadual, digamos assim. Eu avalio que é um movimento importante para
503 a realização das nossas articulações e tudo mais, mas eu acho que a metodologia
504 e a condução das reuniões poderia ser minimamente combinada melhor com
505 membros do Comitê que se interessem, essa coisa do alinhamento com relação
506 ao manual que, enfim, que a gente tem todo um debate aqui no Comitê sobre esse
507 manual minimamente é apresentado, enfim. Eu acho que tem algumas questões,
508 não sei se isso entraria como um ponto de pauta ou o que, mas tem algumas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

509 questões que precisariam ser melhor alinhadas com o Comitê. E também sobre a
510 questão dos encaminhamentos, achei que as duas reuniões, os encaminhamentos
511 ficaram meio soltos. E aí, claro, isso eu acho que é uma coisa que se aperfeiçoa,
512 assim, sobre essa coisa dos encaminhamentos, e tudo mais, nas próximas, ou na
513 segunda reunião, enfim. Mas eu achei as duas, ficou meio perdido, a partir dali
514 como que se retoma essa articulação, acho que isso é um exercício que tem que
515 ser feito. É isso, obrigada.

516 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok Cândida. Eu acolho, e
517 queria pedir até assim, Cândida, uma gentileza, uma gentileza mesmo, de a gente
518 depois, você e a Maíra, conversarem mais sobre isso, e a gente melhorar a
519 dinâmica e a coordenação das próximas reuniões, estar absorvendo essas
520 sugestões que você está dando, e outras mais, ok? Vamos aperfeiçoar, porque eu
521 julgo esse momento muito importante. Tenho tentado me organizar para estar nas
522 reuniões, mas não estou conseguindo, já pedi para derrubar minha agenda aqui
523 para a próxima reunião, para estar presente com vocês. Mas acho que depois,
524 você e Maíra podiam conversar, e se alinharem, e passarem para a coordenação,
525 como quem vai estar conduzindo as próximas reuniões, está bom? Nos ajuda
526 nesse sentido.

527 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Ministra e Cândida. Rapidamente sobre esse
528 ponto aqui, queria lembrar que aqui no Estado de São Paulo, a gente através dos
529 parceiros, tanto de órgãos públicos, como Sociedade Civil. A gente conseguiu
530 aprovar no final de 2018, uma Lei Estadual que criava o Comitê e o Mecanismo
531 Estadual, só que o atual Governador, ele vetou sobre um fundamento jurídico, um
532 fundamento equivocado que não poderia haver o Comitê, o Mecanismo. Então, eu
533 deixo a reflexão para o Governo e Sociedade Civil, se haveria alguma coisa que o
534 Governo Federal ou a Sociedade Civil deste Comitê, ou mesmo o próprio Comitê,
535 poderiam fazer, não sei se um ofício ao Governador, alguma coisa. Eu acho que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

536 seria importante a gente pensar nisso, está bom pessoal? Só deixo esse
537 comentário para a gente refletir em conjunto.

538 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Mateus, eu não sei,
539 quando eu assumi Mateus, eu vi que tinham sido encaminhados muitos ofícios a
540 todos os Governadores, acho que reiterada diversas vezes sobre a necessidade
541 dos Comitês, e dos Mecanismos nos Estados. Eu até me lembro que o pessoal de
542 São Paulo me procurou achando que os nossos ofícios deram uma imposição e a
543 gente disse que não era uma imposição, mas era uma necessidade do Brasil, e do
544 Estado de São Paulo ter um Comitê e o Mecanismo. Mas eu acho interessante
545 essa sua observação, eu vou estar em São Paulo também nos próximos dias, eu
546 acho que é até uma agenda com o Governador, se essa agenda for confirmada
547 Mateus, eu farei isso, inclusive pessoalmente, conversarei com ele pessoalmente.
548 Mas que fique essa observação aí, a gente de vez em quando vai ter que lembrar
549 os Governos de Estado sobre a necessidade dos Comitês e dos Mecanismos
550 Estaduais. Então, que fique também aí a coordenação, sempre que souber que eu
551 tenho um encontro com o Governador, estar entregando na minha mão um
552 documento, para eu entregar para o Governador, a gente está conversando em
553 todas as minhas pautas com Governadores, lembrando do Comitê. Eu acho que
554 esse papel, a gente não pode esquecer de fazer o tempo todo (ininteligível) com
555 os Governadores. Mas acolhida Mateus, a sua sugestão.

556 **Sr. Mateus (ANADEP)** – Perfeito. Agradeço.

557 **Sra. Natália** – A Bárbara nos comunicou aqui que a reunião de amanhã vai ser
558 por videoconferência, eu chequei com a Thaís da coordenação, e ela disse que é
559 por videoconferência.

560 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Aqui em Brasília?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

561 **Sra. Natália** – Sim, a própria Bárbara pediu a palavra.

562 **Sra. Bárbara Coliniese (Coordenadora Geral do MNPCT)** — Bom dia a todos e
563 todas. Bem brevemente, é que nós recebemos o *e-mail* ontem, o contato e o
564 *e-mail* ontem, e realmente em todos os *e-mails* vieram, veio até o *link* já do *Zoom*
565 para a videoconferência de amanhã. Então, se for presencial, a gente ainda não
566 está sabendo, porque não diz de nenhum local, apenas fala videoconferência e
567 tem o *link*. Então acho bom a gente alinhar aqui.

568 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Bárbara, eu estou
569 chamando a Camila do cerimonial para descer aqui na sala, porque me foi dada
570 uma informação que seria presencial, ela avisa que mais tarde a gente já confirma
571 essa informação, ok? E se for virtual Natália, passar para todo mundo, está bom?
572 Deixa eu confirmar com a Camila, e mais tarde eu retorno a vocês.

573 **Interlocutora não identificada** – Desculpa, só pedir a palavra, e passar para nós
574 convidados permanentes, que é APT, caso seja virtual, como APT, a gente
575 também teria interesse e gostaria de estar nessa reunião, está bom? Só para
576 deixar registrado.

577 **Sra. Natália** – Está bom. Então eu vou passar o *e-mail* tanto para os membros
578 permanentes, como para todos os membros da Sociedade Civil e do Governo.

579 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Natália, se estivermos nos informes ainda, eu
580 gostaria da palavra.

581 **Sra. Natália** – Claro Caio. Palavra com você.

582 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – É menos um informe, e mais um pedido que eu
583 tenho. Foi decidido na Reunião Ordinária de janeiro, o envio de um ofício à
584 Secretaria de Promoção dos Direitos LGBT ingressado a Diretora Marina Reidel,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

585 pedindo informações sobre um processo do desenvolvimento de uma pesquisa
586 que foi apresentada ao Comitê. Na época eu conversei com a Carol, a Carol disse
587 que ia enviar o *e-mail*, depois eu reiterei com a Luciana, pedi para ela reenviar
588 esse *e-mail*, e até agora nós não tivemos, pelo menos eu não recebi a resposta do
589 departamento. Então, eu queria era mais fazer um pedido de informações, se isso
590 andou, se o departamento respondeu, e em caso de não ter respondido que a
591 gente possa reiterar esse ofício, e daí pedir também para o gabinete da Ministra,
592 por ser um departamento que está na estrutura do Ministério, se poderia fazer
593 esse pedido para que a Marina do Departamento LGBT respondesse as questões
594 que foram feitas pelo Comitê.

595 **Sra. Natália** – Tudo bem Caio. Eu vou checar o seu pedido.

596 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Caio, (ininteligível) seu
597 pedido, dá esse tempo para a coordenação te dar as respostas, ok? Observa isso,
598 está bom Natália? A gente ainda está, os informes da coordenação já acabaram
599 Natália, nós já estamos nos informes dos convidados permanentes?

600 **Sra. Natália** – Não, a gente estava finalizando os informes da coordenação.
601 Porque nós voltamos para falar dos comitês estaduais, mas a temática era
602 pequena mesmo.

603 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Então seus informes já
604 acabaram?

605 **Sra. Natália** – Sim.

606 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém tem alguma
607 observação, alguém tem alguma pergunta com relação aos informes da
608 coordenação?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

609 **Sra. Natália** – O Mateus pediu a palavra.

610 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Desculpa Natália, na verdade, se a Ministra me
611 permite, eu queria dar uns informes pela ANADEP, não são dúvidas não, para
612 mim ficou claro do Governo, mas se depois eu puder dar informes pela ANADEP,
613 eu agradeço.

614 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Então não tendo mais
615 nada com relação aos informes de coordenação, você prossegue Natália, com
616 relação a 2.3, abrindo a palavra para os informes dos membros convidados?

617 **Sra. Natália** – Sim, podemos prosseguir. Agora seria...

618 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Natália, deixa eu só pedir uma coisa aqui. A
619 gente, na pauta mais tarde, a gente vai votar a homologação da seleção dos
620 peritos, não é? Então, seria interessante incluir na pasta, a lista de colocação final
621 que foi publicada ontem no *site* do Ministério, até para que fique registrado, fique
622 salvo ali na pasta os documentos da reunião de hoje, e também para os membros
623 terem acesso a essa lista antes da votação.

624 **Sra. Natália** – Sim, foi publicado (ininteligível) o resultado final, e eu realmente
625 estava deixando mais para os informes da Comissão de Seleção. Mas já saiu tudo
626 certinho no *site* ontem às 19h.

627 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Sim, eu sei, eu estou pedindo só para incluir o
628 documento, para a lista ser incluída nos documentos da reunião.

629 **Sra. Natália** – Tudo bem.

630 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Aos informes dos
631 membros permanentes, convidados permanentes, vamos para esse momento,
632 está bom? Alguma inscrição? Mateus?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

633 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Pois não Ministra, agradeço. Eu queria começar
634 dizendo, a gente tem aí quase sete meses de pandemia, e a gente chegou aqui
635 pelo núcleo (ininteligível) de São Paulo. E aí também, com o apoio enfim, de
636 parceiros, a gente conseguiu fazer já cinco inspeções, vamos ter uma 6ª inspeção
637 agora na sexta-feira, na quinta-feira talvez, enfim. Então, de 186 unidades
638 prisionais, na pandemia foram inspecionadas cinco. E aí, em relação a isso, eu
639 queria passar rapidamente alguns números, eu não sei se algum colega chegou a
640 ver, a gente escreveu faz duas semanas, um artigo até na coluna do Fausto
641 Macedo, na Folha, a gente falava um pouco habeas corpus coletivos, mas
642 também de inspeções. Então, na P2 de Sorocaba, com capacidade 757 pessoas,
643 2.080, uma superlotação de mais de 200%, e 35% contaminada de COVID-19
644 com seis mortes. Grande parcela da população desse local é idosa, tem
645 racionamento de água apenas por 2h, são seis minutos de água diariamente para
646 todas as necessidades das pessoas presas. No centro de detenção provisória 2
647 de Pinheiros, com capacidade para 793 pessoas, vivem 1.623, ou seja,
648 aproximadamente também de 200% de superlotação, e 50,2% contaminadas. No
649 centro de detenção provisória 2 de Osasco, com capacidade para 833 pessoas,
650 cumprem pena 1.614, ou seja, também 200% de superlotação, e 24% delas
651 estavam contaminadas com a testagem. Importante dizer também, que as
652 pessoas que testaram positivo no CDP de Osasco, foi feito um isolamento em um
653 único raio, com capacidade quatro vezes inferior por 20 dias, e sem banho de sol.
654 Na semana passada, eu e mais dois colegas estivemos na penitenciária 1 de
655 Guareí, região aí de Avaré, Sorocaba no interior de São Paulo, e existiam 970
656 pessoas contaminadas. E aí, eu digo pessoas presas, porque em todos esses
657 locais também uma série de servidores públicos, policiais penais, agentes
658 penitenciários contaminados. Então, ou seja, esses dados, eles mostram que a
659 testagem deve ser feita, ela foi feita em poucas unidades, são muitas unidades no
660 Estado de São Paulo. A gente tem dados atuais, 216 mil pessoas presas, dados



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

661 de 31 de agosto. E aí, a única unidade em que não tiveram pessoas contaminadas
662 das cinco inspeções, foi na semana passada, a chamada PFC, Penitenciária
663 Feminina da Capital, porque não houve testagem, talvez se tivesse acontecido
664 testagem, a gente também teria as pessoas contaminadas. Então volto a trazer a
665 reflexão aqui para o Comitê, da necessidade de os Governos Estaduais fazerem
666 as testagens nas unidades prisionais, tanto de pessoas presas, como de agente
667 penitenciários, até pelas condições insalubres do local. Gostaria de informar
668 também duas decisões recentes das semanas anteriores, históricas de habeas
669 corpus coletivos. Com o Ministro Celso de Melo, a gente conseguiu estender uns
670 efeitos de uma liminar para 71 unidades prisionais, para ter banho de sol, no
671 castigo, no seguro. E a gente ficou sabendo que parece que o julgamento do
672 mérito vai ser pautado ainda antes da aposentadoria do Ministro Celso de Melo.
673 No STJ, conseguimos um habeas corpus coletivo também em um caso de tráfico
674 privilegiado. Ou seja, pessoas com pouquíssima quantidade de drogas, muitas
675 mulheres, muitas mulas, e o que acontece? O tribunal aqui do Estado de São
676 Paulo, um tribunal muito conservador em relação a, não só conservador, mas digo
677 assim, de não obedecer mesmo os precedentes dos tribunais superiores, o
678 sistema de precedentes. Então a gente conseguiu essa decisão, uma decisão
679 histórica, ou seja, daqui para frente em São Paulo, quem for primário, sem
680 antecedentes pego com quantidade pequena de drogas, vai ter que ter o regime
681 aberto e a substituição da pena, que a gente pode ter um desafogamento do
682 sistema que é superlotado. Queria dizer também que aqui em São Paulo, a gente
683 entrou com a primeira ação de improbidade administrativa, o colega Gustavo lá de
684 Presidente Prudente assina essa ação junto com a gente do Núcleo de
685 Associação Carcerária, uma ação de improbidade administrativa contra dois
686 agentes penitenciários por torturas cometidas. A gente tem vídeos, fotos de
687 lesões, a primeira ação de improbidade administrativa da Defensoria do Estado de
688 São Paulo relacionada a tortura. E aí também, nesses mesmos fatos, a gente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

689 moveu uma ação contra o Estado por indenização por dano moral coletivo. E por
690 fim, saiu até na mídia ontem, saiu na Folha de São Paulo, o Governo de São
691 Paulo atendeu uma decisão judicial do nosso núcleo também que a gente
692 conseguiu através de uma ação civil pública ajuizada em 2013, ele falou que vai
693 implementar o banho quente em todas as unidades do Estado de São Paulo. Eu
694 acho que era isso então pessoal, eu acho que são algumas pequenas vitórias
695 junto de várias derrotas, mas eu acho importante a gente trazer essas informações
696 aqui para o Comitê. Agradeço a atenção.

697 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Muito bom Mateus.
698 Mateus, registro de óbitos, você falou muito do número de infectados, registro de
699 óbitos Mateus?

700 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Então, eu até posso abrir o *site* agora, mas salvo
701 engano, a gente estava em 29 servidores, e 27 pessoas presas, mas eu confirmo
702 já Ministra, se tiver mudado, e coloco aqui no *chat*, mas era mais ou menos isso
703 até alguns dias atrás.

704 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Parabéns aí pelo trabalho
705 Mateus, parabéns.

706 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Obrigado.

707 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Nós estamos nos
708 informes, alguém mais se inscreve? Algum convidado? Estamos nos informes.
709 Não?

710 **Sra. Silvia Dias** – Posso só, rapidamente então Ministra. Silvia da (ininteligível).

711 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim Silvia.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

712 **Sra. Silvia Dias** – Não, só na verdade, acho que nem é tanto um informe, mas
713 acho que é talvez mais um comentário de parabenizar o Mecanismo por ter
714 voltado às missões. Acho que é muito importante a gente deixar registrado aqui
715 como convidada permanente, que o Mecanismo voltou a fazer as missões
716 presenciais com a adoção dos protocolos de biossegurança. Reunião passada, eu
717 mencionei de nós termos acompanhado os Mecanismos de Prevenção à Tortura
718 ao redor do mundo, e como eles têm desenvolvido seus protocolos preventivos
719 sanitários exatamente para garantir a segurança e a saúde de todos os
720 envolvidos, e do Mecanismo realmente, é um dos mais, talvez detalhados, e
721 minuciosos, e criteriosos que a gente viu. E reiterar, não sei, na última reunião foi
722 colocada a importância que o Ministério também apoie o Mecanismo nessa volta
723 às reuniões, inclusive com a questão dos equipamentos, e eu acho que é
724 importante a gente reiterar toda a questão daqueles equipamentos de proteção
725 pessoal, que eles precisam disso para fazer as visitas. Então, só deixar isso aqui
726 registrado.

727 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – A última inscrição para
728 informes. Então, a gente já podia passar para o 2.4 da pauta Natália? Você
729 conduz aí (ininteligível) Secretária aqui hoje. Vai Natália.

730 **Sra. Natália** – O próximo ponto seria a discussão sobre o retorno de reuniões
731 presenciais pelo CNPCT.

732 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Eu acho que esse é um
733 ponto que estava todo mundo interessado na discussão. Eu gostaria de ouvir
734 vocês, está bom? Mas eu queria trazer uma observação, nós estamos em Brasília
735 ainda com um número muito grande de pessoas infectadas, muita contaminação
736 em Brasília ainda, e eu queria que isso fosse considerada a nossa reunião
737 presencial, quando a gente vai voltar, quando a gente vai ter um retorno das



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

738 reuniões presenciais. Nós estamos também com a proposta de alternar uma
739 presencial, uma virtual. Queria ouvir vocês, se as reuniões virtuais tem sido boas,
740 e pode começar a ver essa prática para o Comitê também, quem sabe em forma
741 de alternância. Mas eu gostaria de ouvir gente, sinceramente, com relação as
742 reuniões presenciais, eu gostaria de ouvir todo o Comitê. Em alguns Conselhos
743 nossos, nós optamos, nós temos 11 Conselhos de direito no âmbito desse
744 Ministério, nós optamos ainda continuar por um tempo as reuniões virtuais, mas
745 eu gostaria de ouvir o Comitê, está bom? E aí a gente pode começar agora a abrir
746 as inscrições, quem quiser se manifestar sobre o retorno das reuniões presenciais.
747 E informo gente, há uma preocupação mesmo com a saúde, aqui no nosso
748 gabinete, só essa semana quatro pessoas estão afastadas, inclusive o nosso
749 (ininteligível) está saindo aí do período do COVID, acho que hoje está saindo do
750 período de COVID. Então, aqui em Brasília, o número de infectados está muito
751 grande, então queria muito ouvir vocês.

752 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Natália, se eu puder começar falando.
753 Ministra, eu agradeço essa questão da preocupação, é claro, com a saúde de
754 todos. A informação que nós tivemos, é que o Governo voltaria presencialmente a
755 partir de 05 de outubro, não sei se isso procede. De toda forma, eu acho que as
756 reuniões tem sido muito produtivas, mas nós passamos de dois dias, e período
757 integral de reuniões, para uma manhã de reuniões do Comitê. E isso, ao meu ver,
758 tem prejudicado imensamente a nossa pauta, porque nós temos que sempre ficar
759 adequando a pauta da reunião, para terminar 13h da tarde, porque sabemos que
760 se a gente se alonga nos debates, não damos conta de aprovar os
761 encaminhamentos, etc. Como hoje, o Mecanismo vai fazer apenas informes, e nós
762 vamos homologar a questão da seleção dos novos peritos, e acabou a reunião.
763 Então eu acho que a nossa proposta de fazer audiências com os Estados,
764 audiência para debater os relatórios, chamar outros convidados de fora, isso tem
765 sido muito prejudicado nessas reuniões que duram apenas uma manhã. Então, o



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

766 meu entendimento é que, quem sabe esse ano, porque a gente ainda está no
767 meio de uma pandemia, e nós já temos mais uma reunião mesmo esse ano, nós
768 mantermos por videoconferência mesmo, mas com o compromisso de o
769 calendário do ano que vem, a gente tentar voltar presencial para os dois dias de
770 reunião.

771 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém mais se
772 manifesta?

773 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Ministra, Mateus aqui. Eu queria endossar a fala
774 da Vitória. A senhora falou sobre Brasília, eu não tinha conhecimento sobre
775 Brasília, mas eu sei que nos últimos dias, o Amazonas e o Rio de Janeiro voltaram
776 a ter uma subida em relação a capacidade dos leitos, enfim. Acho que 80% no Rio
777 de Janeiro, salvo engano. Então assim, eu acho que a gente tem que ter essa
778 preocupação, mas assim, até pelos motivos que a Vitória colocou, eu lembro do
779 Mecanismo fazendo apresentações nesse ano, ano passado. Então assim, eu
780 acho que no final das contas talvez, o mais relevante de tudo, sejam essas
781 apresentações do Mecanismo, onde a gente vê a tortura mesmo, assim, não sei
782 se com aspas, ou sem aspas, mas em carne e osso. Então, eu sinto falta do que a
783 Vitória colocou, sinto falta das apresentações do Mecanismo, lembro da
784 apresentação do Lúcio recentemente. Então assim, foi algo que, enfim, acho que
785 foi uma missão histórica do Mecanismo. Então endossar essa fala, e assim, claro,
786 somos convidados, mas gostamos de pensar (ininteligível) serviço. Então a gente,
787 não nos parece adequado essa questão do revezamento, o que a gente tem que
788 pensar, se a gente vai conseguir aqui no Brasil vencer essa pandemia, ou apenas
789 minimizar até um estado suportável e poucos casos. E a pandemia estando
790 minimizada nos próximos meses, aí eu estou com a Vitória nessa sugestão de a
791 gente voltar as presenciais. Porque o que a gente faz em dois dias, a gente tem
792 feito em uma manhã. Então assim, até por uma questão de lógica matemática,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

793 infelizmente não é possível fazer o trabalho que a gente vinha fazendo de dois
794 dias em uma única manhã. Obrigado.

795 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Eu pedi inscrição também. Posso falar?

796 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Pode sim Verginia.

797 **Sra. Verginia Dirami Berriel (CUT)** – Bom dia a todos e todas, bom dia Ministra.
798 Então, eu também faço coro com a Vitória de solicitação do retorno das reuniões
799 presenciais. Eu acho que as reuniões virtuais, elas estão servindo neste período
800 por conta da questão da pandemia. Eu moro no Estado do Rio de Janeiro, e
801 realmente aqui, nós tivemos um aumento de casos (ininteligível), tem um
802 microfone aberto. Nós tivemos um momento exponencial de casos nas últimas
803 semanas, mas nós devemos trabalhar com todos os cuidados. Eu pertenço a uma
804 categoria que é considerada categoria essencial, então nós não paramos as
805 nossas atividades, trabalhamos em março, trabalhamos em abril, maio, até a
806 presente data. E evidentemente, trabalhamos, visitamos, fiscalizamos empresas,
807 junto com o próprio Ministério Público, e tudo mais, mas tomando todos os
808 cuidados necessários para a nossa segurança. Então, se nós estamos nas ruas,
809 se nós estamos trabalhando, evidentemente tomando todos os cuidados, eu
810 acredito que não mais esse ano, porque acho que nós temos aí pela frente uma
811 reunião, mas para o ano que vem, é necessário que retornemos as nossas
812 reuniões presenciais, porque o tempo da reunião virtual é um, o tempo da reunião
813 presencial é outro, e ele é muito mais importante, nada substitui uma reunião
814 presencial. A própria Vitória, e o próprio Mateus falaram há pouco essa questão
815 que nós tínhamos dois dias, agora é uma manhã, ou então uma parte de uma
816 manhã, então precisamos retornar sim as reuniões presenciais, é importante para
817 todos nós, se não esse ano, mas nas primeiras reuniões do ano que vem. Muito
818 obrigada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

819 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém mais quer se
820 manifestar?

821 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Eu, Isabel. Eu queria, na verdade
822 reforçar, embora esteja repetindo um pouco, mas eu acho importante registrar,
823 assim, a importância do caráter excepcional das reuniões virtuais. Houve uma
824 compreensão de todo o Comitê, Sociedade Civil e Governo, da importância de a
825 gente adaptar as reuniões, a duração das reuniões para essa realidade das
826 reuniões virtuais, que não seria possível reproduzir o formato anterior de dois dias
827 inteiros de reunião sendo virtual, a gente compreendeu a adaptação. De fato, as
828 reuniões tem sido, tem funcionado, têm sido produtivas, mas é importante registrar
829 que é uma perda, não dá para comparar com dois dias de encontro presencial,
830 onde a gente pode se debruçar sobre os debates, avançar em reflexões conjuntas
831 com tempo, com dedicação. Então, deixar também registrada essa avaliação, que
832 não dá para comparar, a gente tem uma perda sem dúvida, nesse formato, que
833 impede que a gente esteja trabalhando juntos por dois dias. Então, só para, e o
834 que deve, mas avalio também que não seria o momento atual de retorno, porque o
835 deve orientar essa decisão são os dados da pandemia, e a realidade que ensejou
836 esse novo formato virtual, ela não se modificou consideravelmente para a gente
837 tomar uma outra decisão. Então, acredito que para a gente retomar as reuniões
838 presenciais, a gente deve avaliar os dados sobre a pandemia para tomar essa
839 decisão com toda a responsabilidade. É isso, obrigada.

840 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Mais alguém quer se
841 manifestar? Eu não vi ninguém do Governo falar, mais alguém quer se
842 manifestar?

843 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Ministra, me permite só um detalhe que eu
844 lembrei. O que a gente tinha que refletir, ainda que no ano que vem, como a gente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

845 colocou aqui a reflexão, talvez a gente pudesse abrir uma exceção para alguém
846 que fosse grupo de risco poder participar remotamente, mas sem excluir a reunião
847 presencial. Então vamos supor, a MNU, o titular e o suplente, eles são grupo de
848 risco, aí eu acho que para uma questão concreta, uma questão mesmo objetiva, aí
849 sim, mas enfim, só lembrar desse detalhe que me veio à cabeça, mas na linha do
850 que foi colocado aqui, concordando com a Vitória, Verginia, e a Isabel.

851 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Mateus, você tem razão,
852 mas acho que a gente deve terminar o ano com as reuniões virtuais como a Vitória
853 falou, e a gente, no ano que vem, a gente começar a pensar em se reunir
854 presencialmente, e já deixar isso definido, mas com essa possibilidade Mateus, a
855 pessoa que não puder vir, a gente ter a possibilidade da reunião, de pessoas
856 entrarem virtualmente, entendeu? Especialmente as pessoas que estão no grupo
857 de risco, que não se sentem à vontade. Eu encaminharia assim, mas eu queria
858 ouvir o Governo também, queria ouvir os membros do Governo, o que vocês
859 acham? A gente termina o ano, a nossa última reunião ainda virtual, e já
860 caminhando na expectativa da primeira reunião do ano que vem ser presencial. Eu
861 gostaria de ouvir o pessoal do Governo.

862 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Ministra, eu acho
863 que foi um consenso dos colegas, a importância de manutenção nesse momento,
864 pelo menos esse ano. Eu acho que esse balanço pode ser feito novamente, ou na
865 próxima reunião, ou na primeira de 2021, porque realmente nós dependemos da
866 quantidade de casos, se estivermos em um ascendente, eu acho difícil a retomada
867 dessa reunião presencial. Mas também concordo com a importância, porque eu
868 também concordo que é um momento em que nós podemos analisar com mais
869 detalhe esse trabalho que é feito pelo Mecanismo, e debatermos com mais
870 tranquilidade. Agora, com relação a proposta do colega Mateus, eu acho que nós
871 temos que verificar primeiro a possibilidade de uma participação metade



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

872 presencial, e metade remota, eu não sei se hoje nós temos essa possibilidade
873 com a estrutura que tem no Ministério de uma participação remota de apenas uma
874 parcela. Talvez a equipe possa verificar isso, até para a gente não ficar com uma
875 falsa expectativa.

876 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Vamos caminhar Sávio, e
877 os demais, da seguinte forma. A gente encerra esse ano com as reuniões virtuais,
878 ok? E na próxima reunião a gente faz uma avaliação se já pode ser a primeira
879 presencial no ano que vem. E essa possibilidade de quem não puder vir, por uma
880 questão de impedimento, e proteção desse membro, ele participar de forma
881 virtual. Então a gente podia encaminhar dessa forma? Encerra esse ano em forma
882 virtual, com a expectativa da primeira do ano que vem ser presencial. Todos
883 concordam com esse encaminhamento? A gente podia discutir? Ou tem uma outra
884 proposta?

885 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu estou de acordo Ministra.

886 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Retiro minha inscrição, era isso que eu ia falar,
887 concordo.

888 **Sra. Natália** – Quem pediu a palavra foi o Wanderson também.

889 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – Não, a Ministra conseguiu traduzir
890 a intervenção que eu faria, e eu já faço a minha retirada de inscrição.

891 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. A gente coloca em
892 votação ou a gente decide aqui por unanimidade que vai ser esse
893 encaminhamento?

894 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Acho que foi consenso Ministra.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

895 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Então podemos deixar
896 em consenso que a gente termina esse ano em forma virtual, e na próxima
897 reunião, a gente faz uma avaliação dependendo do número de casos. Eu estou
898 torcendo para a gente ter uma boa notícia na próxima reunião, que esses casos
899 caiam, despenquem, que o Brasil consiga superar essa pandemia logo. E na
900 próxima reunião, a gente avalia se a primeira do ano que vem já dá para a gente
901 fazer presencial, mas fica assim definido, ok? Podemos, agora Natália, continua
902 aí.

903 **Sra. Natália** – Sim. Agora já seria a temática, que seriam as missões recentes do
904 MNPCT, que seria a palavra para a Bárbara.

905 **Sra. Bárbara Colinese (Coordenadora Geral do MNPCT)** – Obrigada Natália.
906 Bom dia novamente. Então, nós decidimos, já que estamos em processo de feitura
907 do relatório, fazer assim, apresentar um informe para vocês sobre as atividades a
908 partir da retomada das inspeções do Mecanismo Nacional. Então a gente vai
909 dividir em três momentos, informe da missão do Acre, que eu fui a coordenadora,
910 então eu vou fazer esse informe. Informe da questão do Distrito Federal, e o
911 coordenador que representa o Distrito Federal é Ribamar, ele vai fazer um
912 repasse, e também da última inspeção realizada no Estado do Amapá, onde a
913 coordenadora da inspeção é a Adriana. Então, a ideia realmente é fazer informes,
914 e a perspectiva de encaminhamentos possíveis, a gente trabalharia a partir da
915 feitura dos relatórios, o que não impede se alguém tiver alguma ideia, enfim,
916 interessante e puder compartilhar conosco. Então, lá no Acre nós visitamos dois
917 presídios, o presídio masculino que tem aproximadamente 3.500 presos, que é o
918 Francisco de Oliveira Conde. Nós visitamos o presídio feminino, também no
919 domingo nós conseguimos acompanhar o retorno das visitas presenciais dos
920 familiares no presídio de segurança máxima, e visitamos também o sistema
921 socioeducativo, além do órgão de perícia do Estado do Acre. Então a missão do



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

922 Mecanismo foi dessa forma, respeitando aquele protocolo de ingresso, a partir de
923 (ininteligível) segurança que nós criamos. Então, vou fazer só algumas
924 considerações de cada um desses espaços, as mais relevantes para compartilhar
925 com vocês sobre o cenário de como o Acre tem se desenvolvido frente à
926 perspectiva de proliferação de corona vírus. Nós ficamos muito impactados com a
927 entrada no presídio masculino Francisco de Oliveira Conde, porque realmente
928 parecia que não havia pandemia acontecendo naquele espaço. Assim que nós
929 ingressamos, no primeiro local, que era o local de corretivo, utilizado para
930 questões de disciplina das pessoas custodiadas que também para fazer
931 adaptação, então as pessoas que ingressam ficam nesse espaço aguardando
932 aquela quarentena para verificação de sintomas, nós percebemos que não havia
933 nenhuma medida de enfrentamento ao COVID. E quando eu falo nenhuma
934 medida, a que eu estou me referindo, nenhum interno possuía máscara, e já que
935 eles estão ingressando, e as celas estão superlotadas, então eles precisariam de
936 todas as medidas. Sejam elas, a utilização de máscaras, o acesso à água, a
937 perspectiva de materiais de higiene para fazer limpezas e assepsias, e de
938 distanciamento social. Tudo o que nós não vimos, nem utilização de máscaras,
939 nem qualquer tipo de EPI, nem o acesso a kits de higiene, eles estavam
940 completamente desassistidos de kits de higiene, e nesse primeiro momento do
941 ingresso, eles não tem qualquer contato com a família por nenhum meio. Então
942 eles também não recebem nada que possa vir da família que, não só subsidia a
943 perspectiva do que o Estado não consegue prover, mas muitas vezes é a fonte
944 central do acesso a algum item que eles possam precisar. Então eles estavam em
945 uma situação, alguns entre oito e 10 dias sem escovas de dentes, sem pastas de
946 dentes, sem sabonete, enfim, uma situação bastante degradante em celas muito
947 superlotadas, celas projetadas para uma pessoa, que eles chamam de pedra, o
948 espaço para dormir, sem colchão, com nove, 10 pessoas. Então, em uma
949 condição de que se um deles estivesse contaminado por casualidade, ali haveria



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

950 com certeza um contágio em massa. Então, algo importante também é a
951 perspectiva do acesso à água no Acre, que é um problema bastante grave. Eles
952 possuem acesso à água apenas duas vezes ao dia por 10 minutos, e essa água
953 serve para tudo, para eles beberem, lavarem as roupas, tomarem banho, fazerem
954 a higiene das celas, usarem na perspectiva do vaso sanitário. Então assim,
955 quando a água cai por 10 minutos, eles deixam no balde para acumular, e daí eles
956 distribuem para as pessoas. É bastante insuficiente, porque a precariedade da
957 higiene era notória, um ambiente bastante fétido, e também bastante insalubre,
958 bastante sujo. A gente percebia a presença, enfim, de insetos, de ratos, enfim,
959 entre outros. A perspectiva das celas superlotadas também foi bastante
960 impactante, a gente percebe que no geral a recomendação nº 62 do CNJ com
961 medidas liberatórias, com medidas de conversão e prisão domiciliar, monitoração
962 eletrônica, não foi contundente, não foi observada de forma adequada pelo
963 judiciário. Então, realmente a superlotação é algo que não foi combatida e nem
964 reduzida, e quando nós pensamos no contexto da pandemia, reduzir a
965 superlotação é uma estratégia fundamental para poder dar acesso às pessoas,
966 aos cuidados necessários, e às medidas de enfrentamento do COVID, que se
967 baseiam basicamente no isolamento, nas assepsias e no acesso, atendimentos, e
968 kits de higiene. Então, outra questão, essas celas que recebem as pessoas, eram
969 as piores celas do presídio, todas eram muito ruins, mas essas eram muito piores,
970 elas não possuíam qualquer tipo de ventilação natural, era um corredor escuro,
971 fechado, onde a única entrada de ar era a da frente da grade, então isso não
972 permite que aconteça uma ventilação cruzada, no momento de pandemia, nós
973 sabemos da importância da ventilação, como um fator também de enfrentamento.
974 E também não havia nenhum tipo de ventilação mecânica, nem nos corredores
975 dessas alas. Então, considerando o calor extenuante do Acre, porque foi
976 extenuante fazer essa inspeção especialmente, todos paramentados,
977 paramentadas, que haja uma ventilação mecânica para auxiliar um pouco esse



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

978 processo, nos pareceu bastante injustificado, nem na parte externa dessas alas. A
979 iluminação é extremamente paca, foi bastante notório também que muitas celas
980 não tinham nenhum tipo de iluminação, nem no corredor e nem dentro das celas,
981 nós não entendemos o porquê dessa situação, porque em uma cela superlotada,
982 onde você sabe que aquela estrutura sanitária não tem um vaso, tem um buraco
983 no chão. Nós ficamos imaginando, então quando acaba a luz natural, como você
984 se dirige até esse espaço e consegue utiliza-lo de forma adequada, não gerar
985 mais falta de higiene, e aí você não tem água para combater essa perspectiva.
986 Enfim, é todo um ciclo muito grande de problemas. Poucos e raros presos
987 possuem um colchão, e aí, tem uma situação interessante, na FOC, no Francisco
988 de Oliveira Conde, existia um pavilhão destinado a todos os casos de suspeitas e
989 casos confirmados de COVID. No entanto, quando nós fomos na área de seguro,
990 que são as pessoas que tem a vida ameaçada, ali se encontram com vida
991 ameaçada por causa de alguns crimes, ou população LGBT, e nós encontramos
992 fazendo essa inspeção no seguro, que são, entre triagem e seguro, são sempre as
993 celas mais degradadas, mais precárias. E encontramos uma cela projetada para
994 uma pessoa, com 25 pessoas, onde havia um senhor idoso de 70 anos que tinha
995 asma, hérnia, tuberculose, era suspeita de COVID, estava nessa cela com mais
996 25 pessoas. Isso nos pareceu muito impactante, e o idoso vem se arrastando,
997 eram tantas pessoas na cela tão diminuta que todos ficavam de pé, e haviam
998 algumas redes para alguns ficarem por cima, porque não cabiam os 25 na cela,
999 esse senhor estava deitando, e veio meio se arrastando quando os próprios
1000 presos denunciam a situação desse senhor, e o medo também de ele ter COVID e
1001 de estar nessa cela nesse nível de superlotação que provavelmente, se ele tiver
1002 vai contagiar os demais presos. Nós perguntamos imediatamente ao diretor sobre
1003 aquela situação, e solicitamos imediatamente a remoção para a enfermaria, e para
1004 aquele pavilhão destinado a esses tipos de casos. Nós fomos verificar o pavilhão,
1005 e havia vagas, e o diretor tranquilamente nos olhou, e disse: “Não, quando tem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1006 COVID, a gente isola na própria cela.” Então, se contradizendo, e contradizendo
1007 com o pessoal da enfermagem que orientou que essas pessoas suspeitas e
1008 confirmadas fossem colocadas em um pavilhão que foi destinado para isso. Então,
1009 mais nos surpreende que havendo lugar, e um lugar específico, e havendo vagas,
1010 que esse senhor estivesse dessa forma, descuidado nesse espaço. Nós também
1011 não entendemos, mas foi muito naturalizada a resposta do diretor de tipo, quando
1012 tem COVID, a gente deixa isolado na própria cela. E esse flagrante realmente
1013 conforma que essa situação ocorre, que aquele pavilhão específico talvez esteja
1014 sendo subutilizado. Nós fomos ao Acre por vários motivos, dentre eles porque o
1015 Mecanismo ainda não havia estado no Estado do Acre, e a nossa meta é finalizar
1016 todos os Estados do Brasil na perspectiva de visitas regulares. E também porque
1017 no início da pandemia, ali por final de abril, dia 22 de abril, houve a falta de água
1018 nesse presídio com 3.500 presos por três dias, as pessoas custodiadas
1019 começaram a ficar preocupadas, porque sabiam da pandemia, sabiam da
1020 necessidade da água. Aí esse lugar que eu descrevi para vocês, sem ventilação,
1021 calor insuportável, eles ficaram sem beber água, porque eles não tinham acesso a
1022 água para nada em três dias, com aquele calor extenuante que o Acre tem essa
1023 temperatura que é bastante elevada, bastante incômoda. Depois de três dias, eles
1024 começaram a bater grades pedindo por água, para tomar água, para ter acesso a
1025 água, porque, vocês imaginam tudo o que isso gerou, em questão de odores, em
1026 questão de necessidades de acesso a beber água mesmo, enfim. E aí, o Grupo de
1027 Operações Especiais do IAPEN, o GPOE ingressou, algo que não é novidade, nós
1028 já sabemos que os grupos de operações especiais têm um perfil de atuação
1029 específico. E esse grupo entrou para fazer uma intervenção por esse bate grade,
1030 não chegou a ser uma rebelião nem nada parecido, foi uma reivindicação das
1031 pessoas. E aí, a entrada do GPOE resultou em 61 presos feridos, sendo que
1032 alguns perderam permanentemente a visão, a audição, partes de alguns dedos,
1033 ouvidos. Interessante que em contato com a perícia nós tivemos acesso aos



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1034 laudos periciais que apontam para que as lesões, elas tenham sido produzidas em
1035 posição de rendição, o que agrava ainda mais a atuação desse grupo especial.
1036 Então, entre os relatos que nós ouvimos, as lesões que nós pudemos atestar, e
1037 também os laudos periciais, realmente há muitos indícios de que foi uma atuação
1038 bastante excessiva na questão do uso da força. E quando nós perguntamos sobre
1039 protocolo de uso da força e de atuação desse grupo, nenhum policial penal, ou
1040 diretor ou qualquer outra pessoa sabia dizer se existia ou não, e se existia, eles
1041 não conheciam. Então, a gente precisa olhar para essa temática, que nesse caso,
1042 por exemplo, foi emblemática para pensar um pouco sobre a atuação desses
1043 grupos de operações especiais. E quando nós tivemos acesso a essas pessoas,
1044 vimos todas elas, especialmente essas que perderam permanentemente algum
1045 título de sentido, e elas estavam bastante descuidadas, sem o atendimento de
1046 saúde adequado. Nós solicitamos, para avisar para vocês também ao Ministério
1047 Público, a Promotoria responsável pelo controle policial que se investigue, se
1048 possível (ininteligível) de atuação do GPOE. Nos colocamos a disposição para
1049 fazer diálogos em relação a esse protocolo caso haja, para a gente observar junto
1050 com eles se é um protocolo adequado, se a gente pode trazer melhorias, enfim.
1051 As revistas por esse grupo, elas foram relatadas como bastante brutais, os
1052 pertences são sempre quebrados, poucos pertences que ingressam. Muitos
1053 relatos de agressão nos presos, agressões físicas e verbais, nós vimos muitas
1054 pessoas machucadas, de vários níveis de lesões. E eles também relataram que
1055 essas revistas, eles deixam os presos desnudos debaixo do sol na quadra por
1056 muitas horas, e isso foi muito reiterado. Dizer para vocês que nós triangulamos as
1057 informações para colocar no relatório, e quando nós escutamos em todos os
1058 pavilhões, porque nós andamos por andamos por todos os espaços do sistema
1059 prisional, a mesma fala, então a gente também triangula de que há fatos que
1060 quando se repetem de forma sistemática são verídicos. Algo também para ser
1061 observado muito importante, é o baixo contingente de servidores em todos os



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1062 âmbito, em especial dos policiais penais. Os plantões, tem aproximadamente 75
1063 policiais penais, mas desses 75, os que ficam realmente em contato com esses
1064 3.500 presos, podem ficar entre 20 e 30, distribuídos por todos esses presos.
1065 Então, é um número muito baixo, qual o reflexo disso? O reflexo disso é o
1066 estresse do próprio policial penal, o reflexo disso é que eles não conseguem fazer
1067 escolta dos presos, não conseguem dar o acesso ao preso aos atendimentos
1068 jurídicos, psicossociais e de saúde. E como não há uma busca ativa do setor de
1069 saúde nas galerias, nos pavilhões para identificar as pessoas presas que
1070 necessitem desse atendimento. Fica a cargo dos policiais penais que já em baixo
1071 número, não conseguem tão pouco ficar passando de espaço em espaço, e
1072 fazendo uma verificação que é técnica da área de saúde, tendo essa
1073 responsabilidade para eles, houve reclamações nesse sentido, de que eles não se
1074 sentem aptos para fazer essa busca ativa. E o setor de saúde, bastante
1075 precarizado também não faz, e o resultado é que a pessoa privada de liberdade
1076 fica basicamente sem acesso a qualquer tipo de atendimento, seja pelo baixo
1077 contingente, seja porque não existe uma busca ativa, e seja porque não exista um
1078 alinhamento entre as equipes. Queria deixar registrado aqui que dia 11 de
1079 setembro houve a morte de um detento nesse presídio, inicialmente foi levantada
1080 a questão de omissão de socorro. Muitos presos relataram de que ficaram
1081 batendo grade chamando, porque isso aconteceu durante a madrugada, por
1082 atendimento por essa pessoa presa. E existe uma linha agora de investigação da
1083 perícia, e de outros órgãos para realmente observar se houve essa omissão de
1084 socorro. Em contato com a perícia local, oficial de Estado, eles disseram que a
1085 causa morte foi asfixia mecânica. Então nós temos aqui duas questões, se por um
1086 lado pode ter havido omissão de socorro, esse preso, ele morreu por asfixia
1087 mecânica, ou seja, os colegas da cela o mataram. E aí a gente tem que conversar
1088 com o gestor para entender porque esse preso ficou no espaço, que talvez não
1089 fosse apropriado para a segurança da sua própria vida. Então, algo que dá para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1090 deixar aqui também registrado, é que os jogos com administração penitenciária do
1091 Estado são péssimas, já enviamos alguns ofícios questionando algumas questões,
1092 pedindo elucidações em relação a esse caso, e até agora não tivemos nenhuma
1093 resposta. Também solicitamos o documento para a feitura do relatório, que até
1094 hoje não tivemos, não recebemos nada. Aí eu vou falar rapidamente sobre o
1095 feminino, considerações mais importantes do que nós vimos, e inicialmente
1096 começar pela área destinada ao COVID, que é a pior do presídio, nós não
1097 compreendemos porque os gestores estão escolhendo as áreas que eram
1098 destinadas ao corretivo, que nós sabemos que tem um perfil específico que na
1099 perspectiva da punição e da repunição da pessoa custodiada. É um espaço mais
1100 precário, mais insalubre, com infraestrutura mais deficitária, e esses locais estão
1101 sendo escolhidos para tratar as pessoas confirmadas e suspeitas dos casos de
1102 COVID. Nós não estamos compreendendo a lógica, se tem uma pessoa que
1103 precisa de medidas sanitárias, de higiene bastante adequadas a situação, de
1104 ventilação, porque tem problemas respiratórios, e todo o quadro do COVID que
1105 nós conhecemos, estão, ao contrário, ficando nos piores espaços das unidades
1106 prisionais no país, porque isso não acontece só no Acre. Depois a Adriana vai
1107 falar um pouco do Amapá também. Então, lugares muito sujos, escuros, sem
1108 ventilação natural ou mecânica. E sempre que não a ventilação natural, e os
1109 presídios tem essa perspectiva de ser construídos, em uma perspectiva de que
1110 não tenha ventilação, que também é incompreensível, porque o próprio CNPCT
1111 traz a perspectiva das estruturas, que devem ter a ventilação cruzada. E foi
1112 chocante ver que muitas daquelas mulheres estavam ali há oito, 10 dias, sem
1113 nenhum tipo de material de higiene, nenhum, nada. Elas estavam ali com um
1114 pedacinho de pano, que era uma toalha, não tinham escova de dente, não tinham
1115 creme dental, sabonete, nada, também não tinham nenhum contato com a família.
1116 Quando elas passam por esse ingresso, duas situações, ingresso na unidade que,
1117 as unidades tem deixado as pessoas em quarentena, e também as pessoas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1118 confirmadas e suspeitas de COVID, elas perdem mais direitos, elas acabam
1119 ficando em um momento de violação extrema dos direitos. Porque elas não podem
1120 ter contato nem por ligação telefônica com a família, elas ficam sem contato, elas
1121 ficam isoladas de tudo esses dias, e também não tem direito ao banho de sol,
1122 também medidas incompreensíveis e que vão de encontro às medidas de
1123 orientação do Ministério da Saúde, da Organização Mundial da Saúde, de que
1124 essas pessoas inclusive precisam tomar sol, estar em espaços ventilados. Então
1125 assim, nós não estamos compreendendo como as medidas nos Estados estão
1126 sendo aplicadas de forma tão contraditória em relação ao que está disposto nas
1127 orientações pelo Ministério da Saúde e Organizações de Saúde Mundiais. Então,
1128 isso nos causa muita preocupação. Foi notória também a baixa adesão pelo
1129 judiciário da recomendação 62 CNJ. Na nossa breve passagem por essa unidade,
1130 nós identificamos aproximadamente 40 mulheres que poderiam ter acesso a
1131 prisão domiciliar ou monitoração eletrônica, pois reuniam condições previstas na
1132 recomendação do CNJ. Tinha um caso, por exemplo, de uma gestante de oito
1133 meses que estava ali, porque a tornozela tinha quebrado, várias dessas
1134 mulheres tem filhos menores de 12 anos, e de acordo ao diretor, 95% das presas
1135 que estavam naquela unidade, estavam ali por tráfico de drogas. Então assim, que
1136 também conversam com a perspectiva da recomendação do CNJ. As condições
1137 das mulheres, física e psicológica, foi bastante degradante, muitas delas são
1138 abandonadas pela família, a gente sabe que tem o perfil do presídio feminino, das
1139 presas, é de que o abandono da família, dos seus companheiros, enfim. Então,
1140 quando elas não têm a família para prover, elas realmente tinham uma
1141 alimentação bastante deficitária, muitas delas estavam muito magras, não tinham
1142 quase acesso à vestuário, kits de higiene nenhum. E a questão dos absorventes,
1143 não estavam sendo entregues pela unidade prisional, e o diretor disse que porque
1144 ele não tinha, e ponto final. E essas mulheres então desassistidas pela família
1145 acabavam pegando pedaços da própria toalha para de alguma forma conseguir



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1146 fazer esse tipo de higiene, ou utilizando o miolo de pão e coisas similares. Então é
1147 esse nível de degradância, e especialmente que a mulher sabe que isso é
1148 impactante. Muitas delas também, muitas estavam muito desesperadas, chorando,
1149 foi bastante forte fazer as entrevistas, porque o desespero de não ter o contato
1150 com a família, agora as visitas retornaram nesse final de semana que nós
1151 estávamos lá. E no caso das mulheres, todo o IAPEN, falou que apenas uma
1152 pessoa pode entrar, por medidas de segurança, é até compreensível. No entanto,
1153 as mulheres mães, não foram observadas na sua especificidade para de repente,
1154 essas visitas terem um adulto e uma criança, pelo menos, para que ela pudesse
1155 manter algum tipo de contato com o filho. E não existe medida alternativa no Acre,
1156 não houve medida alternativa a visitas, pessoas ficaram meses de pandemia
1157 completamente isoladas, incomunicadas com suas famílias, o que é gravíssimo. E
1158 que foi um grande vetor de tortura, e continua sendo em todo o país, a perspectiva
1159 da incomunicabilidade, e motivo de algumas rebeliões também. Então, para
1160 resumir, o sistema prisional do Acre não está adotando nenhum tipo de medida
1161 para o enfrentamento ao corona vírus, em um total descaso em relação a saúde
1162 das pessoas aprisionadas. Essa é a nossa conclusão preliminar. Para fechar, falar
1163 um pouquinho do sistema socioeducativo, muito rapidamente, que também foi o
1164 lugar que nos deixou bastante preocupados. Primeiro que o sistema
1165 socioeducativo, a unidade que nós visitamos masculina, ela era uma delegacia, e
1166 foi adaptada, e aí a gente tem que pensar nessa política nacional de como os
1167 sistemas socioeducativos são adaptados, como eles não são construídos a partir
1168 do SINASE, o que já começa a partir de uma violação, porque uma delegacia não
1169 vai ter a mesma estrutura de um ambiente de socio-educação. E essa mescla de
1170 prisional com socioeducativo, a gente tem que trabalhar cada vez mais para
1171 apartá-la, porque o socioeducativo tem um viés diferente da perspectiva prisional.
1172 Durante a pandemia ingressaram mais de 100 adolescentes na unidade, o que
1173 também foi preocupante, porque no momento da pandemia, a gente tem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1174 recomendação do CNJ, que realmente versa sobre a preocupação com a
1175 superlotação, e a perspectiva de que realmente ingressem só quem realmente
1176 precisa estar aprisionado em regime fechado, e adote outras medidas em relação
1177 a outro tipo de casos que eles preveem. Não há concurso do sistema
1178 socioeducativo para agente socio-educador efetivo. Todos os agentes eram do
1179 IAPEN. De novo, essa mescla do que é o prisional e socioeducativo, quando a
1180 gente percebe que na ponta a perspectiva do adolescente que está aprisionado no
1181 sistema socioeducativo se torna um sistema prisional, a perspectiva da punição,
1182 da repunição, e o esquecimento de que ele está ali para uma medida de
1183 socio-educação. Os adolescentes, alguns, os que entram, de novo, os
1184 adolescentes que ingressam na unidade, que ficam naquela quarentena, ficam
1185 completamente aprisionados naquele alojamento por 24h durante 15 dias, não tem
1186 acesso a nada. E quando eu falo a nada, é incomunicabilidade de novo, quando
1187 eu falar nada, é também não ter acesso ao solário. Os outros adolescentes que
1188 são provisório sentenciados, tem acesso ao solário três vezes por semana
1189 aproximadamente 1h30, ou seja, três vezes por semana, como nesse momento de
1190 pandemia, as atividades estão suspensas, eles ficam, os outros, todos os dias
1191 encerrados sem fazer nada dentro dos alojamentos. Não havia nada dentro dos
1192 alojamentos, eles não podiam possuir livros, nem nenhum outro tipo de material,
1193 para poder de repente estudar, ter um entretenimento, nada. Eles ficam dentro dos
1194 alojamentos sem fazer nada, com nenhum tipo de nada, é bem chocante. Outra
1195 coisa que nos chamou atenção, eles estavam todos molhados, porque não tem
1196 ventilação. Como era uma delegacia, a estrutura física, ela só tem entrada de ar
1197 pela grade onde você tem o acesso com o adolescente, ela é toda fechada, todas
1198 as paredes fechadas, sem nenhuma janela, o que não permite novamente a
1199 ventilação natural. E mesmo assim, eles não podem ter ventiladores. A justificativa
1200 das autoridades é que o ventilador é uma arma, então pensando dessa forma,
1201 eles podiam pensar em colocar um ventilador, nem que fosse na área externa.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1202 Mas não existe nenhuma vontade, e eles estavam, era bastante absurdo
1203 conversar com eles, eles pingando, e todos molhados de tanto calor. Eles também
1204 não têm acesso à água de forma ilimitada, são três vezes ao dia, 10 minutos, e a
1205 mesma situação, bebem a água, tomam banho, lavam, fazem a higiene dos
1206 alojamentos, enfim, uma água bastante insuficiente na sala de todos. Tem
1207 também no socioeducativo, algo que nos preocupou, que eles são obrigados a
1208 cortar o cabelo contra a sua vontade, os socio-educadores cortam o cabelo de
1209 todos, deixam todos eles com um certo padrão, o que nessa, por questão da
1210 adolescência tem impactos bastante fortes, muitos deles se relatavam com muito
1211 sofrimento, e chorando de que não gostaram, que se sentiam mal, se sentiam
1212 feios, enfim. Toda uma situação adolescente, que se a gente pensar na
1213 perspectiva psicológica, tem impacto profundo. A incomunicabilidade também foi
1214 algo que me chamou muita atenção por serem adolescentes, alguns deles já
1215 terem família, já terem filhos, e deles ficarem tanto tempo sem poder ter contato, e
1216 o único contato carta, e às vezes uma ligação sem uma certa frequência, sem uma
1217 garantia. E também a questão da realização de revistas (ininteligível) nos
1218 familiares, o fato de não terem *body scan* então, justifica na versão da gestão, a
1219 revista fichatória nos familiares que é aquela do desnudamento, agachamento,
1220 enfim, isso também nos pareceu bastante chocante, em 2020 ainda, depois de
1221 tantos debates e discussões sobre isso. Para fechar, eu queria deixar registrado a
1222 preocupação com o que essa falta de atividade, na fala de todos, eles falavam que
1223 deixam com pensamentos ruins, incluindo vontade de cometer suicídio. Então, a
1224 gente está falando aqui de coisas extremamente sérias, de que esse vazio para os
1225 adolescentes tem um impacto muito forte inclusive, muito perigoso que é essa
1226 situação dessa angústia que pode acabar evoluindo para um suicídio. E por fim
1227 mesmo, a questão da perícia no Acre de forma muito rápida, é uma perícia
1228 bastante sucateada, a gente tem que olhar para esses espaços periciais. Porque a
1229 importância da perícia, é o órgão oficial do país que produz a prova da prática de



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1230 maus tratos e tortura, e se a gente deixa ele de lado, e continua não apoiando
1231 essa perspectiva da autonomia da perícia, de que tem uma perícia que tem um
1232 equipamento forte, fortalecido, autônomo, eficaz, a gente nunca vai conseguir
1233 comprovar as práticas de maus tratos e tortura. Só deixar um alerta, que por
1234 exemplo, no Acre, tem apenas dois médicos legistas, é impossível, impraticável,
1235 pensar no Instituto Médico Legal, que tem uma abrangência estadual inclusive,
1236 com dois médicos legistas. Então a gente precisa pensar estratégias nacionais,
1237 governamentais com os Ministérios que sejam adequadas essas demandas, um
1238 diálogo sobre essa falta de equipamento das perícias, que são um aparelho que
1239 trabalha para garantia da justiça dos nossos cidadãos e cidadãs brasileiros. Eram
1240 essas observações que eu gostaria de fazer do Estado do Acre, e aí passo a
1241 palavra para o Ribamar para dar o informe sobre o Distrito Federal, e depois
1242 Adriana, Amapá. Obrigada.

1243 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Bárbara, você deixou a
1244 gente sem fôlego aqui, viu? Assustador, Bárbara. Ribamar, vamos te ouvir.

1245 **Sr. José Ribamar Araújo e Silva (MNPCT)** – Bom dia a todos e a todas. Vou
1246 fazer uma ponte rápida ainda em complementação à Bárbara, registrando que ali
1247 estivemos no Acre, uma equipe bem sintonizada, composta e coordenada pela
1248 Bárbara, com a presença da Tarcila e eu. E uma dificuldade que nós tivemos na
1249 interlocução com o Sistema de Justiça Local que a Bárbara já registrou, foi de
1250 certa forma minimizada por uma participação efetiva do Promotor de Justiça
1251 (ininteligível) da Vara de Execuções Penais, que efetivamente participou e se
1252 engajou até hoje nos desdobramentos da missão. Como também tivemos como
1253 convidado especial o PRDC, Dr. Lucas Dias, se não me falha a memória, me
1254 corrija Bárbara, Lucas Dias, esse disciplinarmente se engajou na missão, e não só
1255 se engajou durante a missão, como se engajou do desdobramento da missão, na
1256 sua missão específica. Estava por exemplo, absorvendo uma pauta que nos é



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1257 muito rara, questionar o Governo Estadual sobre a aplicação dos recursos do
1258 FUNTEN, que era esfera de competência dele, e que nós tanto lutamos para estar
1259 presentes, como na Lei 2847 de 2013, Artigo 9º, § 3º que eu não canso de repetir,
1260 e é o único que eu gravei. Que diz, que as nossas recomendações tem que ser
1261 levadas em consideração na aplicação dos recursos do FUNTEN, por que?
1262 Porque em grande medida, o recurso que está indo para o Acre, em grande parte
1263 do território nacional, tem sido aplicado na contramão de nossas recomendações.
1264 Seja nas arquiteturas prisionais que são construídas, seja no armamento que é
1265 financiado sem o devido preparo, devido protocolo de uso da força dentro dos
1266 estabelecimentos prisionais. Isso só para fazer uma ponte rápida em
1267 complementação aquela síntese que ficou muito boa, mas com o limite de tempo,
1268 a Bárbara, eu acho que merecia esse acréscimo. Falando do Distrito Federal, eu
1269 vou falar muito pouco, porque é um desdobramento daquilo que já discutimos na
1270 outra reunião. Eu queria cumprimentar a todos, na pessoa do Comitê, na pessoa
1271 da Ministra pelo esforço que deram os desdobramentos, naqueles reclames que
1272 nós fizemos sobre as dificuldades que encontramos para levar a bom termo o ciclo
1273 virtuoso da missão no Distrito Federal. Vocês todos recordam, e é por isso que
1274 vamos ter a reunião amanhã, 1º de outubro, com o TJDFT, por conta de
1275 problemas que nós nos deslumbramos e se renunciaram a exemplo que o
1276 Governo, desde 2017 aqui no Distrito Federal, que diferentemente do que vivemos
1277 no restante do Brasil, se renunciava uma obstacularização de prerrogativa, que
1278 nós comunicamos aqui e teve o devido desdobramento que nós esperávamos, e
1279 esperamos até amanhã. Mas isso, como que chama? Nos interrompeu o ciclo
1280 virtuoso de preparação, nós, em todas as missões que fazemos, iniciamos um
1281 diálogo institucional com a Sociedade Civil, aqui no caso do Distrito Federal,
1282 dignamente representada por diversas entidades, seja da Sociedade Civil, seja
1283 das universidades, seja do grupo de familiares de presos presentes na frente do
1284 encarceramento do Distrito Federal com quem iniciamos uma conversa. De



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1285 igual forma é, ao núcleo interno do Mecanismo coordenado pela Adriana, fez uma
1286 série de interlocuções com o Ministério Público aqui do DF sobre as situações das
1287 ILPIs, as instituições de longa permanência, que aqui seria uma prioridade da
1288 nossa visita também. Nós chegamos a fazer o diálogo institucional com
1289 Ministério Público, chegamos a fazer o diálogo institucional com Defensoria
1290 Pública Estadual, mas como já é conhecido de todos, tivemos aquele problema
1291 que denunciava-se uma censura prévia sobre a produção de provas, que para
1292 nós são muito caras, da documentação. É verdade que a Portaria que nós já
1293 havíamos empreitado em 2017, inclusive em uma visita conjunta com o SPT aqui,
1294 que feria a lógica da hierarquia das normas, porque era uma Portaria da VEP que
1295 afronta as nossas prerrogativas de livre acesso, de livre documentação para a
1296 produção do relatório consubstanciado, era enfrentado por dois artigos desta
1297 Portaria, que nós de comum acordo com o Comitê, quisemos chegar a título de
1298 observação, e reclamação, seja a própria VEP, seja o (ininteligível). É preciso
1299 lembrar que o Presidente do TJDF se fez representar por dois Juízes auxiliares,
1300 um auxiliar da presidência, e outro auxiliar da corregedoria em uma reunião que já
1301 tivemos, como também fizemos o DMF, Departamento de Monitoramento e
1302 Fiscalização do CNJ, que sinalizou que nós não teríamos problemas aqui na
1303 expressão quanto aquela Portaria. Nós, na nossa avaliação interna, achamos
1304 muito precária que isso fosse feita, de certa forma, um arranjo institucional que
1305 talvez favorecesse a título de beneficie o Mecanismo, e não o reconhecimento
1306 efetivo das nossas prerrogativas. E esse em grande medida, é o tema de debate
1307 que queremos levar amanhã também com o TJDF. Então nós avaliamos que não
1308 íamos suspender a missão, fizemos um comunicado inclusive à VEP, inclusive ao
1309 CNJ, através do DMF, inclusive ao TJDF, e ao próprio GMF, Grupo de
1310 Monitoramento e Fiscalização, que aqui no Distrito Federal é presidido pela
1311 própria Juíza da VEP, Dra. Leila Curi, e também a PRDC como é de praxe. Em
1312 todos os Estados do MP, temos algum nível de obstacularização, nosso parceiro,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1313 interlocutor privilegiado é o Ministério Público Federal que é representado dentro
1314 do sistema, pelas procuradorias regionais de direito do cidadão, e assim fizemos
1315 aqui no DF. Tivemos uma apreciação da PRDC aqui do DF que somente um
1316 tempo depois nos mandou uma manifestação, na verdade, ela optou pelo
1317 arquivamento da nossa reclamação (ininteligível) não considerou aquilo que para
1318 nós era fundamental na análise, que seja a censura prévia da documentação que
1319 produziria, no meu ponto de vista, no meu parecer, muito pessoal. Mas aqueles
1320 que, peritos ou especialistas possam ver, e a gente possa disponibilizar a decisão
1321 da PRDC, vamos ver. Porque ela não se ateu a essa questão fundamental, e não
1322 se atendo a isso, ela considerou que não havia motivo para a reclamação. Tudo
1323 isso para contextualizar que nós fizemos uma avaliação, de que também perdendo
1324 o *time*, porque o contexto em que se inteirava a necessidade, uma expressão aqui
1325 no Distrito Federal, era o contexto de incomunicabilidade, porque estavam
1326 suspenso há meses as inspeções do Ministério Público, as inspeções da
1327 defensoria, e sobretudo as inspeções, perdão, as visitas regulares dos familiares.
1328 Como tudo isso está se normalizando, e na nossa agenda planejada, diversas
1329 outras missões se impõem, ainda mais, surgiu o convite para nós muito
1330 (ininteligível) e importante de acompanhamento de uma missão da Defensoria
1331 Pública da União no Sistema Penitenciário Federal, nós avaliamos que não seria
1332 possível voltar a fazer essa reprogramação ainda em 2020. Assim que nós já
1333 expedimos o comunicado a todos, os nossos interlocutores privilegiados no
1334 Distrito Federal, inclusive ao TJDFT, (ininteligível) também a VEP aqui no Distrito
1335 Federal, que nós estamos nos reprogramando para 2021. Houve um prejuízo no
1336 lapso temporal e impasse de todo o acúmulo e do prejuízo de não termos tempo
1337 em que estava planejado. Então é mais essa comunicação que eu quero fazer, eu
1338 não sei se as minhas colegas, que além da Tarcila também, a Adriana e a Bárbara
1339 integrariam junto com o Daniel essa missão (ininteligível) querem acrescentar
1340 alguma coisa. Senão, é esse o informe, e assim, também essa preocupação que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1341 nós queríamos aqui, Ministra e os demais do Comitê que vão participar da
1342 audiência amanhã com o TJDF. Nós queremos evitar que haja maiores
1343 pressões, mas é preciso produzir, na verdade, todo esse nível de questionamento
1344 que nós já vivemos desde 2017 aqui com a VEP no Ministério Federal. Aliás,
1345 problemas que eu nunca encontrei como ouvidor de Segurança Pública, nem
1346 assim, com todas as prerrogativas do Mecanismo Nacional de Prevenção e
1347 Combate à Tortura, a nível nacional tem. Eu nunca encontrei no interior do interior
1348 do meu Maranhão, e a gente segue encontrando esse nível de dificuldades aqui
1349 no Distrito Federal. A Adriana que me sucede, vai falar de boas notícias que nós
1350 trazemos lá do Amapá. A Bárbara me olhou como diria, nem tantas, mas o que
1351 tange ao TJ do Amapá e ao cumprimento das recomendações 62, eu costumo
1352 dizer que há bolas que nós chutamos aqui do Planalto Central e que não entraram
1353 no gol aqui no Distrito Federal, mas entraram no Amapá. E é sobre isso que nós
1354 queríamos falar na sequência com a ajuda da Adriana. Eu não sei se alguém quer
1355 me fazer alguma pergunta, senão eu acho que é isso que eu tinha para apresentar
1356 sobre o Distrito Federal. Então é isso, muito obrigado, e eu passo a palavra para a
1357 Adriana.

1358 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Bom dia para
1359 cada um, cada uma. Vocês conseguem me ouvir bem?

1360 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Está um pouco baixo
1361 Adriana, aumenta aí um pouquinho. Eu acho que no final eu farei uma pergunta,
1362 viu Ribamar? Fica aí.

1363 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Pode, eu acho
1364 que, não seria melhor encerrar o Distrito Federal então?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1365 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Pode ser Adriana. Eu
1366 tenho algumas perguntas, mas acho que todo mundo vai querer fazer depois para
1367 todo mundo, está bom?

1368 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Ok então. Nossa
1369 ideia com relação ao Amapá, de fato era fazer um informe. A missão aconteceu no
1370 período de 14 a 18 agora de setembro, foi a primeira vez que o Mecanismo
1371 Nacional realizou uma missão no Estado do Amapá, e foi a segunda atividade de
1372 inspeção depois que o órgão retomou as atividades presenciais com adoção do
1373 protocolo de entrada. Inicialmente essa missão era programada, conforme o
1374 planejamento anual do Mecanismo para o período da última semana de março,
1375 início de abril, mas ali foi o início da pandemia, e já vínhamos avaliando com os
1376 atores locais, representantes das instituições, tanto do Estado, quanto da
1377 Sociedade Civil, a viabilidade de manter aquela agenda, então decidimos por
1378 adiar. A missão, ela tinha alguns critérios que nos levou para definir esse Estado,
1379 e dentre esses, nós destacamos denúncias que nós recebemos no ano de 2019
1380 referente ao sistema socioeducativo e prisional que apontavam graves violações
1381 de direitos. Nos dois sistemas, uma outra coisa que me chamou bastante atenção
1382 nesse período sobretudo de monitoramento remoto que nós viemos fazendo
1383 desde o início da pandemia, era a fragilidade de informações, e ausência de
1384 dados oficiais sobre condições das pessoas presas durante o período da
1385 pandemia. Nós tivemos algumas informações extraoficiais, e fizemos diversos
1386 ofícios para as autoridades locais, e poucos ofícios foram respondidos, e muitos
1387 com respostas, um tanto evasivas, generalistas, podíamos dizer assim. Um outro
1388 fato também que chamou a nossa atenção, ainda na fase de preparação da
1389 missão, e na definição do Estado, era a ausência de visitas de inspeção em ILPIs.
1390 O Estado do Amapá tem duas ILPIs, e não é uma prática do Conselho de Direito
1391 da Pessoa Idosa, nem dos demais órgãos de fiscalização previsto no Estatuto do
1392 Idoso, a fiscalização desses espaços. E tivemos inclusive, uma reunião



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1393 preparatória com o Conselho Estadual, e isso de fato foi evidenciado, não faz
1394 parte das atribuições do Conselho Estadual, e nem do Municipal, fiscalização. São
1395 instituições bastante fechadas ao controle externo. Então, com essas informações
1396 nós partimos, e chegando lá, ainda tivemos algumas outras reuniões que nos
1397 ajudaram a definir os espaços, a serem visitados, fizemos reuniões com a
1398 Sociedade Civil, e com a Defensoria, e o Conselho Estadual dos Direitos da
1399 Pessoa Idosa. E para nós, foi uma surpresa, porque no período que estávamos
1400 planejando a missão, e pela sinalização que tínhamos dos atores locais, já estava
1401 claro que nós íamos fazer as inspeções nas instituições, mas provavelmente as
1402 reuniões seriam virtuais, por conta dos limites, e segurança que cada instituição
1403 buscava em relação a pandemia. Mas fomos surpreendidos com o contrário,
1404 fizemos praticamente todas as reuniões presenciais, tivemos uma adesão,
1405 inclusive da Sociedade Civil, que tínhamos relato de que não havia tanta
1406 organização, e o que a gente comprovou foi o contrário. Existe sim muitas
1407 organizações que estão levando pautas importantes, como socioeducativo, saúde
1408 mental, a questão do LGBT e outras, a (ininteligível) carcerária também estava
1409 representada. E aí, então nós, além da equipe de missão do Mecanismo, que
1410 éramos Bárbara, eu, Ribamar e Tarcila, tivemos também uma grata surpresa,
1411 porque tínhamos feito pedido de reunião com a Defensoria Pública Estadual, e
1412 eles ao responderem que iriam manter a reunião conosco, também disseram que
1413 gostariam de acompanhar a missão. Então, essa missão também teve a
1414 participação da Defensoria Pública do Estado, e do PRDC como também no Acre,
1415 o PRDC esteve presente. E essa presença da Defensoria Pública do Estado foi
1416 bem importante no sentido de que eles puderam fazer o trabalho que é deles.
1417 Então, muitas demandas que tinha por assistência jurídica, eles já foram ali
1418 coletando, anotando para as providências posteriores. E também, eu acho que a
1419 gente precisa destacar que não tivemos dificuldades para acesso às instituições,
1420 exceto nas ILPIs, tanto na pública, quanto na privada. Essas instituições, elas,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1421 nesse período de COVID ficaram ainda mais fechadas, mesmo as alternativas
1422 para o acesso da família, e manutenção e fortalecimento de vínculos familiares,
1423 não foram pensadas, nem alternativas sobre isso. As duas instituições de idosos,
1424 elas tinham uma única alternativa, que era o familiar ir até a porta da instituição
1425 ver de longe, levar algum material, e de forma bastante limitada, esse contato com
1426 a comunidade e com a família. Durante a semana, nesse cronograma foi bem
1427 puxado, mas foi muito bom, nós conseguimos fazer inspeção em cinco dias à seis
1428 instituições, foram seis instituições inspecionadas, e sete reuniões institucionais.
1429 As únicas reuniões que nós solicitamos agenda e que não foram respondidas, foi
1430 com o Comitê Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, e a Assembleia
1431 Legislativa. Para dizer muito rapidamente para vocês, sobre o Conselho Estadual,
1432 por exemplo, o que nós temos no Amapá. Tem o Conselho constituído desde
1433 2017. No entanto, é importante dizer que ele é bem diferente da recomendação nº
1434 5 do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, e também ele é
1435 anterior à recomendação. Mas a participação da Sociedade Civil é baixíssima, e
1436 tem uma Delegada de polícia como Presidente desse Comitê, o que chama
1437 também bastante atenção. A Lei que criou o Comitê Estadual, também criou o
1438 Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura, mas nem os
1439 representantes da Sociedade Civil que estão na pauta conheciam exatamente o
1440 que é esse Comitê, e nunca ouviram falar que existia um Mecanismo criado por
1441 Lei. Então, de fato é algo bem protocolar, e isso a gente acabou confirmando no
1442 processo de elaboração da missão pela insistência nossa em reunir com o Comitê,
1443 com o representante do Comitê, e vários deles que a gente buscava, tentavam o
1444 contato, encontrávamos, essa pessoa nem sabia dizer ao certo quem era o
1445 Presidente atual. Pelo que nós tivemos informações, eles estão há mais de um
1446 ano sem reunir, então de fato, é uma pauta que a gente tratou em todas as
1447 reuniões institucionais, a importância de se observar isso e de estabelecer esse
1448 Mecanismo Estadual. Mas é preciso, na verdade, um estudo, e uma contribuição



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1449 mais próxima, eu acredito, tanto do Conselho Nacional de Prevenção e Combate à
1450 Tortura, quanto do próprio Mecanismo Nacional, no sentido de orientar. E aí,
1451 alguns atores locais, alguns representantes de instituições públicas ficaram
1452 responsáveis, e se disseram empenhados para recompor esse Comitê, rever
1453 inclusive, a forma como ele está pensado atualmente, e dar encaminhamento aos
1454 tramites para o Mecanismo Estadual de Prevenção e Combate à Tortura. Mas é
1455 uma situação bem complicada, inclusive, não, deixa para lá. Então, com relação
1456 ao Comitê, eu acho que em linhas gerais é isso, no mais a gente vai trazer em um
1457 relatório, e estamos nos colocando já em parceria com algumas das instituições
1458 locais para aproximar esse diálogo, e tentar orientar o máximo possível para
1459 adequações no Comitê, e tentar tirar o Mecanismo desse papel. Ainda voltando as
1460 visitas, muito rapidamente para dizer para vocês, porque a gente está entendendo
1461 que aqui é um informe, e depois vamos apresentar o relatório, mas na primeira
1462 ILPI visitada que foi a Casa Padre Luíde, é uma instituição filantrópica, não recebe
1463 nenhum tipo de financiamento do Estado, e a propósito é uma definição deles.
1464 Mas, por exemplo, nesse período do COVID também não receberam nenhum tipo
1465 de apoio, e aí não foi nem uma questão de recurso, é porque não chegou mesmo
1466 até lá, fizemos até essa pergunta em razão daquele recurso que foi liberado pelo
1467 Governo Federal, mas eles não tiveram acesso. E ali, embora seja uma instituição
1468 sem nenhum financiamento, o que nós percebemos, um interesse muito grande da
1469 gestão em atender, em acolher, não são apenas pessoas idosas, tem pessoas até
1470 42 anos, mas estão em situação de abandono. Então, também tem muito a
1471 questão de caridade, é uma instituição vinculada a igreja católica, então eles
1472 trabalham nessa perspectiva de acolhimento às pessoas abandonadas,
1473 independente de terem alcançado os 60 anos de idade. As demandas muito
1474 visíveis de encaminhamento que nos chamaram mais atenção naquela instituição
1475 foram questões de saúde, algumas pessoas, nós contabilizamos cinco pessoas
1476 identificadas com sondas nasalares, que precisam de alimentação enteral, e uma



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1477 dessas pessoas, já está inclusive há dois anos com a sonda nasalar. E aí, nós
1478 perguntávamos, não seria um caso de uma gastrostomia, porque dá mais conforto
1479 para a pessoa, e eles avaliam, não, o médico que vem aqui é voluntário, já avaliou
1480 que é melhor assim. Mas aquilo é um desconforto, inclusive algumas pessoas
1481 estavam com marcas de sangue no nariz, provavelmente da colocação, tirar e
1482 colocar aquela sonda. Também poucas atividades, como terapia ocupacional,
1483 fisioterapia, todas essas terapias que são fundamentais para o processo de
1484 reabilitação, e de funcionalidade, e manutenção do aspecto cognitivo também elas
1485 não são realizadas, ou são muito pouco realizadas. A gente, no dia da instituição
1486 tinha apenas um profissional cuidando dessa área, e para atender ali naquela
1487 data, mais de 40 idosos, e algo que é realmente bastante triste de perceber, a falta
1488 de atividades. Mas ali, por exemplo, não houve nenhum caso registrado de
1489 contágio durante a pandemia, nem pessoa infectada, e nem óbito. Já na instituição
1490 pública estadual, o abrigo Lar São José, também muitas características, como
1491 falta de atividades também se repetem. Lá a gente pôde inclusive presenciar os
1492 idosos em uma fila de cadeira de rodas, os cadeirantes, um atrás do outro, um
1493 olhando para o pescoço do outro, sem fazer nada, estavam lá na área em duas
1494 fileiras, enfileirados, e assim, totalmente ociosos, e sem nenhuma atividade. As
1495 questões de saúde também pudemos observar algumas situações, uma pessoa
1496 idosa que tem um câncer, e com os olhos estourados, para fora, uma coisa muito
1497 feia, um dos registros que a gente também vai deixar no relatório, porque tem
1498 registro fotográfico. E na instituição pública, houve dois casos de óbito, e o que
1499 para nós chamou mais atenção que foi gravíssimo, e nós não tivemos acesso com
1500 informação oficial, embora tivéssemos feito solicitação de denúncias, perguntado
1501 sobre as últimas denúncias que ocorreram nos últimos dois anos, isso não veio.
1502 Mas na última conversa com um profissional da equipe técnica, nós fomos
1503 informados sobre uma situação de estupro que ocorreu naquela instituição há dois
1504 anos, em 2018. Essa situação depois foi levada por nós para todas as reuniões



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1505 institucionais com o sistema de justiça, e com a equipe do Governo, e para a
1506 nossa surpresa, a alegação da equipe do Governo que está na gestão da
1507 instituição alegou que não foi um estupro porque a idosa namorava com a pessoa.
1508 Era um caso de namoro, só que era uma usuária de um serviço com mais de 80
1509 anos, se eu não estou enganada, isso vai vir certinho no relatório, se eu não me
1510 engano ela tem 83 anos, com um servidor, um prestador de serviços, um cuidador,
1511 prestador de serviço. Então, eles consideraram isso como namoro, nós não
1512 tivemos nenhuma informação oficial sobre isso, solicitamos assim que chegamos,
1513 retornamos à Brasília, fizemos uma solicitação oficial sobre esse caso, e estamos
1514 aguardando para buscar encaminhamentos tanto no sentido de reparação, quanto
1515 de responsabilização do acusado. No que tange ao socioeducativo, aí sim
1516 Ribamar, precisamos reconhecer o esforço que houve de todos os órgãos do
1517 sistema de justiça, e das equipes técnicas das unidades de socio-educação para
1518 liberar, flexibilizar e rever medidas dos adolescentes que estavam cumprindo em
1519 internação. Então, na inspeção feita ao CESEN que é a unidade de internação
1520 masculina, nós identificamos apenas cinco adolescentes. Anterior à pandemia,
1521 esse número em outros períodos passou de 100 adolescentes, então realmente
1522 hoje, eles estariam em uma situação de poder reorganizar as atividades, repensar
1523 os serviços oferecidos para os usuários, os adolescentes, e para as famílias, o
1524 que não tem ocorrido. E aí é grave, chamou nossa atenção, e também pudemos
1525 refletir isso na oportunidade da reunião com o Governador e sua equipe. Ali tem
1526 uma situação histórica de, na verdade, todo o socioeducativo do Amapá,
1527 historicamente, ele já vinha passando por uma série de intervenções judiciais,
1528 essa unidade do CESEN, assim como a instituição de internação provisória, elas
1529 foram, houve um pedido de interdição delas em 2019, e de 2018 pelo sistema de
1530 justiça. Por exemplo, o provisório foi parcialmente interditado, apenas dois
1531 alojamentos, que na verdade parecem celas, enfim, são celas mesmo, grandes
1532 gaiolões estão interditados, mas o resto da unidade é muito precária, eu não teria



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1533 nenhum adjetivo, porque é um lixo. Estivemos lá muito rapidamente porque o
1534 tempo era pouco, e a princípio a gente tinha se programado para fazer apenas
1535 duas instituições no socioeducativo. Fomos na terceira do provisório, porque só
1536 um muro separava a unidade feminina da provisória, então a gente pôde ir lá
1537 muito rapidamente só para observar a situação da instituição, mas não
1538 conseguimos e não nos propomos também, não nos propusemos a fazer
1539 entrevistas com os adolescentes, e com os técnicos, mas é um prédio que não
1540 tem nenhuma condição de funcionamento, ali era uma delegacia que foi
1541 transformada em uma unidade socioeducativa, e que não houve nenhum tipo de
1542 manutenção, e nenhum tipo de adequação para se transformar, e servir para um
1543 outro tipo de instituição. Então é bastante precário, mas haviam ali adolescentes,
1544 inclusive recém-chegados que estão sendo colocados lá no provisório. Voltando a
1545 questão da internação masculina do CESEN, dos adolescentes já em
1546 cumprimento de medida de internação, nos lhe chamou atenção, e aí nós
1547 pudemos triangular a informação que já tínhamos anteriormente sobre as
1548 violências, e a violência generalizada, na verdade que ocorre nas instituições do
1549 socioeducativo, sobretudo ali no CESEN, pudemos observar e constatar tanto nas
1550 entrevistas com alguns profissionais, quanto na verificação em bloco. Assim que
1551 nós chegamos, o que chamou de imediato a atenção da equipe, era um
1552 adolescente no sol, algemado, sentado em um banco de cimento. E aí, nós
1553 perguntamos o que era aquilo, porque eles entendem que ali é o tempo do
1554 adolescente para uma atividade ao ar livre, que eles chamam de banho de sol,
1555 trazendo, inclusive a terminologia do prisional, que na verdade é reproduzida em
1556 tudo naquela unidade. Por exemplo, a revista dos alojamentos, ela é feita pelo
1557 BOPE, só para a gente ter uma ideia, então a cada vez que tem revista, o BOPE
1558 entra para fazer essa revista. Então, as rotinas e práticas, elas de fato traduzem e
1559 reproduzem o sistema prisional, e essa foi um dos pontos de nossa discussão nas
1560 reuniões sobretudo com a equipe do Governo. E algo que nos chamou muita



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1561 atenção, que eu acho que precisa de um cuidado redobrado nosso, e do Comitê
1562 Nacional de Prevenção e Combate à Tortura, que nós voltaremos a falar isso com
1563 o Comitê, provavelmente nas próximas semanas, estamos aguardando uma
1564 documentação também sobre o socioeducativo que é uma proposta de direcionar
1565 a pasta do socioeducativo para a segurança pública. Atualmente, o socioeducativo
1566 é vinculado a CESEN, a Secretaria de Inclusão e Mobilização, onde estão as
1567 políticas de assistência social também. E deve passar por uma discussão que
1568 estão fazendo para segurança pública. Esse foi um tema que, uma informação
1569 que tivemos acesso momentos antes da reunião com o Governador, e tivemos
1570 oportunidade de problematizar esse tema na reunião que causou bastante
1571 desconforto claro, para todos que estavam na reunião, e ficou parecendo uma
1572 questão que ainda não foi levada adiante, a Secretaria de Segurança não sabia,
1573 ficou um pouco nisso. Mas nós desaconselhamos, e vamos acompanhar para ver
1574 o que acontece. O compromisso que foi assumido por eles, é que isso não vai
1575 acontecer porque perde completamente a perspectiva de socio-educação. O
1576 próprio Secretário de Segurança Pública falou isso, reconheceu. Com relação a
1577 unidade feminina que estivemos também, na unidade feminina ainda reflete do
1578 cumprimento da recomendação 62 do CNJ, as adolescentes, todas tinham ido
1579 para medidas em meio aberto, apenas uma adolescente foi encontrada na
1580 instituição. No entanto, essa adolescente, pela entrevista que tivemos com ela, e
1581 depois buscamos também a equipe técnica para entender, era muito mais uma
1582 perspectiva de proteção do que ela estaria ali cumprindo uma medida pelo ato
1583 infracional cometido. Diante disso, também tivemos oportunidade de conversar
1584 alguns possíveis encaminhamentos, se de fato a situação é essa, apresentar
1585 outras perspectivas, como programas de proteção à criança e adolescente
1586 ameaçada de morte, mas também é um caso que ficou para nós como demanda
1587 posterior, e estamos conversando com a Defensoria Pública do Estado, afim de
1588 buscar a melhor alternativa. De todo modo, ali chama atenção, independente da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1589 presença dessa adolescente, e se ela estava ali ou não por uma questão de
1590 segurança, vale frisar que nenhuma das instituições do socioeducativo, nenhuma
1591 das unidades conta uma segurança de fato. O risco ali, para uma invasão, claro,
1592 no outro contexto, porque agora está mais controlado, mas a questão das guaritas
1593 nas unidades, é um problema antigo, a reunião com o Sistema de Justiça, nós
1594 trouxemos esse problema, e os próprios juízes disseram que o Executivo não
1595 cumpre as sentenças. E aí, é um problema já conhecido pelo Ministério Público,
1596 pelos juízes, por todo mundo, de fato as guaritas não funcionam, das instituições,
1597 mas agora recente, antes da nossa chegada, algumas semanas antes da nossa
1598 chegada, já tinha uma guarda em uma salinha da unidade de internação
1599 masculina, e um guarda na portaria da instituição feminina. Mas é também um
1600 ponto de fragilidade, é o passo que eles estão preocupados em levar a pasta da
1601 socio-educação para a pasta da segurança pública, talvez a parceria que deveria
1602 estar sendo pensada com a segurança pública, era no sentido de, de fato garantir
1603 segurança para os adolescentes que estão ali, para as equipes técnicas, é de fato
1604 um desvio de entendimento, pelo que a gente pôde perceber. (ininteligível).

1605 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Adriana, antes de você
1606 passar para o outro ponto, você identificou quantos adentraram ao sistema do
1607 COVID no socioeducativo? Porque o Acre trouxe um número de 100, você chegou
1608 a identificar isso também?

1609 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Não não, no
1610 socioeducativo no Amapá, foi o contrário. Aí que está a boa notícia que o Ribamar
1611 fez menção inicialmente, ao contrário do Acre, de outros estados, no Amapá,
1612 houve um esforço de fato, a gente percebeu um esforço redobrado, tanto nas
1613 ações coletivas, quanto individuais, no sentido de dar cumprimento a
1614 recomendação 62 do CNJ. Os adolescentes praticamente todos foram liberados,
1615 nós tínhamos na preparação da missão, uma informação de que era uma média



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1616 de 70% de liberação, mas pelo que nós constatamos foi mais do que isso, havia
1617 no socioeducativo feminino apenas uma adolescente, no provisório não havia
1618 nenhuma adolescente do sexo feminino. E no masculino, adolescentes já em
1619 cumprimento de medidas de internação, haviam cinco, um inclusive tinha chegado
1620 uns três dias antes da nossa visita, da nossa inspeção. E no provisório, aí lá
1621 estamos entrando, porque lá a gente encontrou ainda alguns no provisório, uma
1622 média de cinco meninos também mais ou menos, no provisório. Então os números
1623 no socioeducativo, de fato, são muito baixos, então assim, vejo como uma grande
1624 oportunidade de eles repensarem os serviços, deveriam estar aproveitando para
1625 isso, infelizmente não é uma realidade.

1626 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) – Ok.**

1627 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT) –** Em relação ao
1628 sistema prisional, não difere muito da realidade do sistema prisional que todos nós
1629 já conhecemos e muito próximo ao que Bárbara já relatou em relação ao Acre.
1630 São aquelas mesmas situações, inclusive, a Defensoria Pública do Estado tinha
1631 entrado com habeas corpus em razão de que 98 presos tinham sido levados do
1632 semiaberto para o regime fechado. Então houve de fato, um agravamento e
1633 endurecimento da pena, em razão da pandemia, quando seria uma oportunidade
1634 de liberar essas pessoas para domiciliar, os que estavam no semiaberto. Então,
1635 essa é uma realidade que permanece, encontramos inclusive, nas alas que
1636 pudemos inspecionar, vários que diziam estar em semiaberto, os defensores
1637 também puderam anotar essas situações para acompanhamento posterior. Mas
1638 de fato, a defensoria é ciente, porque eles também já tinham esse habeas corpus,
1639 e que no primeiro momento foi julgado, e foi negado, foi indeferido, porque havia
1640 um entendimento de que precisava de um acordo, não sei bem um termo agora,
1641 mas é como se a situação não tivesse sido resolvida em uma estância, ainda em
1642 uma esfera estadual. De fato a situação não foi resolvida, apesar do esforço da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1643 Defensoria Pública, e essas pessoas que vieram do semiaberto, elas ocuparam a
1644 cozinha velha, que é um pavilhão também em situações bem precárias, e os
1645 idosos foram liberados, esse sim, houve uma liberação de praticamente todos os
1646 idosos que estavam no prisional do Amapá. Uma situação ainda do prisional que
1647 nos chama atenção, eu acho que talvez poucos destaques além do que Bárbara já
1648 fez, e que acaba se repetindo, a água, por exemplo, também tem o racionamento,
1649 são ligadas, três vezes por dia é ligada a água por 10 minutos, e essa água é para
1650 todos que estiverem na cela tomarem banho, e fazerem toda a higiene, e
1651 guardarem também, fazer o armazenamento para poder beber durante o dia, nos
1652 outros horários onde a água fica fechada. Um dos presos, inclusive que estavam
1653 no F2, ou F5, no F5. O F5 nós já sabíamos antes de chegar lá, que era uma ala
1654 interditada, era a pior ala, porque no termo de não ter nenhum tipo de
1655 infraestrutura. Foi uma obra que foi parada, não foi concluída, portanto, ela não
1656 tinha esgoto, eles precisavam fazer as necessidades em uma garrafa e jogar fora,
1657 ou coisa do tipo, e também não tinha nenhum tipo de iluminação. Essa
1658 informação, inclusive, tínhamos anterior a ida para lá, e eu tinha oficiado o diretor
1659 do IAPEN na época, e a resposta dele é que tinham feito adequações, mas a
1660 gente não sabia quais adequações. Quando chegamos lá, observamos que
1661 provavelmente a adequação que ele referiu no ofício, foi que colocaram lâmpadas,
1662 e o esgoto descia para fora, e não significa que tem sistema de esgoto, porque
1663 todo presídio lá, todo complexo não tem sistema de esgoto. Os dejetos caem a
1664 céu aberto, e isso também vai estar no relatório, o registro fotográfico, e é um odor
1665 bastante forte em volta das alas, dos pavilhões, porque os dejetos caem ali, e as
1666 caixas ficam abertas, não tem tampa, então é possível ver o que está na caixa de
1667 esgoto. Todo dejetos que cai do banheiro da cela. Essa é a realidade da instituição
1668 prisional toda, na verdade, o que fizeram de adequação para receber, é importante
1669 dizer, para receber as pessoas que iam chegar e com suspeita de COVID, ou para
1670 evitar que contaminassem outros, eles ficam ali um período de 14 dias, deveria ser



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1671 isso, na verdade encontramos pessoas que estavam há 18 dias. E eles passam já
1672 ali no momento da entrada, pelas mesmas situações de desrespeito e de violência
1673 que os outros lá dentro. Por exemplo, encontramos nessa ala de pessoas que
1674 tinham acabado de chegar, muitos doentes, alguns descalços, porque a família
1675 não estava conseguindo entrar, porque ainda não tinha preenchido aquele
1676 cadastro que é necessário para fazer a visita no sistema prisional, alguns ainda
1677 não tinham conseguido o contato com a família. Então, todas essas situações, o
1678 máximo possível que a gente conseguiu coletar de imediato também já
1679 encaminhamos dentro da instituição para as equipes técnicas, buscamos equipes
1680 técnicas para repassar essas informações. Chamou atenção, entre esses, o caso
1681 de um preso que tinha uma colostomia, e quando ele entrou na instituição
1682 prisional, ele havia chegado com a bolsa de colostomia. No entanto, ele estava
1683 com uma única bolsa, e a partir daí, ele ficou usando apenas uma luva, quer dizer,
1684 luvas e esparadrapo, trocando essa luva e esse esparadrapo. Só conseguiu uma
1685 nova bolsa cinco dias depois quando a família pôde entrar na instituição, foi
1686 acessada, entrou na instituição e levou mais duas bolsas de colostomia. Então,
1687 uma situação muito degradante e constrangedora, porque ele estava em uma cela
1688 com mais quatro presos, e todos estavam acompanhando aquela situação. Outros
1689 casos de situação de saúde, também encaminhamos de imediato para as equipes
1690 técnicas, outros, a gente encaminhou também para as autoridades locais pedindo
1691 providência. E também chamava atenção nossa nessa instituição situações de
1692 presos que diziam que sofreram tortura, apanharam no momento da apreensão,
1693 no momento de prisão pela Polícia Militar na rua, isso também é sabido por todos,
1694 a Defensoria fez muitos relatos de como isso acontece. E para comprovar, depois
1695 que nós chegamos, no mesmo final de semana o vídeo foi divulgado no noticiário
1696 do Fantástico em rede nacional, o agente batendo, um policial da Polícia Militar
1697 espancando uma professora e o filho dela. Isso também foi para audiência de
1698 custódia, lá fizeram um acerto, depois o próprio defensor encaminhou para a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1699 gente o que foi a decisão. Ela teve que pagar fiança, ela e o rapaz que estava com
1700 ela para não serem presos, pagaram uma fiança de mais de R\$ 1.200,00. Quando
1701 na verdade, eles eram as vítimas, porque eles foram espancados e isso, o Brasil
1702 inteiro viu, porque foi para rede nacional, mas é um pouco do retrato da forma
1703 como trabalha a Polícia Militar no Estado. Bom, mais uma outra questão ainda do
1704 prisional, era em relação a alimentação. Duas coisas mais, em relação a
1705 alimentação, nós tivemos oportunidade de perceber, tanto no feminino, quanto no
1706 masculino, a chegada das marmitas, e nos chamou atenção, porque nós já vemos
1707 sempre a situação das marmitas pálidas, e muitas vezes já azedas, normalmente
1708 esse é um relato que em todas as instituições, todo mundo acompanha. Mas ali
1709 chamou atenção a quantidade da comida que tinha na marmita, porque de fato, eu
1710 particularmente, nunca tinha visto uma marmita daquele jeito, rasa, cobria o fundo
1711 da marmita, cobria, mas era muito pouco, não alcançava a altura da metade da
1712 marmita. E proteína praticamente não tinha, era arroz, um molinho de frango, e um
1713 pedacinho de frango que talvez dava um milímetro e meio, por dois e meio,
1714 praticamente nem existia, e um feijão branco também nessa marmita. E comprova,
1715 na verdade o que eles tinham relatado para a gente anteriormente, muitas vezes
1716 ficam sem comer, porque a comida é impossível de comer, quando não vem
1717 azeda, e isso também é relato da unidade feminina. Uma outra situação ainda do
1718 prisional, é em relação as revistas, tanto no presídio feminino, quanto no
1719 masculino, a questão das revistas foi destacada como uma violação de direitos e
1720 situações de constrangimento, e tratamento cruel, desumano e degradante. O que
1721 ocorre? Essas intervenções feita por uma equipe já formada para essa finalidade,
1722 dentro do estabelecimento, e às vezes ainda vem a uma equipe de fora, mas tem
1723 uma equipe já treinada para essa finalidade, e que faz uma revista bastante
1724 agressiva e violadora, quebra objetos. E aí, nós pudemos ver em volta da unidade
1725 o que eles diziam, porque tinham pedaços de ventilador, roupa queimada, também
1726 foi um outro relato que fizeram, nós identificamos peça de roupa queimada,



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1727 pudemos fazer o registro fotográfico disso. E uma proposta que veio deles mesmo,
1728 e que eu achei interessante, a gente já está considerando, levamos para reunião
1729 do sistema de justiça, e vamos trazer como recomendação no relatório, é que
1730 considerando a reiterada reclamação desse tipo de revista, esse tipo de
1731 procedimento que não tem protocolo para esse procedimento. Então, que eles
1732 façam o procedimento, um protocolo que regulamente, que não fique a cargo e a
1733 critério de quem está no comando e na coordenação da operação, como acontece
1734 atualmente, e que a gente possa também contar com a presença de um
1735 representante, de um órgão de fiscalização, seja do GMF, Ministério Público, que
1736 possam acompanhar e fazer um procedimento de revista assistida. Da mesma
1737 forma que eles fazem as visitas para os presos assistidas, que também a gente
1738 possa pensar nisso como uma recomendação. Isso foi já inicialmente discutido, e
1739 todos entendem que seria importante e válido, e a gente acredita que possa de
1740 alguma forma reduzir esses eventos. Só para finalizar, na feminina, além dessa
1741 questão da revista, que elas também reclamam, por exemplo, se tiver água
1742 sanitária, que é um item que eles receberam agora, por conta da COVID,
1743 misturada com as coisas delas porque não tem onde guardar, é tudo em cima
1744 daquela pedra da cama. Então, a água sanitária junto com, às vezes com o
1745 shampoo, com os itens que elas dispõem para higiene, mas durante a revista, eles
1746 chegam e derramam tudo. Então, água sanitária se mistura com perfume e acaba
1747 com as roupas, as coisas todas. E dificuldade de acesso à vestuário, todas
1748 também reclamam, porque no período da pandemia, elas não puderam mais
1749 receber das famílias, e isso é um problema para todas. Também chama atenção,
1750 e uma reclamação delas sobre a frequente entrada de agentes homens nos
1751 pavilhões, e sem nenhum tipo de anúncio. Então, não é incomum que os agentes
1752 olhem as mulheres nuas, e o banheiro também, pela arquitetura desse presídio, o
1753 banheiro não é reservado. Então não existe porta, normalmente todos os espaços
1754 não existe mesmo, mas a forma como é projetado, o acesso é completamente



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1755 para fora da cela, então de fora da cela, eu, por exemplo, estava conseguindo ver
1756 o que estava acontecendo dentro do banheiro, porque o vaso fica à direita, e o
1757 chuveiro fica à esquerda. Então, se a pessoa não quiser ser vista para se deslocar
1758 entre o vaso e o chuveiro, ela vai ter que se vestir, como isso não ocorre, não
1759 acontece, não é difícil de que elas estejam nessas situações, nesses momentos,
1760 quando o agente está na frente da cela, muitas vezes. Isso foi relatado por
1761 muitas mulheres, da mesma forma, muitas demandas de cirurgias, há dois anos,
1762 pessoas que estão presas há dois anos precisando de cirurgia. Mas ali também, a
1763 gente percebeu que houve uma redução da população prisional feminina bastante
1764 grande, também em virtude do cumprimento da recomendação 62 do CNJ. Talvez
1765 é isso, para falar também, as pessoas que estão, as mulheres que chegam com
1766 suspeita de COVID, que estão em suspeita ou que acabaram de chegar na
1767 instituição para evitar possível contágio das outras, ficam separadas em duas
1768 celas. Mas chamou a atenção nossa, porque são as piores celas, onde as
1769 pessoas que em tese precisam de mais cuidado, em tese não, as pessoas
1770 precisam de mais cuidado, e para elas é reservada a pior cela da unidade, e o
1771 acesso a água, como das outras também é limitado, a qualidade da água é
1772 péssima. Isso apareceu tanto no masculino, quanto no feminino, inclusive no
1773 masculino um homem mostrou para a gente um recipiente com água, e a gente
1774 pôde ver a cor da água, elas dizem que é uma água barrenta. E para beber, elas
1775 pedem uma água que tem filtrada lá, tem o filtro, só que esperam e contam com a
1776 boa vontade dos agentes para levar essa água, para transportar, porque o que
1777 ocorre? Antes, e é muito comum isso, inclusive é o que está acontecendo com as
1778 outras, que estão na outra ala, já sentenciadas. Tem uma delas que faz, vai
1779 buscar o café, alimentação e a água. Nessa situação da pandemia, tem sido mais
1780 difícil para essa que estão nessa ala de contágio, porque muitos agentes a
1781 depender da equipe tem medo de se aproximar, com medo de ser contaminado, e
1782 muitas vezes elas ficam lá sem água, batendo grade para pedir água. Porque nem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1783 elas são liberadas porque o agente não quer ir lá para liberar elas, para evitar a
1784 aproximação com alegação de risco de contágio, e a situação é essa, bastante
1785 precária e bastante complicada. Eu pararia por aqui, também pelo avançar do
1786 tempo, não sei se Bárbara, Ribamar e Tarcila gostariam de fazer
1787 complementações. Mas só para finalizar, as reuniões que tivemos todas,
1788 institucionais foram muito boas, a reunião com a Sociedade Civil, como nós
1789 falamos, surpreendeu, reunião com a Defensoria Pública, nós acabamos tendo
1790 duas, porque como eles quiseram participar das inspeções, nós fizemos uma
1791 reunião só para falar da metodologia, como seria o nosso trabalho conjunto. E
1792 depois tivemos uma outra reunião, conforme planejado com todos os consultores,
1793 com o Sistema de Justiça fomos surpreendidos com a postura do Desembargador.

1794 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Adriana, desculpa. Só uma questão de
1795 ordem, porque a gente está bem avançado na pauta, e sei que a Tarcila quer falar
1796 ainda, então.

1797 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Está bem. Então
1798 assim, de fato, tivemos boas reuniões, e temos percebido, depois que retornamos
1799 para Brasília, que pelo menos a reunião com o Sistema de Justiça, e o Poder
1800 Executivo, tem tido uma reverberação, e algumas coisas lá tem sido pautadas, e
1801 estamos acompanhando aí esse processo. Todas as informações, e outras mais a
1802 gente está colocando no relatório, e assim que finalizarmos vamos apresentar ao
1803 Comitê Nacional. Obrigada, desculpa pela demora e avançar da hora.

1804 **Sra. Tarcila Flores (MNPCT)** – Eu só vou fazer um rápido comentário. Todos me
1805 ouvem? Com relação às duas missões, eu também fiz parte dos dois grupos, foi
1806 uma experiência muito importante e válida para retomada do trabalho presencial
1807 do Mecanismo Nacional. Entendemos que realmente as situações de saúde são
1808 muito graves, principalmente no prisional, o quadro já foi todo mencionado, mas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1809 eu faço menção também a questão de ausência de equipe médica tanto no Acre
1810 quanto no Amapá, para atendimento de todas as pessoas do sistema prisional. No
1811 Acre, a gente teve ausência de equipe médica para as mulheres, que tem que
1812 dividir a equipe que atende os homens. E no caso do Amapá, situações
1813 gravíssimas de ausência de médico dentro da unidade, médico trabalhando três
1814 vezes por semana, 1h30 por dia. Então, as situações muito graves relativas
1815 principalmente a ausência de testagem, de isolamento, e de encaminhamento
1816 médico para pessoas com suspeita de COVID. Insta frisar também que nós
1817 solicitamos antes das inspeções, a liberação da testagem para os peritos e
1818 peritas, antes das inspeções e após as inspeções, para que a gente tivesse uma
1819 segurança maior de adentrar as unidades, não só prisionais, como
1820 socioeducativas, e ILPIs. O que nos garante, e garante às pessoas também que
1821 ali residem, uma situação de maior confiabilidade também no que tange a
1822 presença dos peritos e peritas. Então, se fosse possível que o Ministério liberasse
1823 essa possibilidade de testagem com o PCR, que é o teste mais completo para
1824 antes e depois, seria muito interessante. Eu como, individualmente fiz, tive esse
1825 acesso, fiz questão de fazer essa testagem para garantir a minha situação de
1826 saúde antes e depois das inspeções, até por conta também da situação familiar.
1827 Só para complementar, a questão das pessoas LGBTIs presas nos preocupou
1828 imensamente, por serem corpos cada vez mais criminalizados, e cada vez mais
1829 torturados. E isso vai estar mencionado em ambos os relatórios. Era isso que eu
1830 queria complementar com relação as missões. Muito obrigada.

1831 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Parabéns ao Mecanismo
1832 pelos relatos, pelos relatórios. Como eu disse, quando Bárbara acabou, vocês me
1833 deixaram sem fôlego. É muito ruim ouvir o que a gente ouviu, é muito ruim
1834 mesmo. E a Tarcila agora falou uma coisa que eu ia perguntar aos três, se houve
1835 esse olhar especial para a comunidade LGBT, desde que Marina trouxe um
1836 relatório para nós no início do ano, esse nosso olhar para a população carcerária



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1837 LGBT. E eu queria saber se todos tiveram esse olhar especial, e aqui eu já
1838 aproveito para dizer que nós estamos concluindo a Portaria interministerial no
1839 nosso Ministério, e o Ministério da Justiça. E logo a gente vai estar apresentando
1840 para vocês. Era essa uma preocupação minha, e inclusive Bárbara, lá na questão
1841 socioeducativa lá no Acre. Se vocês observaram os meninos LGBTs no
1842 socioeducativo. E aí, quando volto para o socioeducativo, eu queria muito
1843 perguntar aos peritos, como que tem sido a relação de vocês com a nossa
1844 coordenação nacional, aqui no Ministério Socioeducativo. Vocês têm conversado,
1845 logo após uma viagem dessa, logo após uma missão dessa, vocês têm interagido
1846 com a Secretaria Nacional dos Direitos da Criança, vocês trabalham no mesmo
1847 prédio, todo mundo muito próximo. Eu acho que, eu não sei como está
1848 acontecendo esse diálogo entre vocês e eles, mas a gente está muito preocupado.
1849 Quando a Bárbara traz aqui o número de 100 meninos entrando no sistema
1850 durante o COVID, eu não sei porque isso no Acre, se está tendo alguma
1851 operação, eu sei que eles estavam em inúmeras operações no combate ao crime,
1852 e as facções, vocês devem saber o que está acontecendo com as facções no
1853 Acre, se tem a ver com essas operações, se tem a ver com essa repressão que o
1854 Acre levantou nos últimos meses, as facções. São essas as minhas dúvidas. E
1855 também Adriana, como você falou aqui da questão das unidades socioeducativas,
1856 Secretaria de Segurança lá no Amapá. Vocês viram que isso é um movimento
1857 isolado n Amapá, isso tem soado em outros Estados? Porque a nossa
1858 preocupação aqui no Ministério com esse ativismo dos agentes das unidades
1859 socioeducativas. Inclusive, esse ativismo deles no Congresso Nacional de que
1860 eles sejam elevados a categoria A. E todos para área da segurança, e a gente tem
1861 tentado acompanhar essa movimentação dos agentes, e eu queria ouvir se os
1862 demais sentiram esse eco nos outros Estados, se é uma situação só isolada no
1863 Amapá. No geral é isso, essa nossa preocupação com todos que estão
1864 ingressando agora no socioeducativo no Acre, mas a boa notícia no Amapá. E no



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1865 geral gente, muito ruim tudo o que a gente falou, muito ruim. E a gente vai ter que
1866 caminhar, a gente vai ter que sentar, conversar, conversar mais, tomar decisões,
1867 fazer alguns encaminhamentos. E eu confesso que eu estou muito triste com tudo
1868 o que a gente ouviu aqui hoje pelo Mecanismo. A única coisa que eu queria
1869 também saber, por exemplo, Adriana, qual foi a data, o período, eu não vi no
1870 início, o período da tua ida ao Amapá, e também da Bárbara. Faz algum tempo
1871 que a gente não está tendo apresentação aqui do Mecanismo. Qual foi o período
1872 dessas missões, ok? No geral é isso, se quiserem responder de forma coletiva,
1873 mas depois a gente conversa com mais tempo com o Mecanismo também.

1874 **Sra. Tarcila Flores (MNPCT)** – Ministra, eu vou pedir a palavra rapidamente para
1875 lhe responder sobre a questão LGBTI, principalmente no que tange ao sistema
1876 prisional. Desde o final do ano passado nós estamos em articulação com diversos
1877 órgãos para a elaboração de uma inspeção conjunta com foco na população
1878 LGBTI. A APT tem nos apoiado nessa iniciativa, assim como o DMF do CNJ, as
1879 Defensorias Públicas Estaduais, estamos tratando dessas articulações, já com
1880 outros Mecanismos Estaduais também, e buscando, enfim, articulações para essa
1881 inspeção nacional que buscará fazer um tratamento mais adequado de denúncias
1882 e violações, de torturas, maus tratos, tratamento degradante, desumano e cruel,
1883 com relação a população LGBTI do prisional. Existe um núcleo no Mecanismo
1884 Nacional do qual fazemos parte, eu e Bárbara, e que estamos tratando dessas
1885 articulações em nível do Ministério da Justiça, CNJ, as Defensorias Públicas, com
1886 apoio do CONDEGE também, e a ANADEP. Então, com relação a isso, nós já
1887 estamos articulando essas ações para breve, e daremos notícias. E aí, deixo a
1888 questão do socioeducativo e das outras impressões com Adriana e Bárbara. Muito
1889 obrigada.

1890 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Bárbara, você.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1891 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Com relação ao
1892 socioeducativo, respondendo a Ministra. Nós percebemos infelizmente que esse
1893 não é um movimento isolado. Infelizmente a gente não consegue estar em todos
1894 os estados, e acompanhar de perto, nesse pudemos fazer isso, e que bom que a
1895 gente conseguiu fazer essa reflexão com a equipe do Governo, e acompanhar
1896 daqui para adiante. Mas sabemos que outros estados também estão nessa linha,
1897 e trabalhando nessa perspectiva de revés da socio-educação. Isso é algo que a
1898 gente de fato precisa acompanhar, inclusive junto com o CONANDA, e ver o que é
1899 possível ser feito, para além das medidas de acompanhamento de propostas
1900 legislativas, que também tem várias tentando buscar esse tratamento mais
1901 ostensivo. Com relação a aproximação com a coordenação do SINASE, Ministra,
1902 nós tivemos agora no período da pandemia, uma reunião com a Gisele,
1903 chamamos atenção de alguns pontos que estavam aparecendo durante o nosso
1904 monitoramento remoto. E pedimos algumas providências, nós não retomamos
1905 outra reunião, não tivemos outros contatos depois disso. E fizemos também, tanto
1906 nessa reunião, quanto mandamos por ofício uma recomendação específica para a
1907 coordenação do SINASE. Foram quatro recomendações específicas,
1908 considerando a situação agora do COVID. E por oportuno, eu gostaria só de
1909 lembrar, aproveitando a preocupação da Ministra, que é de conhecimento de
1910 todos os membros desse Comitê Nacional, e convidados, que no final da missão
1911 conjunta do socioeducativo, inclusive o Sávio esteve conosco, e ajudou bastante
1912 na elaboração e na execução dessa missão conjunta nos Estados de
1913 Pernambuco, Paraíba, Distrito Federal e Ceará. No final dessa missão, nós
1914 elaboramos uma proposta de resolução a ser discutida e aprovada pelo Conselho
1915 Nacional da Criança e do Adolescente junto ao Comitê Nacional de Prevenção e
1916 Combate à Tortura. E trazia especificamente a questão dessas adolescentes do
1917 sexo feminino. E questão LGBT, ainda que não muito aprofundada, mas já tem ali
1918 alguma preocupação com a população LGBT dentro do sistema prisional, que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1919 muitos Estados, inclusive vale dizer, tem avançado muito nessa pauta. Exemplo
1920 do Maranhão, já estão com Portaria nos Estados, pensando e preocupados com
1921 os adolescentes LGBTs dentro do sistema prisional, o que para outros não existe.
1922 Então, dentro dessa nossa proposta de resolução, a gente fez uma consulta
1923 pública, foi aberta para todas instituições do Brasil todo, para quem quis participar
1924 e contribuir. Nós refizemos a recomendação, ela está escrita a muitas mãos,
1925 tivemos a oportunidade de discutir em um primeiro momento a resolução, com
1926 uma equipe do CONANDA, e parou essa discussão quando foi para a plenário.
1927 Então, considerando, eu acho que tudo o que está sendo dito aqui sobre o
1928 socioeducativo, talvez fosse oportuno retomarmos essa proposta e essa resolução
1929 que já está desenhada, já foi inclusive lida e aprovada por uma das comissões, a
1930 Comissão de Política Pública do CONANDA. Era só isso, obrigada.

1931 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Adriana, obrigada. Mais
1932 alguém quer se manifestar? Eu acho que a Bárbara não respondeu ainda, nem o
1933 Ribamar, se vão querer se manifestar ou não.

1934 **Sra. Bárbara Colinese (Coordenadora Geral do MNPCT)** – Ministra, só uma
1935 prévia, eu estou preocupada com o horário e com outras pautas. Mas só para
1936 dizer que a questão dos LGBTI nos adolescentes é muito difícil, só para
1937 compartilhar de que quando a gente faz essa pergunta de perfil já na entrada da
1938 unidade, existe toda uma perspectiva de que há negativa de que isso exista por
1939 parte dos gestores. Então a gente tem um longo debate, que a gente pode
1940 inclusive pedir um ponto de pauta para falar mais detalhadamente sobre isso. Era
1941 só isso que eu queria considerar, considerando tudo o que já foi adiantado.

1942 **Sra. Adriana Raquel Ferreira Costa (Assessora do MNPCT)** – Eu acho que a
1943 gente pode Bárbara, reencaminhar essa minuta de resolução, inclusive para a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1944 Ministra e para os outros membros do Comitê, porque ali já fala um pouco,
1945 inclusive esse recorte de gênero.

1946 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém quer se
1947 manifestar sobre as apresentações, registros e informes das missões do
1948 Mecanismo?

1949 **Sra. Tarcila Flores (MNPCT)** – Ministra, eu gostaria de pedir a última fala com
1950 relação também ao informe do Mecanismo. Eu creio que todos e todas devem ter
1951 acompanhado o recebimento de um ofício específico, oriundo da frente pelo
1952 desencarceramento do Amazonas, com solicitação de uma missão conjunta por
1953 parte do Mecanismo Nacional. Representantes do CNPCT, representantes da
1954 Sociedade Civil Organizada, e também do CNDH para ida ao Amazonas, em
1955 função de sérias violações de direitos que continuam acontecendo no território
1956 amazonense dentro da perspectiva do sistema prisional. Em função de já termos
1957 ido, enquanto Mecanismo Nacional desde 2015, quatro vezes ao Estado do
1958 Amazonas, entendemos em grupo, com uma discussão mais aprofundada sobre
1959 os encaminhamentos, a possibilidade de articularmos e fortalecermos as
1960 recomendações já feitas pelo Mecanismo Nacional, durante as quatro idas. E
1961 durante algumas delas, os relatórios até previram massacres que realmente
1962 aconteceram depois. Então, a gente entende que seria muito importante, solicitar,
1963 enquanto CNPCT, se for do entendimento de todas e todos, e do seu
1964 entendimento principalmente Ministra, mas a presença de representantes do
1965 Governo, da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Amazonas,
1966 na próxima reunião desse Conselho para informações sobre a situação do Estado.
1967 E se possível também, a presença de algum representante do Comitê Estadual,
1968 em função da necessidade do fortalecimento das recomendações anteriores. Era
1969 isso que eu gostaria de frisar antes de interromper esse momento de informes do
1970 Mecanismo. Obrigada.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1971 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok Tarcila. Eu acho
1972 oportuno, eu não sei se vocês sabem, eu estive com o sistema prisional do
1973 Amazonas, Defensoria Pública, Vara da Execução, todas. E eu acho que seria
1974 oportuno sim Tarcila, a gente, quem sabe trazer alguém do Comitê Estadual, e eu
1975 não sei se eu fiz esse informe ao Comitê dessa minha reunião de uma tarde inteira
1976 com todos eles no Amazonas, e inclusive observando o relatório do Mecanismo.
1977 Eu acho que a gente pode sim Tarcila, pensar sobre isso, a Natália está anotando,
1978 e a gente trazer isso para a próxima reunião, ok? Mais alguém quer se
1979 manifestar? A gente pode avançar na pauta? Alguém quer fazer pergunta? A
1980 Silvia, não é Silvia?

1981 **Sra. Natália** – Mateus pediu primeiro. Mateus, Silvia e Isabel.

1982 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Na sequência.

1983 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Obrigado Natália. Aí pessoal, eu acho que esse
1984 momento, é o momento mais importante que a gente tem, a gente entende o
1985 porquê que o sistema de combate e prevenção à tortura existe. A Ministra falou
1986 que estava sem fôlego, eu faço inspeção desde 2014 Ministra, é pesado, tiveram
1987 colegas Defensoras Públicas que fizeram a primeira inspeção nas últimas
1988 semanas, uma delas não dormiu nessa noite. Então assim, enfim, é o que as
1989 músicas falam: “O rito é sorrir no inferno.” Infelizmente. Aí eu queria lembrar
1990 pessoal, da nossa pauta anterior da importância de voltar às reuniões presenciais,
1991 porque assim, esse é um tema muito importante, eu teria 1 milhão de coisas para
1992 falar, e aí a gente acaba falando daquela manhã só, e temos que correr, etc. e tal.
1993 Endossar a fala da Tarcila, acho que é consenso, a própria Ministra já colocou, o
1994 que for necessário pessoal do Mecanismo, para o Comitê fazer. Então assim, me
1995 preocupa a falta de respostas, foi falado do Acre, falta de acesso a locais também
1996 de idosos. Então assim, coisas básicas, então assim, eu queria destacar essas



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

1997 questões. Queria dizer também da inveja da Defensoria que fez a inspeção com
1998 vocês, a gente vai tentar marcar uma aqui para São Paulo também. Então, que
1999 bom que a Defensoria esteve junto com vocês lá. Queria dizer também da fala
2000 inicial da Bárbara, a importância de alterar o código de processo penal, a
2001 autonomia das perícias, o protocolo de Istambul. Tento ser sucinto aqui, teria 1
2002 milhão de coisas pessoal. O Artigo 41 da LEP, nenhum Inciso observado, todos
2003 são violados. É isso pessoal, é lamentar o pouco tempo para a gente debater isso
2004 aqui, o ideal eram uns dois dias. Parabenizar as peritas e os peritos, infelizmente
2005 no Estado mais rico da nação, que é São Paulo, acabei de confirmar os dados, 30
2006 agentes penitenciários mortos, 29 pessoas presas mortas, fora os casos que são
2007 registrados com outra doença que não COVID, como (ininteligível), mas não
2008 COVID por falta de testagem, subnotificação. Acabei de confirmar também aqui no
2009 *site* da SAP, dados do dia 29, dados de ontem, 8 mil pessoas presas
2010 contaminadas, mesmo com pouca testagem, e 1.700 agentes penitenciários.
2011 Então assim pessoal, existem cidades no Brasil que não tem esse número de
2012 pessoas, está bom? Enfim, é isso pessoal, é lamentar a situação brasileira, e
2013 enfim, torcer para a gente ter mais tempo no ano que vem para debater esses
2014 problemas tão importantes, pedir para o Mecanismo mandar para a gente o que
2015 for necessário que o Comitê possa reiterar. Está bom pessoal? Obrigado.

2016 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Só uma pergunta ao
2017 Mecanismo, antes da próxima, se o Mecanismo puder responder. Naquele caso
2018 do Amazonas, dos policiais torturando os indígenas e os ribeirinhos, na missão do
2019 CNDH, o Mecanismo foi junto? Eu tenho essa dúvida, eu não lembro se o
2020 Mecanismo esteve junto naquela missão com o CNDH, depois no final tentam me
2021 responder. Na sequência, quem pediu a palavra.

2022 **Sra. Silvia Dias** – Sim, acho que sou eu. Bom, também quero reiterar o
2023 agradecimento pela apresentação do Mecanismo, mais uma vez demonstrando a



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2024 importância, na verdade a gente precisa de sensibilidade realmente desse órgão,
2025 que pode entrar, e pode trazer todas essas informações, e escancarar o que está
2026 acontecendo, que é como foi colocado pela Ministra, deixa todo mundo aqui sem
2027 fôlego, sensação de não saber como podemos contribuir para mudar tudo isso.
2028 Mas só queria trazer muito rapidamente a questão do socioeducativo também,
2029 alinhado a um ponto que a Ministra colocou, que realmente Ministra, a gente tinha
2030 observado que não é um movimento isolado, inclusive aqui no Rio, ontem, o meu
2031 escritório fica aqui no Rio de Janeiro. No Rio ontem se aprovou uma PEC
2032 basicamente, uma emenda constitucional, na Constituição do Estado,
2033 basicamente transferindo o socioeducativo, o sistema socioeducativo para a
2034 segurança pública. Então, gravíssimo, apesar de pareceres técnicos do Ministério
2035 Público Estadual do Rio de Janeiro, da Defensoria Pública do Rio de Janeiro pela
2036 inconstitucionalidade, e tantos outros órgãos que se manifestaram pela
2037 inconstitucionalidade dessa medida. Então assim, é realmente muito grave, acho
2038 que é algo que a Adriana trouxe, é algo que vai muito além de um Estado ou
2039 outro. E acho que como Comitê, acho que até inclusive seria um tema que eu
2040 acho que seria muito importante que o Comitê pudesse se debruçar sobre isso,
2041 porque eu acho que é algo que a gente tem que tentar frear. A segunda questão
2042 que eu queria trazer, é da fala da Tarcila, sobre a questão da testagem, e que
2043 também está relacionado ao que eu falei no início da reunião, que é muito
2044 importante que o Ministério garanta as condições adequadas para que o
2045 Mecanismo possa fazer essas inspeções, continue fazendo essas inspeções de
2046 forma segura para todas e todas. Então, que o Ministério consiga se movimentar
2047 para garantir equipamentos de proteção individual. E nesse caso que a Tarcila
2048 trouxe, por exemplo, a questão da testagem também antes e depois das
2049 inspeções, eu acho que seria essencial. Porque faz parte realmente das medidas
2050 que devem ser adotadas nos procedimentos para garantir, não só a saúde dos
2051 membros do Mecanismo, mas também, obviamente de todas as pessoas que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2052 estão nos locais de privação de liberdade, inclusive os funcionários, fora as
2053 pessoas privadas de liberdade. É importante que o Ministério garanta isso. E um
2054 terceiro ponto rapidamente, eu só queria reiterar uma fala da Adriana sobre essa
2055 resolução, em algum momento, talvez na próxima reunião, não sei, se puder voltar
2056 a ser incluído na pauta, e a gente trazer de volta essa resolução. Como a Adriana
2057 disse, é uma resolução que já passou pelo CONANDA, já passou inclusive, por
2058 uma consulta pública, é algo que já está praticamente finalizado, e isso ficou
2059 perdido, ficou no ar. Então, vamos retomar isso para fechar e poder contar
2060 exatamente com uma resolução que exatamente aborda a questão do
2061 socioeducativo, questões de gênero, que eu acho que são essenciais, e como a
2062 Ministra falou, é uma prioridade. Então, fecho com isso, mas também só dizendo
2063 que estamos muito preocupados, é uma pena essa reunião tão curta, porque acho
2064 que esse é o momento exatamente de a gente abordar tantos assuntos, a gente
2065 poderia então, realmente a questão da reunião remota, em uma manhã realmente
2066 prejudica muito os encaminhamentos e a discussão. Mas agradeço, obrigada.

2067 **Sra. Natália** – A Isabel retirou a inscrição, pois a fala dela já foi abordada pela fala
2068 da Silvia. E poderíamos prosseguir? Mais alguém quer falar?

2069 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Vamos prosseguir
2070 Natália, porque na verdade todo mundo vai querer falar muito. Acho que está todo
2071 mundo ainda sem fôlego, todo mundo vai querer falar muito, tem muita coisa para
2072 a gente discutir, a gente vai terminar essa reunião hoje Bárbara com a imagem
2073 dos meninos do Acre sentados sem fazer nada, pingando de suor e com sede.
2074 Essa imagem vai ficar na mente de todo mundo por alguns dias, está bom? A
2075 forma como você descreveu. Vamos continuar Natália.

2076 **Sra. Natália** – Sim. O próximo passo seriam os informes da Comissão de Seleção.
2077 Não sei se o Caio deseja a palavra, considerando que ele foi o Presidente.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2078 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Sim, obrigado Natália. Ministra, eu vou ter que
2079 ser muito sintético, dado o avançar da hora. Então eu vou iniciar aqui dando o
2080 relato de como aconteceram os trabalhos da Comissão de Seleção. Então,
2081 lembrando que essa Comissão foi formada por membros da Sociedade Civil e do
2082 Governo. Então, na Sociedade Civil estavam Vitória, Cândida e eu, no Governo
2083 estavam Esequiel, Marcos e Sávio. O processo seletivo então, foi instituído pelo
2084 Edital de seleção nº 1, que foi publicado no dia 18 de maio. A gente teve a
2085 retificação do cronograma no dia 16 de junho pelo Edital nº 2 que só alterou o
2086 cronograma. E no dia 14 de agosto, foi publicado do Edital nº 3, que alterou
2087 algumas questões do edital, incluindo reserva de vagas para pessoas com
2088 deficiência, reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras, e a inclusão
2089 expressa da remuneração dos peritos em atendimento à decisão no judicial
2090 conforme foi de conhecimento de todos na última reunião. Então, nos nossos
2091 trabalhos, nós tivemos sete reuniões de trabalho, além de muitas horas de
2092 trabalho por *whatsapp*, por *e-mail*, análise de documentos. E tivemos aí na terceira
2093 fase do processo, três dias de entrevistas, três dias bastante longos, as
2094 entrevistas começaram em torno das 13h, e foram até às 19h. Então, em números
2095 nós tivemos 434 inscritos, contando os três períodos de inscrição, desses 434, nós
2096 tivemos 86 inscrições homologadas, a maioria não foi homologada por falta de
2097 documento essencial previsto no edital. Dessas 86 inscrições homologadas, 73
2098 optaram por ampla concorrência, nove por reserva de vagas para pessoas
2099 autodeclaradas negras, e quatro para pessoas com deficiência. Das 86 pessoas
2100 homologadas, cujo o currículo foi analisado, e pontuado, 28 pessoas
2101 ultrapassaram o ponto de corte, e foram para as entrevistas. E aqui, eu gostaria de
2102 fazer um ponto, 29 pessoas ultrapassaram o ponto de corte, mas 28 foram para
2103 entrevistas, porque uma pessoa foi desclassificada por apresentação de
2104 documento falso, tentativa de fraude no concurso. Esse candidato foi
2105 desclassificado, conforme comunicado que foi publicado no *site* do Ministério. Eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2106 já pedi providências para os colegas da Comissão, para que a gente encaminhe o
2107 ofício com esses documentos para o Ministério Público Federal, e eu gostaria da
2108 atenção especial do representante do MEC, não sei se ele está, porque esse
2109 candidato, ele atualmente possui um vínculo com o Ministério da Educação para
2110 recebimento de verba, e distribuição de verba em projetos do MEC. Então, eu
2111 gostaria que fosse dada uma atenção especial para isso, não vou adentrar mais
2112 no assunto por causa do adiantar da hora. Posso encaminhar os documentos
2113 depois. Pois bem, então, nós realizamos 28 entrevistas, na verdade 28 pessoas
2114 foram classificadas para entrevista, 26 realizaram a entrevista, duas faltantes.
2115 Dessas 28 pessoas classificadas na terceira fase, 25 na ampla concorrência, duas
2116 pessoas para reserva de vagas para pessoas autodeclaradas negras, e uma
2117 pessoa com deficiência. O resultado final, ele foi publicado conforme o
2118 comunicado nº 16 de 2020, já está no *site* do Ministério, eu pedi a inclusão desse
2119 documento ali na pasta, já foi incluída pela equipe. E eu vou proceder então a
2120 leitura dos candidatos aprovados, antes disso eu só quero registrar o meu
2121 agradecimento aos colegas da Comissão, especialmente ao pessoal da equipe da
2122 coordenação de apoio, que teve um trabalho cavalariço de análise de documentos,
2123 está bem? Então, muito obrigado a todo mundo que esteve junto. Então, eu vou
2124 proceder a leitura: *“Candidatos aprovados em ampla concorrência, na ordem de*
2125 *colocação do primeiro para os demais: Bárbara Suelen Coloniese, Ana Valesca*
2126 *Duarte, Rogério Duarte Guedes, Carolina Barreto Lemos, Natália Vilar Pinto*
2127 *Ribeiro, Maria Cecília Guimarães Marinho Arruda, Camila Antero de Santana,*
2128 *Viviane Martins Ribeiro, Pâmela Dias Vilela Alves, Bianca Solto Nascimento.”* E
2129 candidatos aprovados na reserva de vaga para pessoas autodeclaradas negras:
2130 *“Camila Barbosa Sabilo.”* Eu pergunto se os demais colegas da Comissão
2131 gostariam de fazer algum apontamento, em especial a Cândida, que teve um
2132 papel fundamental aqui na definição dos critérios e da metodologia para conduzir



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2133 o processo seletivo, se ninguém tiver interesse de falar, eu peço para a Presidente
2134 colocar em votação essa lista para que o Comitê homologue.

2135 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Acho que pode encaminhar para a votação por
2136 causa da hora. Eu teria considerações a fazer, mas pode ser depois, enfim.

2137 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok Cândida, obrigada.
2138 Então vamos gente, para a votação, Natália encaminha a votação aí, Natália? Não
2139 estamos te ouvindo Natália, está no mudo.

2140 **Sra. Natália** – Desculpa. Eu já posso então perguntar um por um? A votação, se
2141 homologa, ou querem que compartilhe também a lista que o Caio mencionou?
2142 Porque o Caio já falou na verdade, o nome de todo mundo, está exatamente nos
2143 termos do nosso comunicado no próprio *site* do Ministério.

2144 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Eu acho que tem
2145 uma questão preliminar, se me permitem. Devido a publicação da Bárbara
2146 recente, uma publicação da sua recondução, conforme aquela decisão do
2147 colegiado, teríamos que tratar sobre isso, porque nós temos atualmente, são duas
2148 três vagas abertas, e aí como a Bárbara ficou em primeiro nessa posição, teria
2149 uma sobreposição de publicações, como que ficaria essa questão?

2150 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Sávio, eu entendo que são questões diferentes,
2151 que é um resultado de um concurso público. Isso aqui não quer dizer que a
2152 Bárbara está sendo empossada em um cargo, essa é só a colocação do certame.
2153 Então...

2154 **Interlocutora não identificada** – É a homologação do resultado.

2155 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu tenho pela homologação do resultado na
2156 ordem em que se encontra porque foi esse o resultado do nosso trabalho, da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2157 análise de currículo, e análise das entrevistas. Claro que em termos práticos, nós
2158 teríamos ali, uma vez que não temos candidato aprovado na reserva de vagas
2159 para pessoas com deficiência, essa vaga ela é aproveitada na ampla
2160 concorrência. Então, nós teríamos duas vagas na ampla concorrência. Então,
2161 como está a lista, levando em consideração que a Bárbara já está empossada no
2162 cargo, nós teríamos os dois possíveis novos peritos imediatamente, o 2º e o 3º
2163 colocado. Mas eu entendo que o nosso papel aqui é a homologação do resultado,
2164 e o resultado é esse.

2165 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Está bom. O
2166 colegiado então, o pleno do CNPCT homologaria a vaga da Ana Valesca Duarte
2167 como primeira, e o Rogério Duarte Guedes...

2168 **Sra. Natália** – Não Sávio. A gente está homologando a lista.

2169 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Só um momento.

2170 **Interlocutor não identificado** – O resultado, a lista.

2171 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – É só para a gente
2172 entender aqui, a Camila Barbosa Sabino como reserva de vagas para negro. O
2173 PCD nós não tivemos nenhuma vaga, então foi para a ampla concorrência. Seria
2174 importante o colegiado, o pleno definir, até para não gerar depois essa dúvida,
2175 com relação, a Bárbara ficou em primeiro, mas qual é a sobreposição com a
2176 publicação anterior?

2177 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu não entendo exatamente a totalidade da tua
2178 questão, Sávio. O nosso regimento e o edital, determina que a gente vai
2179 homologar o resultado do concurso. Esse que é o resultado do concurso, e é o
2180 que eu trago aqui para o pleno homologar. Se essas pessoas vão assumir ou não,
2181 isso na verdade, não é da nossa alçada nesse momento, porque mesmo a Ana



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2182 Valesca, o Rogério, qualquer uma dessas pessoas que estão na lista pode não
2183 assumir, pode não desejar assumir, ou pode ter outro compromisso e não assumir.
2184 Então eu entendo que aqui nós não estamos homologando quem serão os peritos,
2185 nós estamos homologando o resultado da seleção. A tomada de posse no cargo
2186 público, isso vai ser feito a partir do procedimento administrativo pela coordenação
2187 de apoio, e pelo Ministério, inclusive porque o edital prevê que o Comitê fará a
2188 consulta depois de homologado o resultado, aos candidatos para saber do desejo
2189 deles de serem empossados no cargo.

2190 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Perfeito. Era só
2191 uma preocupação prática, mas podemos continuar na aprovação pelo pleno dessa
2192 sequência do processo seletivo que foi realizado. Era apenas uma preocupação
2193 prática futura.

2194 **Sra. Natália** – Tudo bem. Então podemos prosseguir para aprovação da
2195 homologação da lista classificatória do processo seletivo?

2196 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Eu acho que sim Natália,
2197 pode fazer o sanamento.

2198 **Sra. Natália** – Então, gabinete da Ministra.

2199 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

2200 **Sra. Natália** – Secretaria Nacional de Proteção Global.

2201 **Sra. Máira (SNPG)** – Sim.

2202 **Sra. Natália** – Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2203 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2204 **Racial)** – Eu queria só fazer uma parte rápida, aí até talvez para corroborar essa
2205 preocupação do Sávio, no edital não existe...
- 2206 **Sra. Natália** – Rodrigo, pela ordem, a gente está no meio da votação, a missa já
2207 encerrou a discussão, estamos no meio da votação. Mas a Ministra já encerrou a
2208 discussão.
- 2209 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2210 **Racial)** – Então é sim.
- 2211 **Sra. Natália** – SEGOV.
- 2212 **Interlocutor não identificado** – SEGOV Sim.
- 2213 **Sra. Natália** – Ministério da Justiça, não está aqui. Ministério da Cidadania,
2214 também não está. Ministério da Saúde.
- 2215 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde)** – Sim.
- 2216 **Sra. Natália** – Ministério da Educação, também não está. Ministério da Defesa.
- 2217 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.
- 2218 **Sra. Natália** – A MR também não está, Secretaria Geral da Presidência da
2219 República. Conselho Federal da OAB.
- 2220 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Sim.
- 2221 **Sra. Natália** – Conselho Federal de Psicologia.
- 2222 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP)** – Sim.
- 2223 **Sra. Natália** – CONECTAS, Direitos Humanos.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2224 **Interlocutor não identificado** – Sim.
- 2225 **Sra. Natália** – Justiça Global.
- 2226 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global)** – Sim.
- 2227 **Sra. Natália** – UBM não está. RENILA.
- 2228 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral (RENILA)** – RENILA vota sim.
- 2229 **Sra. Natália** – EDUCAFRO também não está. MNU.
- 2230 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – Sim.
- 2231 **Sra. Natália** – SOMOS.
- 2232 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu voto sim.
- 2233 **Sra. Natália** – COAD.
- 2234 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira (COAD)** – Sim
- 2235 **Sra. Natália** – CUT.
- 2236 **Interlocutora não identificada** – Sim.
- 2237 **Sra. Natália** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- 2238 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim.
- 2239 **Sra. Natália** – Então, aprovada em unanimidade, foi homologado.
- 2240 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Eu queria fazer uma observação, justo agora
- 2241 que encerrou a votação, justamente que me foi facultada a palavra antes, a
- 2242 respeito do processo como um todo. Assim, eu realmente tenho experiência em



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2243 seleção, essa foi uma das que foi bem desgastante, assim, porque enfim,
2244 recursos, e o edital com informações que a gente não se adequava
2245 necessariamente a realidade do que a Comissão de Seleção precisava, em
2246 termos de pontuações e coisas, enfim. Então, a gente precisou ter muito trabalho
2247 para pensar a viabilidade dessa seleção no total. Mas assim, no resultado final, eu
2248 acredito que as pessoas que ficaram nos aprovados, elas contemplam o que a Lei
2249 permite com relação a competências, experiências, tratamentos,
2250 conhecimentos de tortura e outros tratamentos cruéis, desumanos e degradantes.
2251 E aí, eu acho que por causa do trabalho que a gente teve, por causa do tempo
2252 que a gente passou, não sei se os outros companheiros vão concordar comigo, a
2253 gente até começou a ventilar isso na discussão, na nossa última reunião da
2254 Comissão, de a gente considerar a prorrogação desse edital, justamente porque a
2255 gente tem uma lista de aprovados, e por causa do tempo que foi despendido, em
2256 energia que a gente teve com isso. Então, eu queria lançar para discussão, a
2257 proposta de a gente realizar a prorrogação do caso de vigência do edital, que se
2258 eu não me engano vai até o meio do próximo ano.

2259 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Se me permite Cândida. Ministra, nós
2260 estivemos aí, então praticamente quatro meses de trabalho para concluir esse
2261 processo seletivo. Nesse meio tempo, a equipe da coordenação de apoio ficou
2262 muito envolvida nesse trabalho, e se estava trabalhando no processo seletivo. Isso
2263 quer dizer que não estava trabalhando nas outras atribuições da coordenação. E
2264 eu entendo que isso enfraquece o trabalho do Comitê. Então, nós já estamos
2265 chegando em uma fase em que a coordenação de apoio vai ter que iniciar o
2266 processo de eleição dos novos membros do Comitê, isso vai tomar um novo
2267 tempo da coordenação. Então, considerando isso, considerando que o resultado
2268 dessa seleção foi bastante satisfatório no nosso entendimento em relação a
2269 qualidade das pessoas que foram selecionadas, a gente tem essa questão que a
2270 Cândida levantou. O item 9.7 do Edital nº 3 que está em vigência, ele determina



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2271 que a validade dessa seleção acaba em 25 de junho de 2021. Então, teríamos
2272 pouco tempo aí, e se encerra em 25 de junho, e a gente demorou quatro meses,
2273 me parece que em fevereiro do ano que vem, nós já estaríamos novamente
2274 realizando esse processo muito desgastante de realizar nova seleção de peritos.
2275 Considerando o tempo que a gente levou para fazer esse, os entraves, as
2276 discussões que a gente teve, as divergências que a gente teve aqui no plenário.
2277 Então, me parece que não é razoável, não é econômico em termos de pessoal do
2278 Ministério, em termos de tempo dos membros do Governo, dos membros da
2279 Sociedade Civil, que esse edital ele perca a validade em tão pouco tempo. Então a
2280 gente está iniciando aí a discussão dessa proposta de renovação do prazo desse
2281 edital dessa seleção.

2282 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – A proposta de Cândida,
2283 alguém tem alguma outra proposta? Alguém quer falar sobre isso? Vamos colocar
2284 isso em discussão?

2285 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Eu só queria Ministra fazer um adendo,
2286 que na verdade, para a gente ter um processo seletivo que não sobrecarregue,
2287 como esse sobrecarregou a coordenação de apoio e o Comitê, nós teríamos que
2288 ter um edital aprovado em dezembro desse ano ainda. Então, nós teríamos que
2289 começar a debater o edital nessa reunião, que não é viável e na próxima que é a
2290 última do ano. Por essa razão, eu concordo com Caio e Cândida, de que nós
2291 tivemos um processo longo, um processo com bons candidatos e candidatas, e
2292 seria bastante razoável propor que esse edital tenha uma vigência um pouco
2293 maior, para dar uma folga para o Comitê e a gente consiga debater outros
2294 assuntos aqui dentro, assuntos propriamente de prevenção e combate a tortura, e
2295 não só a renovação do Mecanismo, que ocupa bastante a nossa pauta.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2296 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Me parece, pergunto para as colegas, me
2297 parece que se o Edital 3 diz que se encerra em 25 de junho de 2021, talvez
2298 aumentar este prazo em um ano, ele encerraria então em 25 de junho de 2022,
2299 me parece razoável. Mas eu fico aberto a outras propostas desse prazo de
2300 (ininteligível).

2301 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Apenas para
2302 deixar claro para os colegas, a repercussão prática dessa ampliação do edital,
2303 estaríamos falando de mais três vagas de peritos do Mecanismo. Eu acho que
2304 esse foi o cálculo, não foi Caio?

2305 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Isso vai depender de acontecer ou não
2306 reconduções dos mandatos que estão para se encerrar no ano que vem. Eu
2307 acredito que são quatro mandatos que se encerram no ano que vem após esse
2308 prazo. Então, respondendo ao Sávio, na prática, haveria, se eu não me engano
2309 três pessoas dessa lista, que potencialmente poderiam ocupar o cargo de perito,
2310 além das pessoas que já assumiriam agora.

2311 **Sr. Marco** – Eu particularmente, penso que a questão de prorrogação de prazo de
2312 edital, ela é perfeitamente possível em qualquer tipo de certame. Então,
2313 deliberando isso agora, ou posteriormente para mim, eu acho que o que o
2314 colegiado entender que deve ser feito, eu sou, e principalmente sobre orientações
2315 da Ministra, eu sou favorável. Porque de fato é muito trabalhoso, e levando em
2316 consideração que poderia, mesmo com essa prorrogação, poderemos nem ter
2317 aproveitamento dessas pessoas da lista, por conta da deliberação do colegiado,
2318 de que pode haver a recondução eventual de peritos. Então, lançando essas
2319 luzes, eu acho que a gente tem condição de discutir isso agora sim.

2320 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Ministra, se eu puder, Mateus da ANADEP,
2321 endossar a fala do Marco, quem sabe o mérito do processo é o Caio, enfim, quem



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2322 participou, a Cândida, enfim, falaram agora, a Vitória, os membros do Governo.
2323 Mas do ponto de vista do direito administrativo, o mesmo do direito constitucional
2324 da eficiência do serviço público, não me parece nada eficiente a gente gastar as
2325 próximas reuniões presenciais, e virtuais, como a Vitória colocou, focando
2326 novamente nessa escolha. Então me parece que pelo princípio da eficiência do
2327 serviço público, eu acho que essas sugestões que vieram do Marco, enfim, do
2328 Caio, eu acho que me contemplam, e eu acho muito razoável.

2329 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém mais quer se
2330 manifestar? Acho que o Rodrigo queria falar alguma coisa da SEPIR, aquela hora,
2331 quer se manifestar? É sobre isso Rodrigo?

2332 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2333 **Racial)** – Ministra, eu agradeço a fala, mas vamos deixar a discussão prosseguir
2334 com os colegas. Obrigado.

2335 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Ministra, para fins de encaminhamento então,
2336 eu consulto os colegas, eu acho que já está ficando claro a proposta de renovação
2337 do prazo de vigência do edital, do prazo de vigência dessa lista homologada hoje
2338 pela plenária. E daí, só fico então pedindo sugestões, a minha sugestão seria
2339 então em dilatar em um ano o prazo dessa seleção. Então, a gente estaria
2340 retificando o item 9.7 do Edital nº 3 para em vez de 25 de junho de 2021, conste
2341 25 de junho de 2022. Aí eu pergunto aos membros aqui, especialmente aos
2342 colegas da Comissão de Seleção, se isso os contempla.

2343 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Gostaria de fazer
2344 um registro aqui. A Comissão de Seleção, ela verificou, como em todo processo, a
2345 necessidade de alguns ajustes para os editais futuros, a gente sempre tem que
2346 aprimorar esses instrumentos. Mas realmente os candidatos que nós tivemos,
2347 tivemos a oportunidade de entrevistar, são candidatos qualificados. Eu acho que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2348 realizarão um excelente trabalho no Mecanismo, tem muito a agregar. Então não
2349 vejo problema realmente nessa nossa extensão do prazo, até para o pleno do
2350 CNPCT poder focar realmente na nossa atividade fim, e discutir a pauta realmente
2351 de prevenção e combate à tortura no país.

2352 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu endosso a fala do Sávio, inclusive saliento
2353 que entre os selecionados aqui, há diversas pessoas com vasta experiência em
2354 prevenção e combate à tortura. Eu lembro dentre as experiências profissionais
2355 analisadas nessa seleção, haviam as experiências em direitos humanos, e as
2356 experiências em prevenção e combate à tortura. A gente sabe que são mais raras,
2357 pessoas muito específicas, e entre as pessoas selecionadas, aqui nós temos bons
2358 candidatos com experiência nessa área específica. Então, recoloco aí a minha
2359 proposta de alteração do item 9.7 do Edital nº 3.

2360 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Vamos colocar em
2361 votação a proposta do Caio. Conversando aqui com o nosso jurídico, com nossa
2362 assessoria aqui, a gente não tem nenhuma objeção, mas a gente pode colocar em
2363 votação, e vamos ver aí o resultado do pleno, ok? Vamos encaminhar para uma,
2364 sim, Sílvia que falou? Bárbara?

2365 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Não, foi Natália.

2366 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Natália? Ok, a gente
2367 podia fazer o encaminhamento para a votação dessa proposta do Caio. Mais
2368 alguém quer se manifestar ou posso dar como encerrada a discussão? Ok, vamos
2369 encerrar a discussão, sim?

2370 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Presidente, só para deixar registrada a
2371 proposta, não sei se a Natália vai querer anotar. Como eu disse anteriormente, a
2372 gente está então retificando o item 9.7 do Edital nº 3 para que a data que conste lá



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2373 que atualmente é 25 de junho de 2021, passe a constar como 25 de junho de
2374 2022.

2375 **Sra. Natália** – Ok. Podemos votar então?

2376 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Podemos.

2377 **Sra. Natália** – Gabinete da Ministra.

2378 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Sim.

2379 **Sra. Natália** – Secretaria Nacional de Proteção Global.

2380 **Sra. Maíra (SNPG)** – Sim.

2381 **Sra. Natália** – Secretaria Nacional de Promoção da Igualdade Racial.

2382 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade
2383 Racial)** – Sim.

2384 **Sra. Natália** – SEGOV.

2385 **Interlocutor não identificado** – SEGOV Sim.

2386 **Sra. Natália** – Ministério da Justiça e Segurança Pública, não está. Ministério da
2387 Cidadania. Ministério da Saúde.

2388 **Sra. Maria Dilma (Ministério da Saúde)** – Sim.

2389 **Sra. Natália** – Ministério da Educação, não está. Ministério da Defesa.

2390 **Sr. Sávio Luciano de Andrade Filho (Ministério da Defesa)** – Sim.

2391 **Sra. Natália** – Secretaria Geral da Presidência da República. Conselho Federal da
2392 OAB.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

- 2393 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB) – Sim.**
- 2394 **Sra. Natália – Conselho Federal de Psicologia.**
- 2395 **Sr. Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CFP) – Sim.**
- 2396 **Sra. Natália – CONECTAS, Direitos Humanos.**
- 2397 **Interlocutor não identificado – Sim.**
- 2398 **Sra. Natália – Justiça Global.**
- 2399 **Sra. Isabel Costa Lima (Justiça Global) – Sim.**
- 2400 **Sra. Natália – RENILA.**
- 2401 **Sra. Francisca Márcia Araújo Lustosa Cabral (RENILA) – Sim.**
- 2402 **Sra. Natália – UBM.**
- 2403 **Interlocutora não identificada – Ausente.**
- 2404 **Sra. Natália – MNU.**
- 2405 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) – Sim.**
- 2406 **Sra. Natália – SOMOS.**
- 2407 **Sr. Caio César Klein (SOMOS) – De acordo.**
- 2408 **Sra. Natália – COAD.**
- 2409 **Sr. Rodrigo Sérvulo da Cunha Vieira (COAD) – Sim**
- 2410 **Sra. Natália – CUT.**



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2411 **Interlocutora não identificada** – Sim.

2412 **Sra. Natália** – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

2413 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Sim. Acho que eu sou a última, não é?

2414 **Sra. Natália** – Sim, a unanimidade foi homologada a aprovação para o prazo de
2415 validade até 25 de junho de 2022.

2416 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Gente, tem mais questões ainda da Comissão
2417 de Seleção para resolver, uma delas é sobre a questão da Comissão de
2418 Heteroidentificação, porque nós temos uma candidata negra aprovada, e é auto
2419 declaratório. E aí, eu acho que Wanderson, ou o pessoal da Secretaria de
2420 Igualdade Racial, consegue saber mais do que eu, mas a gente precisa pensar
2421 nisso, e eu imagino que a gente tem que homologar nessa reunião algum
2422 encaminhamento nesse sentido. E outra coisa também é, enfim, agradecer a todo
2423 mundo que participou da Comissão, e tudo mais, foi um trabalho exaustivo, mas
2424 muito gratificante saber que a gente vai contribuir com o Mecanismo, com pessoas
2425 que eu acredito que estão preparadas para dar continuidade ao trabalho de
2426 peritos. E aí, reforçar a necessidade de a gente, da celeridade do Ministério nos
2427 trâmites administrativos, para que ocorra tão rápido quanto possível, a
2428 convocação dessas pessoas, porque a gente está com um atraso de
2429 consideráveis, acho que mais de anos, enfim, quase dois anos. É muito importante
2430 que a gente dê celeridade a partir de agora nisso. Obrigada.

2431 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Cândida, tem o
2432 compromisso de a gente fazer o mais breve possível, em parceria com a mesa,
2433 com a Comissão, esse é o meu compromisso, virar essa página, já resolver, e
2434 todo mundo começar a trabalhar, está bom? Com relação a autodeclaração, o que



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2435 você propôs Cândia? Quer deixar claro? Acho que a gente deve fazer um
2436 encaminhamento...

2437 **Sra. Cândia de Souza (UFRN)** – Eu queria que Wanderson falasse, porque ele
2438 entende melhor que eu, eu não entendo bem, eu só sei que tem que ter, eu acho.

2439 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU)** – Ministra. Peço licença aqui para
2440 poder contribuir no debate das Comissões de Heteroidentificação, ela apresentada
2441 pela nossa entidade no início dos debates, como complementam a necessária
2442 alteração que deveria ter sido feita no edital, mas sabemos da urgência e a
2443 necessidade do processo seletivo, e aí a gente tentou trazer esse debate para
2444 esse momento. As Comissões de Heteroidentificação são complementos às
2445 autodeclarações feitas pelos candidatos, então ainda que esse procedimento não
2446 tenha se realizado, se dado no processo seletivo, nada impede que durante o
2447 exercício do mandato, essa Comissão seja chamada aos trabalhos para poder
2448 confirmar a autodeclaração feita. Aí a proposta que teríamos, seria uma alteração
2449 no edital específica para a instituição dessa Comissão de forma paritária por
2450 membros do Governo em Sociedade Civil.

2451 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Para contribuir Wanderson, eu entendo que não
2452 é necessário alterar o edital, porque o edital já prevê a existência dessa banca de
2453 heteroidentificação. O que nós precisaríamos fazer é uma resolução instituindo
2454 essa banca. Então, uma resolução que definiria quem são os membros dessa
2455 banca. Me parece aqui que seria uma banca paritária entre membros da
2456 Sociedade Civil e do Governo. Do lado da Sociedade Civil, eu acho que não há
2457 dúvida que deveriam compor essa banca, as organizações que representam o
2458 movimento negro, seriam aqui no caso o MNU, e a EDUCAFRO. Do lado do
2459 Governo, eu indicaria a Secretaria de Igualdade Racial, e talvez mais algum outro
2460 órgão aí do, talvez do Ministério, não sei, mas com preferências, obviamente para



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2461 pessoas negras para participação dessa banca. Acho que seria um trabalho muito
2462 rápido, porque seria apenas uma candidata, então fico a sugestões de que alguém
2463 possa...

2464 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Caio (ininteligível) queria
2465 sugestão dos membros da banca, quantidade de membros dessa banca Caio.

2466 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Eu acho que a gente instituiria isso agora, me
2467 parece que quatro pessoas seria mais do que suficiente.

2468 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Quatro pessoas, duas do
2469 Governo e duas da Sociedade Civil?

2470 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Isso. O Rodrigo pediu a palavra.

2471 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Rodrigo.

2472 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2473 **Racial)** – Pedir só licença para contribuir. Entendendo que o cargo é para
2474 nomeação no DAS4, existe uma Portaria específica para nomeação quando o
2475 cargo envolve funcionário público, que seria esse o caso. Como o Caio falou, se já
2476 existe a citação da banca de heteroidentificação no próprio edital, caberia então
2477 por resolução, enfim, a gente faz uma análise dessa Portaria interministerial
2478 orientando como essa banca de heteroidentificação deve estar sendo composta,
2479 quais são os critérios, devem ser pessoas que já tem um curso de capacitação
2480 para tanto. Então, se o plenário concordar em usar o membro regramento que um
2481 concurso público exige para a questão da validação da heteroidentificação, a
2482 gente poderia estar usando essa Portaria como regulamentadora das atividades
2483 do grupo que vai ser formado. Já que se trata de cargo público.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2484 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Só complementando. Isso está previsto no item
2485 4.4.1.1 Inciso IV, que diz o seguinte: “*Resolução da Comissão de Seleção do 5º*
2486 *processo...*” no caso a resolução não seria nem do Comitê, seria da Comissão. “...
2487 *Instituirá a Comissão de heteroidentificação.*” No nosso entendimento às
2488 discussões, foi de que essa avaliação, essa Comissão de Heteroidentificação, ela
2489 trabalha após o resultado, a gente não faria essa verificação durante o processo
2490 seletivo. Então, as pessoas se auto declaram, passam pelo processo, e
2491 selecionadas, elas passam pela banca.

2492 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Rodrigo, ficou claro para
2493 você? O edital publicado Rodrigo, observou o Decreto para ocupação cargos em
2494 DAS, eu acho que essa discussão foi feita lá atrás, está bom? O que seria
2495 decidido agora Rodrigo, é essa Comissão que está prevista no edital da avaliação
2496 da autodeclaração. É exatamente isso que você está compreendendo Rodrigo?
2497 Você tem dúvida ainda?

2498 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2499 **Racial)** – A única preocupação Ministra, é a gente estar seguindo a normativa que
2500 a Portaria define para esse tipo de banca de heteroidentificação, por se tratar de
2501 cargo público. Então, a gente deveria estar utilizando o mesmo procedimento
2502 definido, a não ser que exista, se o nosso jurídico pode estar dizendo que seria
2503 uma situação diferente a Portaria. Não é questão de questionar o que está sendo
2504 discutido, eu só quero contribuir dizendo que existe uma Portaria que regulamenta
2505 esse processo de validação dos candidatos que se autodeclaram pardos, negros e
2506 indígenas. Então, é essa a questão que eu estou querendo colocar aqui só para a
2507 gente levar em consideração.

2508 **Sr. Mateus Moro (ANADEP)** – Rodrigo, Ministra, se eu puder acrescentar em
2509 relação ao Rodrigo, eu acho que a reflexão dele é importante. E talvez, o que eu



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2510 traria aqui como reflexão, é algo que a gente sempre traz quando fala às vezes do
2511 que é o Comitê, do que é o Mecanismo, o compromisso internacional, etc. Seria a
2512 questão da autonomia do Comitê, então mesmo havendo a Portaria que se
2513 aplicaria aos demais servidores públicos. Nesse caso concreto, com as sugestões
2514 do Caio, do Wanderson, enfim, acho que a gente poderia seguir na linha da
2515 autonomia do Comitê, claro, com as observações que a senhora pode fazer com a
2516 assessoria jurídica aí como o Rodrigo colocou.

2517 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) – Mateus.** Isso não anula
2518 que a Comissão que vai ser feita, a banca ser (ininteligível) observar a Portaria,
2519 certo? Acho que era isso agora que eu entendi que o Rodrigo quis dizer, que essa
2520 banca na condução do trabalho, observe a Portaria já existente. Eu tinha
2521 entendido que era com relação a Portaria do DAS4, mas é com relação a
2522 autodeclaração. É isso Rodrigo, a contribuição?

2523 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2524 **Racial) –** Isso Ministra. Eu coloquei até o *link* aí para que as pessoas tenham
2525 acesso a essa Portaria que eu me referi. Ok?

2526 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT) –** Então, a gente acolhe
2527 Mateus, a sugestão do Rodrigo, essa banca observa a Portaria, para a gente não
2528 ter (ininteligível) judicialização, questionamentos depois, observa a Portaria. Mas
2529 como no edital está prevendo a formação dessa Comissão, dessa banca, eu acho
2530 que a gente já poderia decidir agora a formação do grupo, a formação da
2531 Comissão da banca, a gente pode caminhar nesse sentido? Todos concordam?
2532 Ok?

2533 **Sr. Wanderson Pinheiro de Oliveira (MNU) –** Ministra. Só haverá necessidade
2534 também dessa resolução prever tanto os membros a comporem a essa Comissão.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2535 Mas também as indagações a serem feitas a candidata, e o formato como vai se
2536 dar essa entrevista.

2537 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Wanderson, como a
2538 gente já tinha comentado que nós vamos escolher do Governo pessoas que estão
2539 ligadas ao tema, e da Sociedade Civil também, pessoas ligadas ao tema. Eu acho
2540 que esses cuidados todos serão observados por esses membros, e eu acredito
2541 que a gente pode caminhar assim Wanderson, você está entendendo? Nós vamos
2542 confiar na capacidade dessas pessoas que vão compor essa banca, e conduzir de
2543 forma extraordinária, que não haja questionamento, que não haja nenhuma
2544 confusão lá na frente. Por exemplo, do Governo eu acho que a SEPIR tem que
2545 estar nesse grupo, está bom? Que é a nossa instituição que está aqui que
2546 representa toda essa pauta, então SEPIR presente com as contribuições do
2547 Rodrigo, e as demais contribuições da Secretaria. Então, a gente podia caminhar
2548 assim, a gente escolher dois do Governo, e já indicar para o Caio, já deixar o
2549 trabalho dele adiantado, os dois da Sociedade Civil. Todo mundo concorda assim?
2550 Podemos caminhar assim? Ok?

2551 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Ministra. Eu concordo, eu acho que a gente
2552 pode sair daqui com uma indicação desses dois nomes, e posteriormente nós
2553 escrevemos o texto dessa resolução, consultando essas pessoas para que na
2554 resolução já conste essas questões que o Wanderson colocou. Mas Ministra, eu
2555 preciso fazer uma questão de ordem rapidamente, com relação a última votação
2556 que nós fizemos. A equipe da coordenação de apoio observou aí no *chat* que a
2557 disposição do prazo do edital, ela estava prevista em dois dispositivos do edital.
2558 Então, nós votamos ali a modificação do item 9.7, só que a mesma data também
2559 estava prevista no item 1.2, e eu não atentei a isso, peço desculpas. Então, eu
2560 peço que nos encaminhamos...



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2561 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – O 2.9 também, Caio, é melhor só
2562 substituir em todos dispositivos em que constam a data tal, substituir pela data tal,
2563 ao invés de ficar apontando item por item.

2564 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Obrigado. Então, só gostaria de que nos
2565 encaminhamentos fosse feito dessa forma então, incluindo a data nova, e
2566 revogando qualquer disposição contrária.

2567 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Acolhido, Natália
2568 está anotando as observações?

2569 **Sra. Natália** – Sim.

2570 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Vamos agora passar
2571 para o processo da indicação dos nomes dessa Comissão. Eu indico, e quero
2572 saber se todo mundo concorda, a SEPIR, e a Secretaria Global. A não ser que um
2573 outro órgão se candidate, e entenda que deve participar dessa Comissão. Mas a
2574 Secretaria de Proteção Global, por envolver, estar tão envolvida com as questões
2575 de direitos humanos, e a SEPIR, a Secretaria Nacional da Igualdade Racial.
2576 Alguma objeção aos demais do Governo?

2577 **Sr. Rodrigo José Henriques de Faria (Secretaria Nacional de Igualdade**
2578 **Racial)** – Ministra, pedir só a gentileza. É que na Portaria, essa Comissão, ela tem
2579 que ser composta de ao menos cinco pessoas. Por isso que seria importante o
2580 nosso apoio do jurídico, o quanto que a gente vai replicar a Portaria ou a gente
2581 usa a Portaria como uma orientação, e aí o plenário pode fazer alguns ajustes
2582 respeitando os pontos principais que a Portaria acaba designando. E se no edital
2583 faz menção a Portaria na questão de composição dessa banca de
2584 heteroidentificação, ou se fala somente da banca de heteroidentificação sem essa
2585 vinculação a Portaria.



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2586 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém quer discutir o
2587 que o Rodrigo está falando?

2588 **Sra. Vitória de Macedo Buzzi (CFOAB)** – Rodrigo, eu concordo, acho que a
2589 gente tem que fazer a banca com cinco. Não acho que vá ter qualquer polêmica, é
2590 apenas uma candidata, são só questões que ela teria que responder frente à
2591 banca, mas acho que teriam que ser cinco sim respeitando a Portaria.

2592 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok, cinco. Como a gente
2593 dividiria isso? Três da Sociedade Civil, e dois do Governo, pode ser assim?
2594 Alguma objeção? Podemos caminhar assim, então dessa forma? Então, do
2595 Governo, eu indico SEPIR, e estaria indicando a Secretaria da Proteção Global,
2596 mas eu fico aqui para ouvir os demais membros do Governo. Pode ser essas duas
2597 indicações? Ok? Então claro, por unanimidade, como Ministra manifesta, por
2598 unanimidade do Governo nós estaríamos indicando a SEPIR, e a Secretaria de
2599 Proteção Global, ok? E a Sociedade Civil poderia se manifestar?

2600 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Da Sociedade Civil, eu acredito que não há
2601 dúvidas sobre a participação da MNU e da EDUCAFRO, então precisaríamos de
2602 mais uma organização da Sociedade Civil.

2603 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Cândida, sugere alguém,
2604 alguma instituição? Vocês que estão mais envolvidos no processo?

2605 **Sra. Cândida de Souza (UFRN)** – Eu tenho disponibilidade. Se ninguém mais se
2606 dispuser.

2607 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Tudo bem Caio?



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2608 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Tudo bem. Então, UFRN, então lembrando que
2609 como a Portaria pede titular e suplente, serão os titulares e suplentes aqui do
2610 Comitê.

2611 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Vencida essa pauta,
2612 Caio?

2613 **Sr. Caio César Klein (SOMOS)** – Da minha parte sim.

2614 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Alguém mais quer se
2615 manifestar? Podemos dar por encerrado esse tema? Ok. Então deixa eu
2616 aproveitar e cumprimentar a Comissão de Seleção pelo trabalho, eu sei que não
2617 foi fácil, sei que foi complicado. Parabéns à Comissão, Caio, Vitória, Cândida,
2618 Marcos que ajudou, parabéns a vocês pelo trabalho produzido. E quero
2619 cumprimentar também a nossa coordenação, conforme o Caio falou, eles
2620 trabalharam muito, parabéns a todos da coordenação, a Secretaria de Proteção
2621 Global está aí agregando todo mundo. A gente vira mais uma página, a gente sai
2622 vitorioso, a pauta sai vitoriosa com a homologação hoje, e com as decisões
2623 tomadas. Parabéns pela condução do processo de seleção. E vamos caminhar,
2624 vamos trabalhar. Podemos ir gente, para o encerramento da reunião, para os
2625 encaminhamentos, e a gente encerrar essa reunião, classificando ela como
2626 produtiva, positiva, mas com muita angústia, com muitas preocupações para a
2627 gente caminhar na pauta, caminhar com o tema. Podemos caminhar para o
2628 encerramento? Os nossos encaminhamentos, que encaminhamentos nós temos
2629 aí para apontar Natália?

2630 **Sra. Natália** – Bom. Primeiramente seriam encaminhamentos decorrentes dos
2631 informes do Mecanismo, das falas da Bárbara, da Tarcila, da Andréia. E aí,
2632 teríamos que definir melhor exatamente qual será o nosso passo próximo, em
2633 relação a prevenção e combate a tortura. Depois teríamos a questão da



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2634 homologação do edital, de substituir todos dispositivos que tratam das questões
2635 da prorrogação sobretudo do edital, a indicação dos nomes da Comissão para
2636 apuração de um único candidato aprovado na lista como cotista negro ou pardo.
2637 Homologação da SNPIR, CNPG, MNU, EDUCAFRO, e a Universidade Federal do
2638 Rio Grande do Norte.

2639 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Ok. Todos concordam? A
2640 gente pode caminhar nesses encaminhamentos, terminar com esses
2641 encaminhamentos? Tem um só que a gente esqueceu aí Natália, a nossa reunião
2642 amanhã.

2643 **Sra. Natália** – Da Juíza, não é?

2644 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Reiterar que ela é virtual,
2645 o cerimonial veio aqui confirmar, e ela é realmente virtual, e o encaminhamento do
2646 *link* da reunião para os demais membros do Comitê que tiverem interesse e
2647 disponibilidade em participar da reunião. Ok?

2648 **Sra. Natália** – Podemos votar? Ou nem precisa?

2649 **Sra. Damares Regina Alves (Presidente do CNPCT)** – Eu acho que pode ter
2650 consenso nos encaminhamentos, eu acho que não há nenhum tema que a gente
2651 precise votar. Todo mundo concorda que há um consenso nos encaminhamentos?
2652 Ok? Lembrando Natália a coordenação, da reclamação inicial de várias
2653 instituições que não estão recebendo notificações das reuniões dos Comitês
2654 Estaduais, Regionais, anexar documento nos *e-mails*, esses cuidados todos que a
2655 coordenação deve ter. podemos caminhar para o final? E agradecendo aí a
2656 Natália que estreou, parabéns Natália, sei que não foi fácil para você que estreou
2657 com a gente hoje. E quero agradecer a paciência de todos do Comitê que tiveram
2658 na condução da reunião, hora eu fui secretária, hora eu fui assessora, hora eu fui



Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos

2659 Ministra, e todo mundo fez tudo aqui hoje. Mas a pauta é mais preciosa do que as
2660 formalidades, e eu sei que vocês compreenderam hoje. Quero agradecer a todos,
2661 Rodrigo pela participação, Esequiel não está aí, Esequiel está assumindo como
2662 Secretário Interino da Igualdade Racial, obrigada Rodrigo, Dr. Sávio parabéns,
2663 nosso novo Vice, vamos trabalhar muito. E a gente caminha dessa forma. E um
2664 pedido especial ao Mecanismo, fale com o SINASE, vocês estão aí pertinho, no
2665 mesmo prédio, mais interação com o pessoal do SINASE, e esse alerta todo que
2666 foi trazido aqui hoje com relação a esses movimentos, com relação ao
2667 socioeducativo. Quero agradecer a presença de todos, a colaboração de todos
2668 para que a reunião tenha acontecido com sucesso, e a gente caminha para a
2669 nossa próxima, já agendada, qualquer Extraordinária a gente está chamando todo
2670 mundo aí. Obrigada gente, continuem se cuidando, estamos ainda em pandemia,
2671 todo mundo cuidando da família, e vamos continuar juntos trabalhando, Dra. Maria
2672 Dilma, lembrar todo mundo, ela é a nossa Secretária da Saúde Mental, hoje a
2673 gente termina o nosso Setembro Amarelo, obrigada. Parabéns, Dra. Maria Dilma
2674 por todo o trabalho no Ministério da Saúde nesse mês, mas todo dia é amarelo, a
2675 gente tem que continuar em alerta, e vigilante. Obrigada a todos vocês, e tenham
2676 aí um mês feliz, abençoado, e obrigada a todos. Ok? Damos por encerrada, um
2677 abraço no Frei, não esquece um abraço de toda a equipe no nosso Frei. Todos
2678 vocês, obrigada.